

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS—GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**AÇÃO COLETIVA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFRONTO
POLÍTICO:**

as manifestações de Junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais

Gustavo Paccelli

**Juiz de Fora
2015**

GUSTAVO PACCELLI

**AÇÃO COLETIVA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFRONTO
POLÍTICO:**

as manifestações de Junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Leonardo Silva Andrada

**Juiz de Fora
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pacelli, Gustavo.

AÇÃO COLETIVA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFRONTO POLÍTICO : as manifestações de Junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais / Gustavo Pacelli. -- 2015.

134 p.

Orientador: Leonardo Silva Andrada

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2015.

1. Ação Coletiva. 2. Movimentos Sociais. 3. Confronto Político. I. Silva Andrada, Leonardo, orient. II. Título.

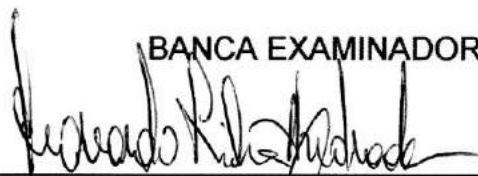
GUSTAVO PACCELLI DA COSTA

**AÇÃO COLETIVA, MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFRONTO POLÍTICO:
as manifestações de Junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 21 de outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Leonardo Silva Andrada
Universidade Federal de Juiz de Fora



Eduardo Salomão Condé
Universidade Federal de Juiz de Fora



Patrícia Duarte Rangel
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Vilma Paccelli da Costa e Joely Montanha da Costa, que sempre tiveram grande atenção e carinho comigo. Não há palavras para descrever tudo o que sinto por eles e como eles me apoiam dia após dia. Ao meu pai, atribuo a influência incansável de sempre querer aprender e adquirir conhecimento. À minha mãe, dedico o esforço de ser sempre atenciosa e pelo incentivo dado nos momentos mais difíceis.

Agradeço à Nathália Couto de Freitas que sempre esteve ao meu lado. Pela compreensão e pelo amor dedicado. Pela presença constante e pela força durante toda essa caminhada.

Aos amigos, dedico o esforço intelectual dos debates acadêmicos que sempre engrandeceram e hão de engrandecer nossas pesquisas e indagações. Aos colegas das Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora que, desde a graduação, caminhamos juntos. Às amizades que foram construídas ao longo do caminho. À paciência de Leonardo Azevedo e Ilder Nogueira, meus amigos de residência.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da UFJF cujos ensinamentos ultrapassam as barreiras do dever para com a educação e nos dão grandes lições de compromisso cívico com a sociedade. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Ao meu orientador, Leonardo Andrada, pelo esforço, empenho e crença destinado a esse projeto.

A toda minha família que, mesmo distante, sempre esteve presente.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao órgão financiador do projeto, CAPES.

No mais agradeço, e somente agradeço.

RESUMO

O presente trabalho é uma investigação que tem como objeto de análise um fenômeno recente na realidade social brasileira: as manifestações de junho de 2013. Este estudo se envereda por uma análise conjuntural das causas e efeitos do confronto político ocorrido no Brasil em junho de 2013. Identifica-se os principais atores envolvidos durante as manifestações e o confronto proveniente entre elementos da sociedade civil e sistema político. Salientamos que para a análise de tal fenômeno recorreremos à vasta literatura responsável pelo tema da ação coletiva e dos movimentos sociais. Compreende-se que as causas de junho de 2013 estão inseridas em um contexto de indignação coletiva que envolveram movimentos sociais, atores políticos, mídia e pessoas comuns. Com efeito, os protestos revelaram formas de ativismo com inúmeras práticas que estão inseridas em uma ideologia de grupo, numa identidade fixa ou passageira, em um contexto estrutural ou histórico, como também em formas de contestação pública, onde o confronto político está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado. Assim, de acordo com este estudo, interpretar junho de 2013 representa um exercício teórico e incansável de entender quais os sentidos do ativismo social e da ação coletiva na contemporaneidade e as consequências que tais manifestações geraram na sociedade e na agenda política brasileira.

Palavras-chave: Ação Coletiva; Movimentos Sociais; Confronto Político.

ABSTRACT

This work is an investigation that has as its object of analysis a recent phenomenon in the Brazilian social reality: the manifestations of June 2013. This study is appealing to a situational analysis of the causes and effects of political confrontation occurred in Brazil in June 2013. Identifies the main actors involved during the demonstrations and the coming confrontation between elements of civil society and political system. We emphasize that for the analysis of this phenomenon we used the vast literature responsible for the issue of collective action and social movements. It is understood that the causes of June 2013 are inserted in a context of collective outrage involving social movements, political actors, media and ordinary people. Indeed, the protests have revealed forms of activism with numerous practices that are embedded in a group ideology, a fixed or temporary identity in a structural or historical context, as well as in public protest forms, where the political confrontation is culturally inscribed and socially statement. Thus, according to this study, interpret June 2013 is a theoretical and tireless exercise to understand which way social activism and collective action in contemporary society and the consequences that these events have generated in society and the Brazilian political agenda.

Keywords: Collective Action; Social Movements; Contentious Politics.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. AÇÃO COLETIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS: TEORIAS, ABORDAGENS, ATUALIZAÇÃO, REVISÃO E DESLOCAMENTO	15
2.1 Apontamentos iniciais sobre as teorias dos movimentos sociais.....	16
2.2 As abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva	21
2.3 Avanços, rupturas e apropriações: como se organiza a ação coletiva na contemporaneidade	30
3. A POLÍTICA E A SOCIEDADE BRASILEIRA ANTES DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	38
3.1 A Conjuntura política, econômica e social antes de junho de 2013	39
3.1.1 <i>As características políticas do lulismo</i>	40
3.1.2 <i>As características socioeconômicas do lulismo</i>	49
3.1.3 <i>Mas, por que as pessoas foram às ruas?</i>	56
4. INTERPRETANDO UM CONFRONTO: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	63
4.1 Quando e onde tudo começou: o cenário anterior, a questão urbana e o MPL.....	66
4.2. O início de um ciclo de protestos.....	70
4.3. Criando e difundindo oportunidades: as redes como mecanismos de propagação da ação coletiva	74
4.4. A composição dos manifestantes: quem estava nas ruas?	83
4.5. O desafio a ordem e a resposta institucional.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O QUE RESTA DE JUNHO DE 2013.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS.....	115

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta estudar um fenômeno recente na sociedade brasileira: as manifestações de junho de 2013. Entendemos que interpretar os desígnios e litígios da ação coletiva não é tarefa fácil. Neste sentido, para compreender as causas e os motivos da ação dos diversos movimentos sociais, grupos e atores sociais se faz necessário o uso de uma vasta bibliografia responsável pelo tema. Sabemos que tratando-se de movimentos sociais o campo de análise é amplo e demasiadamente complexo. Neste sentido, entendemos que na literatura científica as interpretações não se esgotam em uma linha de análise, mas que podem nos oferecer arcabouço teórico para compreender os diversos fenômenos da vida social que estão atrelados a essa temática. Assim, de acordo com este estudo não há um caminho único a ser percorrido na análise de tal fenômeno.

Ainda que a predileção por uma ou outra corrente interpretativa signifique maior capacidade de capturar a realidade social, não significa que tal fenômeno esteja atrelado a determinada teoria. Entretanto, acredita-se como Claus Offe (1984) de que não é a pretensão de fazer uma teoria integral dos movimentos sociais, mas, ao analista, essa questão fica sempre indeterminada e opera como combustível para o aprofundamento teórico. Buscar respaldo nas teorias é utilizá-las como constructos ideais para a leitura da realidade social. Se se acredita que tal pretensão é o que move este trabalho, entendemos que esse exercício inesgotável é a insistente necessidade de acabar o inacabado. O quadro compósito de tal análise está mais preocupado com os elementos que se relacionam no decorrer da investigação, do que simplesmente apontar um fim interpretativo único. Neste sentido, para entender junho de 2013 apresentamos elementos que são importantes, ora nos efeitos estruturais das manifestações, ora na composição e organização da indignação coletiva.

As manifestações de junho de 2013 surgiram em um contexto de relativo desenvolvimento na sociedade brasileira onde vinha-se galgando degraus na oferta de políticas públicas, maior participação política e com programas amplos de inclusão social iniciados no governo Lula (2003-2010) e que deram continuidade no governo Dilma Rousseff

(2010-2014). Apesar de um relativo contexto de expansão econômica e de direitos sociais, a indignação coletiva exigia do sistema político maior compromisso e transparência na gestão dos recursos públicos. A descrença na política brasileira, disseminada por toda a sociedade, foi o combustível principal para o início dos protestos. Através de formas de ativismo que combinaram ações historicamente instituídas com instrumentos de propagação relativamente novos, os manifestantes conseguiram expandir o efeito demonstração da ação levando um contingente de pessoas comuns cada vez maior às ruas. O extraordinário, porém, é que a partir daquele mês inaugurou um ciclo de protestos que se estendeu nos anos seguintes com efeitos muito maiores que os esperados.

Para entender junho de 2013 procuramos na bibliografia dos movimentos sociais e da ação coletiva os aportes teóricos e conceitos importantes para este tipo de análise. Entretanto, é importante salientar que as teorias apresentam formas de interpretação da ação coletiva que podem divergir de acordo com a abordagem teórica adotada. Neste sentido, não havendo consenso sobre o que é ou não é movimento social dentro destas abordagens é preciso abranger o campo conceitual com o intuito de que possamos abarcar o máximo possível as práticas e ações dos diversos grupos, atores e movimentos sociais. Assim, acreditamos como Gohn que movimentos sociais são:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e políticas de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. (GOHN, 2012, p. 251-252).

Ainda que tal definição seja demasiadamente complexa é preciso atentar que ela envolve diversos aspectos da vida social, mas que tem como princípio o campo político, cujo

contexto é fundamental para compreendermos como operam as relações de força de uma dada sociedade. Neste sentido, todo movimento social e toda ação social refere-se à ação das pessoas na sociedade, na história. Entretanto, essa ação tem que ser conduzida através de uma força social que se traduz em demanda ou reivindicação concreta por meio da qual um grupo se põe em movimento.

Se se estabelece que a ação tem um princípio que a coloca dentro de uma teoria da prática, do contrário, também percebemos que ela está inserida em um contexto que é estruturalmente definido e compartilhado. Ora, toda ação também se desenvolve em um contexto onde os atores lutam em torno da relação de forças de uma sociedade para levar a cabo um projeto, uma perspectiva de mundo. A princípio a indignação coletiva surge de uma situação insuportável, que se coloca na condição da vivência mútua em torno daquilo que determinado grupo demanda. Ao demandarem algo os atores pretendem modificar as relações de força de uma sociedade. Para que isso ocorra utilizam-se de reivindicações e de ações concretas que projetam as pessoas num cenário de conflito.

Levando em consideração esses fatores, acreditamos que o estudo sobre os movimentos sociais e a ação coletiva tem que envolver um esforço multidisciplinar. Neste sentido, diante da possibilidade de cometer equívocos, estamos empenhados a desvendar as diversas facetas de um mesmo fenômeno na tentativa de construir um quadro analítico do que ocorreu no Brasil em junho de 2013. Para isso, recorreremos à análise de conjuntura com o intuito de apresentar os motivos pelos quais as pessoas foram às ruas naquele momento. Assim, observaremos que os problemas que envolvem a ordem coletiva estão inseridos em uma conjuntura sociopolítica que teve impacto importante no desenrolar dos dias de protesto.

Nas teorias dos movimentos sociais entender quais os motivos que levam a formação de uma ação coletiva é um dos fatores mais importantes na análise. Com efeito, para que possamos formular uma base compreensiva dessa ação é preciso fazer uso da análise de conjuntura. Como afirma Herbert José de Souza, quatro categorias são importantes para trabalhar a análise de conjuntura: os acontecimentos, os cenários, as relações de forças e a articulação (relação) entre estrutura e conjuntura (JOSÉ DE SOUZA, 1986, p. 9). O acontecimento, neste caso, são as manifestações em junho de 2013. As análises por

intermédio de acontecimentos indicam os sentidos e a percepção que as pessoas têm da realidade e de si mesmos. A hipótese é a de que as manifestações de junho de 2013 ocorreram devido à configuração da estrutura sociopolítica brasileira nos últimos 10 anos. Seja ela na maneira como as pessoas conduzem a ação coletiva na contemporaneidade, tanto quanto os efeitos da política estatal na vida do cidadão comum.

As consequências das políticas de inclusão social e a expansão de uma classe de consumidores na sociedade assistiu à derrocada de um sistema político viciado que aos poucos foi perdendo suas bases de interlocução com a esfera civil. O resultado foi um acúmulo de benfeitorias em conjunto com inúmeros problemas de convivência cotidiana. Chamamos atenção aqui para o fato de que o período Lula-Dilma significou um avanço no combate à desigualdade e à pobreza monetária marcados, principalmente, por políticas de inclusão social, mas que, não se configurou enquanto um projeto nacional de direção e emancipação de classe trabalhadora, um dilema perseguido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde a década de 1970. Esse projeto, por outro lado, foi motivo de indignação por parte significativa de outros setores da sociedade brasileira, os quais enxergaram na relativa ascensão de uma classe desprivilegiada a diminuição dos seus direitos como classe social abastada.

Metodologicamente a pesquisa se divide em uma revisão bibliográfica sobre a temática da ação coletiva e dos movimentos sociais apresentando suas principais abordagens teóricas para o entendimento das manifestações de junho de 2013. Quanto ao tipo de pesquisa, o presente estudo realiza uma abordagem qualitativa por intermédio de uma pesquisa descritiva e explicativa, com o intuito de identificar de forma detalhada os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência de tal fenômeno. Para isso, os procedimentos adotados foram a análise de documentos oficiais, pesquisas de opinião pública, análise de periódicos semanais e de discurso. As fontes consultadas foram pesquisas de opinião pública que ocorreram durante os protestos realizadas pelos institutos Data Folha, Ibope (ver Anexos). Pesquisas de análise de redes sociais (ver Anexo 1) as quais identificaram o número de pessoas que foram convocadas a participar das manifestações. Tanto quanto a análise sistemática dos noticiários, dia após dia, dos dias de protestos e das convocações.

Analisando de perto esta problemática veremos que modificações na composição estrutural da sociedade brasileira comportaram opiniões e formas de ação as mais diversas possíveis. Em se tratando de como a ação coletiva se manifesta na contemporaneidade, veremos que o teor político dos atos de protesto demonstra não somente uma indignação com a gestão dos recursos públicos na sociedade, mas uma crítica severa à maneira de como se tem exercido a política no Brasil. Certamente, as marcas de um conflito entre classes inauguraram a imaturidade do debate democrático na medida em que grupos específicos abdicaram da construção de um projeto inclusivo e comum para a sociedade brasileira. Com efeito, o aparecimento de setores conservadores na cena política foi consequência desse momento. Interessantemente, o legado daqueles dias de protestos se fez presente na sociedade até os dias atuais. Embora a ampliação do debate fosse o mote para o desenvolvimento de uma democracia aberta e plural durante aquele período, o que assistimos, desde então, foi um confronto e uma polaridade acirrados em torno da política nacional.

A divisão do texto é marcada, primeiramente, por uma revisão da literatura sobre os movimentos sociais e a ação coletiva. Procuramos apresentar os elementos que fundamentam uma teoria dos movimentos sociais por intermédio da interlocução entre a teoria da ação social e parte da teoria da ação coletiva. Neste sentido, identificar a gênese de uma teoria da ação é também identificar seus recorrentes usos na teoria social. Desta maneira, seus usos se tornam importante na medida em que o desenvolvimento embrionário de uma teoria da ação coletiva oferece bases para as abordagens teóricas que são importantes na captura do objeto de estudo.

Em segundo lugar, dadas as condições histórico-temporais nas quais nos encontramos, interpretar o ativismo social é fazer uma releitura do conhecimento acumulado, juntamente com o que se tem produzido atualmente. Neste sentido, se tratando do ativismo social na contemporaneidade apresentamos diversos fatores que se inter cruzam com as matrizes teóricas dos movimentos sociais e da ação coletiva. Para isso, compreender a conjuntura da sociedade nos dias de hoje é também apontar como as pessoas organizam a ação coletiva, tendo em vista um conjunto de possibilidades e limites de ordem estrutural.

Com efeito, por mais que o leitor possa enxergar a predileção, em determinados momentos, a uma ou outra matriz teórica, isso não representa motivo de equívoco. Sabemos que ao confrontar a teoria com a realidade nem sempre podemos aproveitar tudo em seu sentido *lato*.

Entretanto, ainda que não fique claro identificar as diversas teorias no entendimento do objeto aqui proposto, podemos observar que: 1) para toda ação coletiva é preciso analisar o contexto de desenvolvimento de tais ações, ou seja, a conjuntura política e socioeconômica de uma determinada sociedade; 2) o sentido dado pelos atores à ação; 3) que este sentido está em relação íntima com os diversos fenômenos que permeiam a realidade social, os quais apontam os limites e desafios para a ação; e 4) toda ação coletiva envolve conflito, e esse conflito está culturalmente inscrito nas biografias individuais e é socialmente difundido e orientado. Neste sentido, se junho de 2013 significou algo extraordinário para a sociedade brasileira nosso desafio foi no intuito de realizar uma leitura deste fenômeno à luz das teorias dos movimentos sociais.

2. AÇÃO COLETIVA E MOVIMENTOS SOCIAIS: TEORIAS, ABORDAGENS, ATUALIZAÇÃO, REVISÃO E DESLOCAMENTO

No presente tópico colocaremos em evidência um conjunto de mecanismos, conceitos e abordagens que darão bases teóricas ao nosso objeto de estudo. Serão feitos alguns apontamentos iniciais sobre o desenvolvimento dos estudos em torno da ação coletiva e dos movimentos sociais. Serão apresentadas as principais abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais com a finalidade de oferecer perspectiva analítica na forma como será conduzida a captura do nosso objeto de estudo. Neste sentido, serão apresentados dentro de cada abordagem teórica os autores e os conceitos relevantes que podem elucidar nossa análise. Compreende-se que as formulações e teorias levantadas por esses autores contribuem de forma relacional dentro de um quadro teórico que permite dar conta do nosso objeto de estudo. Com efeito, será importante notar que devido ao método utilizado para abordar a ação coletiva, seja na perspectiva estrutural ou na perspectiva do ator, os elementos de análise podem se relacionar de maneira profícua.

2.1 Apontamentos iniciais sobre as teorias dos movimentos sociais

Uma necessidade que encontramos ao iniciar esta pesquisa foi delinear o campo analítico de nossa empreitada por meio de uma revisão bibliográfica que levasse em conta as diversas abordagens teóricas no estudo da ação coletiva e dos movimentos sociais. Podemos dizer que a abordagem clássica sobre os movimentos sociais está nos primeiros estudos sobre as ações coletivas na corrente sociológica norte-americana influenciada, principalmente, pela teoria da ação de Parsons (2010). Necessariamente, diríamos que a ação coletiva não basta para explicar o que posteriormente se desenvolveu em outra via de compreensão dos movimentos sociais pela escola sociológica europeia, a qual apresentaria com determinada importância a noção de atores coletivos derivada das teorias de Weber e da influência das teorias marxistas. Neste sentido, concordamos com Gohn ao argumentar que o núcleo articulador das análises para a compreensão dos movimentos sociais e da ação coletiva é, em grande parte, a contribuição das teorias da ação social (GOHN, 2012a, p. 23). Entretanto, se tratando de um objeto amplo, as manifestações de junho de 2013 mereceriam ser encaradas como fatos que derivam especificamente de uma articulação coletiva que carrega, ora elementos conjunturais, que estão inseridos nas contradições da estrutura da sociedade brasileira, ora elementos específicos que definem a forma através da qual os atores coletivos enxergam o mundo que os circunda e se sentem engajados a participar dos atos de protestos. Se por um lado, encontramos os motivos que levam as pessoas às ruas devido a problemas de ordem coletiva, por outro, entendemos que as diferentes formas de manifestação (a performance, os protestos, as marchas, o engajamento) são fruto da relação que os sujeitos estabelecem entre si e o sentido que imprimem a essas ações.

De acordo com Gohn (2012a), foi nos Estados Unidos por volta dos anos de 1930 que se desenvolveu uma abordagem de compreensão dos movimentos sociais. O tema da ação coletiva neste país permaneceu hegemônica durante décadas. Decerto, esse desenvolvimento não foi homogêneo devido à composição das teorias e das influências que sofreram. No

entanto, podemos colocar as características do desenvolvimento de uma abordagem da ação coletiva em dois polos: o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal (GOHN, 2012a, p. 23). A análise dos comportamentos ocorria segundo um enfoque sociopsicológico, de via interacionista, ou na compreensão das estruturas como formas de conformação da ação, via funcionalista. Tinham como fundamento uma ênfase na ação institucional – devido à influência do funcionalismo –, em contraposto a uma ação não institucional, de rompimento com os complexos organizacionais da sociedade – nota-se aqui a influência dos estudos de Weber (1972;2010) Marx (1976; 1989; 1998; 2011a; 2012b; 2012).

Para a escola sociológica norte-americana os movimentos sociais deveriam ser analisados a partir de ciclos evolutivos onde o surgimento, crescimento e propagação ocorreriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares e difusão das ideias. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente (GOHN, 2012a, p. 24). O tema da tensão social era o que permeava toda a compreensão da ação coletiva. Somado à ideia de anomia social estavam presentes as explicações centradas nas reações psicológicas aos medos e frustrações sociais. Consequentemente, a criação de mecanismos de quebra da ordem vigente representava uma forma, dentre tantas, de estabelecer ruptura com a sociedade em processo de mudança. Além do mais, esses processos de ruptura poderiam ser tomados como elementos importantes na compreensão da mudança social¹.

Certamente, o paradigma norte-americano da ação coletiva forneceu diversos estudos sobre a compreensão dos movimentos sociais². Dentro desse paradigma, os estudos desenvolvidos por Herbert Blumer significaram um marco teórico nas primeiras

¹ De acordo com Gohn (2012), Cohen e Arato (1992) chamavam a atenção para um modelo de política difundido na sociedade da época onde a visão de uma democracia elitista era a regra: eleições livres, competição e participação ativa de minorias por meio de partidos e grupos de interesses. Toda ação coletiva extrainstitucional, motivada por fortes crenças ideológicas, parecia ser antidemocrática e ameaçadora para o consenso que deveria existir na sociedade civil (GOHN, 2012, p. 24-25).

² Para uma catalogação das correntes teóricas desenvolvidas dentro do paradigma norte-americano ver: GOHN, M. Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 pp. 25-26.

caracterizações das ações coletivas. Esse empreendimento inicial se deu via Escola de Chicago, onde a compreensão da mudança social passava pela perspectiva da reforma social. Dentro dessa perspectiva, os movimentos sociais eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos. Para Blumer, os movimentos sociais seriam empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida (GOHN, 2012a, p. 30). A insatisfação e a inquietação social advindas de problemas de desordem estrutural eram os elementos marcantes para a formação de um movimento social. Consequentemente, a maneira com a qual os movimentos chegariam a uma resposta às suas ações seria por intermédio da fundação de uma nova ordem, na medida em que essa ordem entraria em conflito com as concepções da sociedade vigente. Uma vez que as transformações a nível da sociedade eram importantes na configuração das psicologias individuais, a emergência de novas escalas de valores viriam influenciar como as pessoas olham para si próprias. Dentro do binômio comunidade-sociedade os movimentos sociais seriam uma certa transição entre as duas formas de organização social, dado que em seu início os movimentos se formam de maneira amorfa dentro do imaginário psicossocial e vão adquirindo as características de uma sociedade: forma, organização, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais – em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida (BLUMER, 1951, p. 199 *apud* GOHN, 2012a, p. 30). De certa maneira, veremos que o que ocorreu em junho de 2013 no Brasil carrega muitas dessas características ao analisar a forma como se comporta o ativismo social nos dias atuais. Veremos também que em uma sociedade onde elementos democráticos de participação política estão garantidos a necessidade de modificação da ordem social vigente passa muito mais no sentido da mudança na orientação sociopolítica dos indivíduos do que a implementação de um novo sistema social.

De acordo com Gohn (2012a), a contribuição de Blumer está nitidamente expressa no entendimento da maneira como ocorre o processo de motivação dos indivíduos em torno da ação coletiva. Segundo Gohn, para Blumer existe um processo de criação e desenvolvimento das motivações, que vem do exterior, de uma ordem cultural, mas que se assenta em bases interiores, individuais. As concepções dos indivíduos a respeito deles próprios chocar-se-iam com suas reais posições na vida, gerando insatisfação, disposição e interesse pela busca de novas direções. (GOHN, 2012a, p. 31). Em certo sentido, quando os manifestantes decidiram ir às ruas em junho de 2013 eles não estavam somente levando sua

indignação pura e simples a público. Antes, a concepção de mundo e vida pública, principalmente em relação ao sistema político e à administração dos recursos coletivos, eram confrontados com a maneira pela qual a política estava sendo conduzida, e os sujeitos reivindicavam o aumento e aprofundamento de relações mais transparentes que afetavam suas vidas e a coletividade.

Como afirma Gohn, a preocupação de Blumer girava em torno do entendimento dos mecanismos e significados através dos quais os movimentos se tornariam aptos a crescer e se organizar. O autor identificou cinco mecanismos neste processo: 1) a agitação, considerada de vital importância principalmente nos estágios iniciais do movimento; 2) o desenvolvimento de um *spirit de corps*, responsável por criar uma atmosfera de cooperação entre os indivíduos do movimento; 3) a formação de uma moral, através dos símbolos, mitos, personagens carismáticos, ídolos e heróis, e o culto a certos textos e manifestos; 4) formação de uma ideologia como um corpo de doutrinas e crenças que geralmente seriam elaboradas pelos intelectuais dos movimentos; e 5) desenvolvimento de operações táticas, essas divididas em adesão, manutenção dos adeptos ao movimento e construção dos objetivos (GOHN, 2012a, p. 33-34).

Outros importantes teóricos que Gohn destaca são Turner e Killian, os quais utilizaram-se da abordagem da psicologia social para entender os comportamentos coletivos. De acordo com os autores, os movimentos sociais são uma das formas de expressão das ações coletivas. É a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistir a ela na sociedade ou no grupo que faz parte (TURNER E KILLIAN, 1957, p. 308 *apud* GOHN, 2012a, p. 43). O fator de continuidade dos movimentos representa o elemento chave para distingui-los de outros tipos de ações coletivas. Isso se tornará mais latente ao tratarmos da forma como os protestos surgem, têm seu ápice e declínio. Junho de 2013 no Brasil surgiu de uma indignação específica atingindo grande parte da sociedade e que se desenrolou num confronto político com as autoridades e entre os próprios manifestantes. Veremos que a divergência de orientação concisa dentro do movimento gerou, conseqüentemente, seu declínio com o passar do tempo.

Neste sentido, podemos entender que ligada à ideia de ação social e ação coletiva os movimentos sociais surgem como respostas coletivas e ao mesmo tempo estruturais a

determinada conjuntura da sociedade. O que está em discussão quando apresentamos essa afirmação é por onde ou como abordar este tipo de objeto de estudo. O interessante notar é que o desenvolvimento do estudo dos movimentos sociais acarretou diferentes abordagens que receberam influências importantes na composição de suas teorias. Como afirma Alexander (1987; 1998), a mudança de paradigma na maneira de observar a ação coletiva possibilitou um deslocamento do modelo clássico de análise dos movimentos sociais, desprendendo-se do campo de análise preocupado com o comportamento coletivo e entrando no campo da ação. Esse movimento possibilitou o surgimento de três principais tipos de abordagens teóricas: as abordagens histórico-estrutural, culturalista-identitária e institucional/organizacional comportamentalista (ALONSO, 2009; DELLAPORTA & DIANI, 2006; GOHN, GOHN, 2012)³.

³ Em seu livro **Social Movements: na introduction**. Blackwell Publishing, 2006, Donatella Della Porta e Mario Diani apontam detalhadamente a separação de cada uma dessas correntes levando em consideração aspectos mais específicos no desenvolvimento de cada abordagem. Neste sentido, os autores trabalham desde a visão do ator, sua identidade, as redes e a dimensão simbólica da ação coletiva, até os fenômenos de impacto estrutural, as organizações, os repertórios de protestos e as oportunidades políticas.

2.2 As abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva

Como foi salientado, existem pelo menos três eixos principais de análise da ação coletiva e dos movimentos sociais. A abordagem histórico-estrutural deriva do ramo do paradigma europeu no que tange ao aprofundamento do marxismo clássico. Suas influências propõem uma explicação para a ação coletiva pautada nos problemas que envolvem a expansão capitalista por intermédio das relações de produção. A discussão travada por essa abordagem gira em torno da categoria de movimento social dos trabalhadores, melhor dizendo, o movimento revolucionário. Marx, o responsável por construir a matriz teórica dessa abordagem, não se dedicou exclusivamente a teorizar as ações coletivas dentro de quadros comportamentais ou da ação social. Ele delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, que se manifestava de acordo com as contradições ocorrentes na dinâmica de classes. Para Marx, o movimento dos trabalhadores era visto como sujeito histórico capaz de transformar o mundo das relações sociais existentes, quebrando com a ordem vigente e propondo um novo modelo de organização social. Assim, o estudo dos movimentos sociais sob a égide da teoria marxista concentrou-se na análise de processos históricos globais. Inseridos nas contradições materiais da sociedade os movimentos seriam formas de ação devido à exploração consequente do processo de acumulação capitalista.

O marxismo representava uma teoria explicativa e ao mesmo tempo fundamentadora da ação dos movimentos revolucionários do século XIX. Podemos dividi-lo em duas correntes principais de análise: a corrente ortodoxa e a corrente histórico-humanista (heterodoxa). Nos estudos da corrente ortodoxa do marxismo, a qual tem como principais expoentes Lenin e Trotsky, é perceptível a predominância das análises em fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Como afirma Tarrow (2009, p. 29), a relação dual entre os problemas de ordem estrutural e a ação estratégica do movimento levou esses autores a colocar no mote da ação coletiva pressupostos utilitaristas semelhantes aos levantados na teoria da mobilização de

recursos⁴, a qual falaremos mais adiante. Por outro lado, a corrente histórico-humanista que retoma os estudos de Marx sobre a consciência, a ideologia e a alienação, tanto quanto estabelece paralelos com as assertivas de Gramsci e Rosa Luxemburgo, apresentou um quadro compósito de compreensão da ação coletiva através da importância dada aos processos políticos, econômicos, sociais e culturais como elementos que se intercambiam nas relações de forças na sociedade.

Um dos autores da abordagem histórico-estrutural que tem importantes contribuições ao trabalho é Eric Hobsbawm. A contribuição de Hobsbawm gira em torno dos grandes processos históricos que possibilitaram o surgimento de revoluções em diversos países na era moderna. Seus estudos históricos sempre tiveram a preocupação de recuperar as condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos. Certamente, a recuperação da vida das classes trabalhadoras ofereceu subsídios para a construção da ideia de revolução no movimento trabalhista. Entretanto, sua contribuição no que tange ao presente estudo é em torno da diferença fundamental que o autor faz entre os movimentos revolucionários e reformistas. Segundo Hobsbawm, os movimentos reformistas “aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; os revolucionários insistem que esta estrutura deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída” (HOBSBAWM, 1970, *apud* GOHN, 2012a, p. 202). Ao separar em dois tipos de movimentos, o autor nos chama a atenção para o seguinte ponto: os comportamentos diferenciados e as modalidades de ações advindas desses comportamentos serão tratados, conseqüentemente, de forma diferente no que tange à organização, a estratégia e as táticas utilizadas por cada um dos dois tipos de movimentos. Assim, em movimentos revolucionários ações extremas de ruptura da ordem terão maior proporção do que em movimentos reformistas. Do contrário, as passeatas públicas e as ações performativas ganham mais destaque nos movimentos reformistas. Como veremos, os protestos que ocorrem no Brasil em junho de 2013 têm muito mais relação com a ideia de movimentos reformistas do que com movimentos revolucionários. Nos dias atuais é perceptível que a atrofia da tradição de revolução, que no decorrer do século

⁴ Como afirma Tarrow: “A teoria da vanguarda era uma resposta organizacional à situação histórica em que a classe trabalhadora era incapaz de produzir uma revolução por si mesma (...)” (TARROW, 2009, p. 29).

XX deu lugar para a revivescência das massas, fizesse com que a maioria das foças envolvidas nos movimentos sociais rejeitassem o universalismo de uma política democrática e cidadã em favor de alguma identidade grupal. Com efeito, a mudança na forma como os movimentos se relacionam com o instituído passou de sua negação e ruptura para formas de aceitação e contestação da ordem vigente.

Por outro lado, Manuel Castells propõe uma renovação na teoria dos processos urbanos que é significativa para o presente trabalho. Suas críticas à questão urbana encabeçou um processo de renovação no debate sobre os movimentos sociais. Em contraposto a toda teoria funcionalista e interacionista norte-americana, a ênfase de seus estudos esteve pautada na análise das práticas das estruturas sociais que geravam impacto nas relações dentro do meio urbano. O autor destacou o papel importante desses movimentos na construção do espaço urbano por meio de suas práticas de contestação das políticas de planificação do Estado (CASTELLS, 1980; 1983).

Para Castells (1980), A existência de movimentos sociais urbanos pressupõe a existência de um Estado. As questões que envolvem a participação das massas no contexto urbano de luta política estão enraizadas na relação entre a lógica estrutural do capitalismo avançado e sua expressão na vida urbana. Como veremos, o estopim das manifestações de junho de 2013 no Brasil ocorre devido a problemas na gestão de recursos públicos (transporte coletivo) e se desenrola na atuação do Estado em conter os protestos via violência policial.

Segundo Castells, a saída de um modelo autoritário de administração estatal para um modelo de Estado gestor foi primordial para compreender a dinâmica dos movimentos citadinos, tanto quanto a característica básica do fenômeno de desorganização da vida social ligada a desordem urbana. O aparecimento do Estado como provedor de recursos necessários à organização do ambiente habitado trouxe modificações e consequências para a vida das pessoas⁵. O conflito entre esfera civil e esfera pública ocorre a partir do momento em que a

⁵ Apesar de sua compreensão de que os problemas estruturais têm grande importância na configuração da ação coletiva em forma de reivindicação, Castells não ficou aquém das críticas ao seu trabalho. De acordo com Gohn, a crítica formulada por Lojkine (1981) apontou que a análise de Castells teria a incapacidade de propor uma teoria da mudança porque se fundamentava na noção funcionalista de sistema. A contradição e a transformação não estão no sistema mas nas práticas. Não há, segundo Lojkine, a apreensão das contradições internas – que dão movimento ao fenômeno. O indivíduo, o ator social, fica reduzido a suporte de uma função econômica – ser membro do conjunto que compõe a força de trabalho. Luta-se por meios coletivos para a reprodução destes indivíduos enquanto força de trabalho. O urbano se reduz à reprodução da força de

questão do consumo passou a ser um problema na pauta das políticas conduzidas pelo Estado. Como argumenta Castells,

[...] na medida em que a socialização do consumo e a politização de sua gestão já haviam suscitado um princípio de organização coletiva dos habitantes e usuários, a tentativa de regressão dos serviços públicos desemboca, de fato, numa explosão, cada vez menos controlada, de movimentos reivindicatórios urbanos. (CASTELLS, 1980, p. 25).

A pretensão de Castells era compreender os movimentos a partir da determinação estrutural do problema que encerram, ou reivindicam. Isto implica captar nos movimentos suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades por intermédio de suas relações com a cidade e o Estado. Neste sentido, a variável consumo passou a ser fundamental para compreender a dinâmica dos movimentos sociais na contemporaneidade. De acordo com Castells, a crise ocasionada pela má organização do consumo em larga escala, a qual se manifestava enquanto uma crise do sistema capitalista como um todo, colocava à prova as ações do Estado em contornar os problemas de ordem pública (CASTELLS, 1980). Nessa direção, a politização da massa aparece de forma cada vez maior de acordo com o grau de engajamento dos grupos sociais nos assuntos referentes à questão urbana⁶.

Por outro lado, Alain Touraine (1996), autor importante para a abordagem culturalista-identitária, argumenta é preciso olhar para os atores como agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos, de antemão, pelo lugar que ocupariam no sistema de produção. Significa dizer que

trabalho. (GOHN, 2012, p. 191). Está certo que Castells responderá a essas críticas em *A questão Urbana*, colocando não somente a importância dos movimentos sociais urbanos na configuração da mudança social, como também a articulação entre estes e os demais movimentos da sociedade, como o movimento operário e a luta política de classe.

⁶ Por volta dos anos de 1980, Castells abandonou, em parte, o referencial marxista em sua vertente estrutural passando a ser influenciado principalmente pelos trabalhos de Alain Touraine. Necessariamente, o autor passou a colocar em suas formulações os problemas que envolvem a experiência, a produção e o poder na sociedade em rede desenvolvendo uma teoria explicativa dos motivos estruturais que os efeitos da revolução tecnológica promoveram sobre os vários domínios da atividade humana. De acordo com Castells, as redes potencializaram a ação coletiva no sentido de se criar uma identidade destinada à resistência coletiva aos processos de dominação estrutural. Consequentemente, a construção dessa identidade inclui um projeto de vida o qual se expande na transformação da sociedade como um todo. Atento a essas especificidades, Castells tentará definir os movimentos sociais como “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2002, p. 20 *apud* PICOLOTTO, 2007, p. 167). Entretanto, por mais que sua intenção seja ver uma capacidade transformadora nos movimentos sociais, sua análise ainda se restringe ao papel desempenhado pelo Estado como o grande elemento responsável pela coesão social. Neste sentido, a crítica difundida às análises de Castells correspondem à linearidade de sua lógica: pressão popular, mudanças institucionais e reformas urbanas (GOHN, 2012a, p. 194). Assim, a planificação urbana seria o grande instrumento gerador de mudanças sociais. Essa compreensão será retomada adiante em nossas análises.

o autor propõe pensar na ação coletiva como uma luta do ator contra modelos de dominação que são recorrentes na sociedade em cada tempo histórico⁷. Podemos destacar que a crítica feita pelos manifestantes contra os efeitos da violência policial representava uma forma de luta dos atores contra um modelo de dominação que não levava em conta os direitos democraticamente instituídos. O abuso policial naqueles dias de junho foi coletivamente criticado durante as passeatas e nas redes sociais. A forma com a qual os manifestantes demonstravam sua indignação, por meio de cartazes e palavras de ordem, marcaram um conflito entre os meios culturais da dominação. Meios culturais, pois a violência simbólica, a truculência policial, foi um dos pontos mais debatidos nos boletins televisivos e impressos naquele período.

Neste contexto, a contribuição de Alberto Melucci se faz necessária pelo motivo de que o autor atribui aos movimentos sociais um papel importante para a solidariedade como forma de mobilização na ação coletiva. Segundo Melucci, a ação coletiva tem que ser vista como uma interação entre recursos, objetivos e obstáculos, inserida dentro de um campo de possibilidades e limites sistêmicos (MELUCCI, 1985, p. 794). Manter juntos indivíduos e mobilizar recursos para ação significa alocar valores, capacidades e decisões em um campo que é delimitado. Ao propor uma ideia circunscrita de campo de possibilidades para a ação coletiva, Melucci encerra uma noção de conflito na qual coloca em relação atores que se opõem em torno dos mesmos recursos. Os limites do sistema são indicados pelo alcance de variações da ação que são toleradas dentro de uma estrutura. À guisa de exemplo, um dos pontos de indignação e a consequente mobilização das pessoas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil está ligada, primeiro, com a sensibilidade perante as pautas levantadas pelos coletivos sociais em torno da temática urbana e, segundo, aos atos de violência contra os manifestantes nos primeiros dias de protesto. Ao tornar pública essas ações os movimentos atuavam como lentes através das quais problemas mais gerais possam ser abordados (MELUCCI, 1994, p. 155).

⁷ Segundo Alexander (1998, p. 20), a noção de movimento social para Touraine preconiza uma ideia de sociedade civil como uma “ideologia antiestatal da liberdade”. Inspirados numa cultura tão subjetiva e individualista, os movimentos são apresentados como meros protestos específicos contra a sociedade capitalista tardia. Touraine não fala da ação coletiva como um movimento socialmente produzido que deixa à mostra o logro das promessas democráticas, mas como um processo que amplia e aprofunda essas promessas.

Melucci aponta que a influência direta dos movimentos sobre os sistemas políticos ocorre de três maneiras: a primeira é uma ampliação dos limites da política; a segunda é por meio de uma mudança nas regras e procedimentos políticos; e a terceira ocorre por uma transformação na forma de participação no interior dos sistemas políticos (MELUCCI, 1994, p. 156). Veremos que as manifestações de junho de 2013 no Brasil significaram uma modificação na forma com a qual as pessoas, na sociedade brasileira, encaram a participação popular. Pode-se dizer, de antemão, que essas manifestações inauguram um ciclo de protestos que iria se arrastar pelo Brasil ao longo dos anos seguintes. O importante a notar, neste contexto, é no que diz respeito às oportunidades políticas que passaram a ser exploradas pelos manifestantes ao longo de todo esse período. Assim, entramos com as considerações da abordagem teórica do Processo Político⁸.

De acordo com Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2004, p. 12-13) o processo político consiste numa combinação de mecanismos causais (causal *mechanisms*) que são recorrentes em determinados momentos; possuem sequências que se repetem com diferentes combinações; e produzem inúmeros efeitos em grande escala, a partir de variadas condições iniciais. Para os autores, a compreensão dos mecanismos causais permite entender que a mobilização não é um processo isolado e que ela se entrelaça com diversos outros mecanismos e processos. A criação e a transformação de atores, a certificação de suas reivindicações ou a não aceitação política, como também a repressão e a radicalização na difusão de novos protestos ou contensão destes, envolvem trajetórias complexas que estão inseridas em processos sociais amplos. Como veremos, os motivos pelos quais as pessoas foram às ruas em junho de 2013 levaram em consideração processos sociais e políticos que

⁸ A corrente teórica do Processo Político é uma vertente, junto com a Teoria da Mobilização de Recursos, do que se convencionou a chamar de abordagem institucional/organizacional-comportamentalista (ALONSO, 2009; GOHN, 2012). A corrente da Mobilização de Recursos tem orientação racional-utilitária. A do Processo Político congrega categorias históricas e conjunturais para explicar os fenômenos de contestação públicos. Para a corrente da mobilização de recursos, o sucesso dos movimentos era proveniente da forma como eles se comportariam em sua estrutura interna. Neste sentido, ao assemelhar-se às organizações formais em sua estrutura organizativa conferiria maior eficiência ao adquirir bens coletivos. A principal crítica desenvolvida em torno da Teoria da Mobilização de Recursos era a irrelevância dada à variável identidade para pensar a ação coletiva. Além do mais, a inexistência da compreensão dos valores, normas, ideologias, projetos e cultura do grupo social eram excluídos da análise dando lugar para uma lógica de interação custo-benefício. Neste sentido, nadando contra a noção utilitária da Mobilização de Recursos, os autores da corrente do Processo Político postularam que a distinção entre sistema político e movimentos sociais é de grau de organização e não de natureza. Necessariamente, a prevalência de uma dessas formas dependerá de dois gêneros de parâmetros: um político e o outro histórico-cultural. Isto é, de um lado, a maneira com a qual a institucionalidade trabalha a questão da ação coletiva em suas formas de organização da dominação em uma sociedade; de outro, como as formas de organização da sociedade comportam uma ação contra um sistema político em sua configuração temporal (ALONSO, 2009; MCADAM *et al*, 2004; TILLY, 2013).

vinham ocorrendo há pelo menos dez anos. Foi a acumulação de um conjunto de políticas que impactaram a vida das pessoas e a forma como elas passaram a lidar com os problemas da vida coletiva.

Segundo a corrente do Processo Político, ao analisar os movimentos sociais sob o ponto de vista dos processos sociais tem que se atentar para as formas através das quais se relacionam os atores sociais e as elites políticas. O conceito que pretende dar conta deste tipo de compreensão é a noção de confronto político desenvolvida por Sidney Tarrow em *O Poder em Movimento*. Como afirma Tarrow, “o confronto político surge como uma reação a mudança nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos” (TARROW, 2009, p. 27). Esses incentivos são de ordem material ou ideológico, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. Segundo Tarrow, embora boa parte dos incentivos ocorram de forma esporádica, os atores utilizam-se de repertórios conhecidos de ação para agir de forma contenciosa: uso da imprensa, ou de mecanismos que ampliam o acesso à informação, as performances, a violência, os boicotes, as petições, as barricadas e até a repressão. Geralmente, o confronto pode ocorrer quando cidadãos comuns, aliados a pessoas influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores (TARROW, 2009, p. 18). O que torna uma ação coletiva de confronto é a sua própria capacidade de ser empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições. Entretanto, em boa parte dos confrontos são as oportunidades e restrições políticas em mudança que criam incentivos para atores que não têm recursos próprios conduzirem-se a uma interação sustentada com opositores. Essa interação será cada vez mais forte na medida em que for apoiada por densas redes sociais e estimulada por símbolos culturalmente vibrantes orientados para a ação (TARROW, 2009, p. 18). É importante atentar para o fato de que geralmente a ação coletiva de confronto passa a ser empregada por pessoas que não têm acesso constante às instituições, pois foi a principal característica das manifestações de junho de 2013 no Brasil. Este foi um fator importante para compreender que a maioria das pessoas que estiveram nas manifestações não estavam ligadas, estritamente, a algum grupo ou movimento social organizado. Tudo isso devido à maneira como os coletivos sociais exploraram as oportunidades políticas.

De fato, o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores. Em sua maioria, os organizadores utilizam-se do confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Por sua vez, é a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporcionam aberturas para os diversos atores se engajarem no confronto político. Como afirma Tarrow,

Entendendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. [...] um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades [...] (TARROW, 2009, p. 38-39).

Neste sentido, é importante notar que os incentivos e as oportunidades criam a tessitura necessária para o surgimento de uma cadeia causal de acontecimentos que norteiam os aspectos principais do confronto publicamente organizado. Além disso, as ações coletivas incorporam reivindicações na medida em que a dramaticidade do ato público mostra os diversos caminhos a serem abordados pelos diferentes grupos. Assim, no momento em que se aumentam as oportunidades e se expandem a informação sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, não só os ativistas mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. Quando as pessoas comuns começaram a perceber um recuo na violência policial perante os confrontos durante as manifestações, elas passaram a ter coragem de ir às ruas reivindicar. Situação semelhante pôde ser vista no final do ciclo de protesto, quando a polaridade ideológica no movimento e o confronto violento entre setores possibilitou o declínio de um ciclo de confrontos.

A consequência imediata desse processo é o que Sidney Tarrow chamou de *ciclos de confronto*:

Entendo ‘ciclo de confronto’ como uma fase do conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (TARROW, 2009, p. 182).

Na compreensão de Tarrow, o processo de difusão nos ciclos de confronto não ocorre por simples contágio social. Nestes processos os atores tomam decisões para tirar vantagens de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos. O pico do confronto

ocorre quando o efeito-demonstração da ação coletiva de um grupo insurgente apresenta uma variedade de processos de difusão, extensão, reação e imitação dos grupos participantes. Neste contexto, o fluxo de informações e o alto nível de participação dos atores tem influência direta na difusão do confronto. Entretanto, os ciclos de confronto possuem também seu declínio, o qual ocorre quando as performances públicas e a consequente resposta institucional podem levar à desmobilização do confronto⁹.

⁹ De acordo com Tarrow, na fase de desmobilização existem três conjuntos de processos que parecem existir num amplo espectro de casos: 1) a exaustão e divisão de facções dentro de um mesmo movimento; 2) a violência e a institucionalização; e 3) a facilitação e repressão. Esses processos aparecem de maneira latente nos pontos altos dos ciclos e podem definir a maneira como ocorre o declínio de um ciclo de protestos.

2.3 Avanços, rupturas e apropriações: como se organiza a ação coletiva na contemporaneidade

Dadas as condições que nos encontramos após a explanação dos diferentes tipos de abordagem da ação coletiva e dos movimentos sociais, o presente tópico procura investigar questões latentes à teoria da ação coletiva e dos movimentos sociais no cenário contemporâneo, principalmente brasileiro. Para isso, a tentativa de se utilizar das teorias dos movimentos sociais como aporte analítico em tal empreitada significa a proposta de estabelecer bases para a análise de um fenômeno recente: as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Porém, antes de nos enveredarmos por tais análises será preciso fazer algumas observações. Neste sentido, ao relatar a realidade brasileira precisamos levar em conta as leituras clássicas e contemporâneas na temática abordada por este estudo. Além do mais, demarcar nosso horizonte posterior de análise por intermédio das assertivas teóricas de autores brasileiros não significa tornar obsoleta as abordagens que trabalhamos até agora. Antes, propõe-se atualizar a temática apontando, no quadro geral das teorias, os melhores instrumentos para a leitura do fenômeno de junho de 2013 no Brasil.

Boa parte do que se desenvolveu nas abordagens clássicas sobre os movimentos sociais ora estava somente dando atenção ao caráter institucional de um movimento ou então ao caráter mais cultural de sua manifestação. O destaque dado à questão da desigualdade pelos estudos da corrente marxista restringia o horizonte de análise, muitas das vezes, nas questões que envolviam somente o conflito e a vivência de carências. Esse pressuposto influenciou muito nas formulações decorrentes da Teoria da Mobilização de Recursos, pois dava total explicação para a ação coletiva atrelando-a a noção de vivência de carências como elemento para as ações estratégicas. De fato, os pressupostos da ação definem quais mecanismos e estratégias são utilizadas por esses movimentos para expressar suas demandas. A crítica é que geralmente tem atrelado à ação coletiva um reducionismo na ideia de necessidade imediata da vivência de carências. Entretanto, essa vivência é necessária, mas não

significa que seja o pressuposto único da ação desses movimentos. Assim afirma Scherer-Warren,

A possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses sujeitos em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata da vivência de carências. A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 508).

A carência impulsiona as práticas de ação coletiva pelo fato de que oferece o motivo da reivindicação. No entanto, o sentido coletivo dado a determinado acontecimento ou vivência social é o que funda a perspectiva transformadora e a construção de um sujeito coletivo na ação. A imposição através do exercício do poder e sua relação com os grupos historicamente excluídos dentro da vivência quotidiana oferece o pano de fundo para a formação da consciência coletiva e da ação transformadora desses movimentos. A identificação em torno de uma causa comum e, conseqüentemente, a definição dos adversários numa relação conflituosa, promove um projeto ou utopia de mudança onde os movimentos sociais angariam forças para a ação coletiva. A concretização dessa ação é operada, de forma direta ou indireta, através das mobilizações, marchas, distúrbios à ordem constituída, concentrações, passeatas, abaixo assinado, insurreições, motins, negociações, atos de desobediência civil e reivindicações. Desta maneira, procurando contestar a ordem vigente e o exercício do poder através do conflito, os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social propondo a construção de um mundo compartilhado mais inclusivo¹⁰.

Neste sentido, a discussão que começou a se firmar em torno das teorias mais contemporâneas dos movimentos sociais está em procurar resolver a restrição que as análises clássicas davam ora ao sistema explicando *porque* um movimento se estabelece e mantém sua estrutura, ora na compreensão de se descobrir o sistema de relações internas e externas que constitui a ação sem deixar de levar em consideração o que os movimentos dizem de si mesmos (MELUCCI, 1989, p. 51). Neste contexto, é preciso procurar responder a seguinte

¹⁰ Veremos que a questão da inclusão perpassa por uma gama de movimentos que demandam direitos e que não necessariamente representa uma pauta importante para parte dos movimentos que surgiram no decorrer das manifestações de junho no Brasil. Neste sentido, poderíamos dizer que na orientação oposta à busca por inclusão a demanda de determinados grupos sociais podem apresentar fortes correlações com setores considerados retrógrados dentro da sociedade e, a manifestação daquilo que poderia parecer emancipatório, se transforma em formas de manutenção do *status quo*. A estes movimentos chamaríamos de movimentos conservadores, pois na tentativa de defesa da “ordem natural das coisas” eles reivindicam a manutenção de situações sociais que não garantem a representatividade de grupos historicamente marginalizados.

pergunta: “qual a situação sistêmica e a orientação de um movimento?” (MELUCCI, 1989, p. 60). Significa dizer *como* podemos pensar a ação coletiva sem negligenciar o *porquê*. Em boa parte das vezes o que a análise dos movimentos em termos de mobilização de recursos fez foi negligenciar essa relação.

Outra importante contribuição está na noção *rede de movimentos* ou *áreas de movimento*: “uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva” (REYNAUD, 1982 *apud* MELUCCI, 1989, p. 60). Essa noção inclui não apenas as organizações formais como também redes de relações informais, as quais conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla (MELUCCI, 1989, p. 60). Neste sentido, observamos uma mudança de autonomia crescente dos movimentos sociais perante os sistemas políticos no que tange ao impacto da ação coletiva. Como afirma Melucci,

A situação normal do ‘movimento’ hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural (...) Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach & Hine, 1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos. (MELUCCI, 1989, p. 61).

De certa maneira, como afirma Scherer-Warren (2006, p. 110), entender como os diversos movimentos operam a questão das redes é compreender como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Ultimamente, o estudo de redes sociais passou a representar um marco interpretativo das mobilizações contemporâneas (MARTINS, 2010; CARLOS, 2011) – tanto no sentido formal ou institucionalizado¹¹, ou no sentido informal, sem um grau de organização burocrática mais ampla.

¹¹ As articulações em rede tendem a aparecer cada vez mais na forma de fóruns locais que, por sua vez, estabelecem diálogos com os fóruns globais. Todavia, essa articulação de base significa um elemento importante para pensar a característica e proposta de participação e representação democrática nas estruturas institucionais locais, tanto quanto globais. Estudos vêm demonstrando a ampliação da experiência da participação e representação em conselhos gestores e no Orçamento Participativo no sentido de aumentar a ação da sociedade civil no desenho das políticas públicas e na regulação da ação governamental (AVRITZER, 2007, 2008, 2012; CARLOS, 2011; GOHN, 2004 e 2006; LUCHMANN, 2007, 2008, 2010, 2012). Euzeneia Carlos, por exemplo, observa que a inserção institucional de movimentos e organizações sociais nas experiências inovadoras como a do Orçamento Participativo e dos conselhos gestores favoreceu a ampliação das arenas de acesso à institucionalidade política oferecendo aos atores coletivos novas práticas de ação e relações com o Estado (CARLOS, 2011). Scherer-Warren aponta que esses arranjos institucionais representam um novo tipo de governança na organização em

Entretanto, por mais que a constatação de que o ativismo social opera por intermédio de redes de movimentos sociais, sua caracterização ainda fica muito restrita ao âmbito organizado da ação coletiva. Como afirma Scherer-Warren, as redes possuem um aspecto multiforme e aproximam atores sociais diversificados nos quais, do nível local ao nível global, possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115). Significa dizer que a diversidade de interesses e valores se faz num contexto em que o reconhecimento de direitos por ambas as partes envolvidas é a condição básica para todos os movimentos estabelecerem laços de proximidade. Eles se reconhecem na medida em que a convivência e a confluência de pautas ocorrem por intermédio de uma ação conjunta, estruturada, organizada e com certo grau de objetividade na direção de suas ações. Neste sentido, como interpretar o ativismo social na contemporaneidade visto que o tipo de organização em redes é um elemento importante para compreender esse fenômeno, mas que, no entanto, ele não consegue dar conta das mobilizações e ciclos de protestos na sociedade?

Para trabalhar melhor essa ideia, Scherer-Warren (2014) propõe uma tipologia na qual distingue *movimentos sociais organizados* e *manifestações de rua*. De acordo com a autora, os movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal e, na contemporaneidade, estruturam-se, em formas de redes de militâncias, ou, como salientado acima, redes de movimentos sociais. A prerrogativa desses movimentos é atuar de forma estratégica na construção de significados políticos ou culturais que são comuns a determinados grupos, tendo em vista a conquista e mobilização de cidadãos para produzir transformações sociais. Os momentos constitutivos de um movimento social organizado são: 1) construir um *frame* de engajamento organizacional através de significados comuns; 2) estes significados são produzidos através de articulações discursivas onde os movimentos debatem

rede que, junto à esfera estatal, de maneira mais sistematizada, vão construindo propostas para a transformação social sobre formas de negociação com o Estado e o mercado (SCHERER-WARREN, 2006). Toda essa articulação em rede, dos níveis locais ao global pode ser observada no Fórum Social Mundial (FSM). Atualmente o FSM tem sido a arena de discussão e aglutinação dos diversos movimentos sociais em torno do mundo. Nele diversos movimentos sociais do planeta lutam contra os fenômenos de globalização neoliberal propondo um modelo de globalização contra-hegemônica centrado nas lutas contra a exclusão social e promovendo um princípio de igualdade e reconhecimento da diferença (SANTOS, 2005a). Neste sentido, através de um sistema de redes de movimentos sociais, o FSM transpõe barreiras territoriais, temporais e sociais compreendendo o pluralismo étnico e cultural pelo mundo, respeitando as diferenças e radicalizando a democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006, p. 127). Entretanto, a situação institucional-organizada das ações coletivas no Brasil representou um dos motivos pelos quais ocorreu o levante de junho de 2013, dada a burocratização dos movimentos sociais, a captura de agendas pelo Estado e o esgotamento de um ciclo do nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos últimos 12 anos, assunto que será tratado mais adiante.

sobre as diretrizes e conteúdo de seu ideário de ação; 3) as demandas e ideários são traduzidas em ações por direitos e políticas públicas; e 4) buscar nas formas de manifestação e reivindicação a visibilidade de suas práticas, mas mantendo uma continuidade para além do momento mobilizatório público¹² (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15-16).

Por sua vez, as manifestações de rua têm um sentido estrito e reativo a momentos conjunturais que são coletivos e públicos. Seja através de movimentos ou de cidadãos comuns – público geral mobilizado –, buscam reconhecimento das vozes através da visibilidade política (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15). Os protestos ocorrem quando situações ou fatos políticos indesejáveis criam uma motivação político-conjuntural na sociedade. De fato, uma importante característica dos protestos é que estes atuam como canais indiretos para influenciar os criadores de decisão ao âmbito institucional (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 166). Em termos da intensificação das ações, dos repertórios de ação e dos ciclos de protesto (TARROW, 2009). Entretanto, diferentemente dos movimentos sociais organizados, as manifestações de rua tendem a se extinguir com a temporalidade de determinado fato histórico. Está claro que em protestos e manifestações de rua sempre estarão presentes este ou aquele movimento social, o importante a notar é a capacidade destes movimentos conseguirem atrair os cidadãos comuns para o cerne da ação coletiva. Neste sentido, a centralidade de determinada pauta, como ocorreu em junho de 2013 no Brasil, ganha relevância e faz com que diversas outras pautas e reivindicações passem a compor o conjunto total da vozes que vão às ruas. Veremos que nas manifestações de junho de 2013 junto com a pauta do transporte público vieram outras pautas como a do aborto, dos direitos da mulher, da corrupção do sistema político, dentre outras.

Outro fator relevante a respeito dessas manifestações é que, além da presença de cidadãos que não têm acesso regular às instituições e órgãos de decisão política, ela é composta e articulada principalmente por coletivos sociais. De acordo com Gohn, parte dos manifestantes na contemporaneidade atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada e produzem manifestações com uma estética que valoriza a autonomia dos

¹² Note-se que tais formulações em nada se distinguem das já apresentadas, no decorrer de todo o texto, a respeito das abordagens clássicas dos movimentos sociais.

participantes sem a presença e coordenação constante de uma liderança central (GOHN, 2014, p. 9). Estes coletivos se formam por intermédio da articulação entre setores da sociedade que são compostos principalmente de jovens e que tem relação direta com alguma produção cultural. Por sua vez, o que diferencia estes coletivos de movimentos sociais organizados é a produção independente. A articulação é orientada por envolvimento e experimentação na prática da inovação cultural que através de eventos organizados periodicamente promovem produções culturais de menor expressão. As produções culturais, em sua maioria, são de elementos e setores da classe média que tentam resgatar a cultura popular com uma linguagem e roupagem que seja atrativa ao público jovem. Há também uma tentativa de aproximação de temas que são latentes à periferia demonstrando certa sensibilidade a assuntos sociais mais amplos.

Rudá Ricci (2012) afirma que um traço característico neste tipo de ação coletiva gira em torno do uso recorrente das redes sociais¹³. Para o autor, estas definem um outro tipo de vínculo associativo na medida em que estes são individuais e não armados a partir de uma identidade coletiva. Isso torna a mobilização algo muito mais efêmero do que um movimento social. Ao aderir à mobilização os indivíduos ponderam sobre o fato de que não estão sendo tragados por uma organização ou articulação maior. Neste sentido, se não há garantia de autonomia, não há engajamento. A explicação dada por Ricci é que tal tipo de engajamento requer entender que as teias de relacionamento nem sempre possuem conexão entre si, justamente porque se constroem por vínculos e adesões individuais. O sujeito que se engaja em prol da causa animal não seria, necessariamente, vegetariano e vice-versa. O autor faz tal constatação recorrendo ao contexto histórico de mudança estrutural da sociedade em relação ao quesito geracional. De acordo com Ricci, a geração atual solapa qualquer forma de organização que imprima uma maneira de ser e uma identidade pré-fixada. Neste sentido, a convocação dos diversos atos de manifestação não ocorre por uma organização central. Esses aspectos reforçam a definição de Melucci ao apontar que a militância é parcial e de curta duração.

¹³ Disponível em: <http://rudaricci.blogspot.com.br/2012/07/novissimos-movimentos-sociais-ou.html>. 01/07/2012.

Nota-se que tal formato de organização do ativismo contemporâneo tem uma dessemelhança básica perante os formatos advindos dos setores organizados da sociedade – sindicatos, movimentos sociais tradicionais, partidos políticos –, os quais possuem uma organização verticalizada e racional¹⁴. Essa dessemelhança aparece, principalmente, pelo alto grau de autonomia dos ativistas em relação às organizações ou coletivos em que se inserem. De acordo com Ricci e Arley, a organização desse ativismo está respaldado nos seguintes aspectos: 1) predomínio da adesão pessoal e preservação da individualidade dos componentes; 2) os ativistas aderem à organização ou mobilização por convicção pessoal e por identidade afetiva momentânea; 3) as ações coletivas se vinculam a um sentimento comum de indignação, injustiça e revolta; e 4) o coletivo pode ser representado por porta-vozes rotativos, escolhidos coletivamente num momento específico, com curto tempo de mandato (RICCI e ARLEY, 2014, p. 216).

Neste sentido, a capacidade das manifestações de rua de gerar adesão popular se faz por um período muito pequeno perante uma organização burocratizada. Se de um lado temos o recrutamento da militância por intermédio de um programa específico. De outro, temos uma identidade afetiva momentânea vinculada a um sentimento comum de indignação. Para Ricci e Arley, os dois aspectos apresentam um déficit político na medida em que as organizações burocráticas possuem limites para acompanhar com precisão as dinâmicas sociais pouco estáveis e de interesses difusos; e, no caso das organizações em rede, a provisoriedade e a formação de unidades efêmeras interditam a construção de alternativas institucionais concretas (RICCI e ARLEY, 2014, p. 217). Veremos que nas manifestações de junho de 2013 o recuo do sistema político foi imediato em algumas pautas. Em certo sentido, esse recuo teve muito mais a ver com a condição de aceitabilidade desse ou daquele candidato às eleições do ano seguinte, pois qualquer ato que aumentasse a indignação coletiva poderia representar fracasso político nas eleições de 2014.

¹⁴ A visão programática da política para estes setores incita a uma organização interna em busca de foco produtivo e eficiência nas ações coletivas. Assim, refutam qualquer tomada de decisão baseada em afetos e emoções. A lógica de organização, neste modelo, baseia-se em: 1) uma liderança com capacidade de convencimento; 2) uma administração das finanças e negociações internas e externas que, por sua vez, comanda e orienta a militância; e 3) uma militância focada na defesa das lideranças ou na plataforma da organização através da consolidação de um espírito de corpo organizacional (RICCI e ARLEY, 2014, p. 210).

Com efeito, em uma tipologia da ação coletiva colocaríamos os movimentos sociais em dois principais eixos: como ações que derivam de causas estruturais que afetam a vida das pessoas; e de comportamentos que são específicos a cada momento, a cada época. Podemos dizer que, ao mesmo tempo em que aspectos conjunturais definem o motivo de determinada ação, o sentido coletivo atribuído a ação possibilita a identificação subjetiva em torno de um dilema social. De um lado entendemos os motivos da ação coletiva e de outro as diversas maneiras que ela pode se comportar em seu aspecto modular. A isso Tilly deu o nome de *repertório*, como um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas através de um processo deliberado de escolhas nas quais envolvem um lado estrutural e ao mesmo tempo cultural (TARROW, 2009, p. 51). Neste sentido, podemos identificar: 1) elementos que motivam a ação coletiva; 2) que essa ação coletiva envolve uma noção de ator que está inserida em uma dinâmica estrutural da sociedade; 3) que a composição interna e organizacional dos movimentos se modificam com o tempo; e 4) que a maneira como a ação coletiva se comporta é modular tendo em vista o repertório disponível de ações em cada momento, em cada situação. Assim, passaremos à análise do caso brasileiro tendo em mente esses quatro principais instrumentos analíticos.

3. A POLÍTICA E A SOCIEDADE BRASILEIRA ANTES DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

O presente tópico e o seguinte pretendem tratar do objetivo principal desse trabalho: as manifestações de junho de 2013. Longe de qualquer instrumentalização simples das teorias aqui tratadas, o que se segue é a tentativa de exercer um olhar apurado das manifestações onde apresenta-se 1) o caráter conjuntural de sua emergência; 2) a composição dos manifestantes presentes nas manifestações e; 3) a dinâmica de confrontos no decorrer daqueles dias de protestos. Para isso, recorreremos à articulação teórica feita até agora com o intuito de compreender como diversos fatores podem dar corpo explicativo a essas manifestações. Neste sentido, começaremos com uma compreensão processual da realidade até aquele momento; passaremos pelo contexto de reivindicações; apresentaremos quais as características daquele tipo de ativismo e a composição dos agentes presentes; e quais as consequências imediatas, juntamente com resposta institucional. Entendemos que as interpretações sobre esse fenômeno não se esgotam, mas que a presente contribuição é um esforço necessário e ímpar ao estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva na contemporaneidade.

3.1 A Conjuntura política, econômica e social antes de junho de 2013

O ano de 2013 foi marcado pelos dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. Certamente, foi um ano em que as previsões do partido para as eleições do ano seguinte eram otimistas, dado o contexto de execução das políticas públicas operadas ao longo dos dois mandatos de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Ao que tudo indicava, as políticas de valorização do salário mínimo e a inclusão dos setores desprivilegiados da sociedade ao capitalismo representavam o carro-chefe para a reeleição de Dilma em 2014. Dentro dessas previsões haveria certa folga perante qualquer candidato que se apresentasse à cena política. Entretanto, apesar do aparente otimismo, o cenário que se apontava era de crítica aos limites e contradições do lulismo.

O lulismo se consagrou como política de governo através de duas estratégias principais que se inter cruzam: uma de cunho econômica, dada pela ascensão das classes desprivilegiadas no capitalismo e na garantia de direitos sociais mais amplos. Tal ascensão foi marcada por políticas de transferência de renda e inclusão social. O recurso utilizado para essa empreitada foi uma política econômica desenvolvimentista operada via Estado; a outra estratégia foi a articulação política executada durante a era Lula, na qual a resolução dos conflitos fora elevado ao grau de negociações entre grupos de interesses antagônicos. Em certa medida, tal estratégia fez com que os interesses prevalecessem em torno das negociações abrindo brecha para trocas clientelistas que tiveram como consequência os esquemas de corrupção, a descrença na representatividade política e a dificuldade de adesão de segmento de classe aos avanços das políticas desenvolvimentistas, melhor dizendo, a dificuldade dos líderes subsequentes em absorver um segmento de classe em torno dos projetos de ascensão social promovidos pelo lulismo. A seguir trabalharemos essas duas temáticas e como elas problematizaram as manifestações em Junho de 2013.

3.1.1 As características políticas do lulismo

Em seu aspecto político, de acordo com Luiz Werneck Vianna, o empenho bem-sucedido do governo Lula teria sido despolitizar os conflitos através da constituição de um “Estado de compromisso”, arbitrando, em seu interior, a negociação entre grupos de interesses. Tal despolitização acarretaria no esvaziamento do Parlamento e do sistema de partidos, cuja função de comunicar a opinião formada na sociedade civil estaria, pois, bloqueada. A composição pluriclassista do governo se traduziria em decisões pelo chefe do poder executivo e a formação da vontade na esfera pública não teria por conhecer a opinião que se forma na sociedade civil, tornando as decisões cada vez mais tecnocráticas (VIANNA, 2013, p. 60). À política do conflito seriam aplicadas doses homeopáticas na conformação dos interesses contraditórios. A negociação prevaleceria e com isso a captura das agendas da sociedade civil por parte do Estado era a pedra de toque para a resolução dos conflitos.

Segundo Ricci (2010), o lulismo seria o demiurgo da finalização da modernização do país iniciada por Vargas. Tal modernização seria marcada pelo desenvolvimentismo social, pela hipertrofia do Estado e pela conciliação de interesses. A tese defendida por Ricci se aproxima muito das argumentações de Vianna. A ressalva feita por Ricci é que o caráter ideológico de formação do PT durante a década de 1970 e a radicalização da modernização do país em torno de uma agenda que fosse da esquerda, foi esquecido em prol da neutralização das forças que atuam no sistema político. Soma-se a este fenômeno o fato de que as questões oriundas da condução do Estado em torno das políticas de emancipação da classe trabalhadora passariam a ser substituídas pela captura das agendas dos principais movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para a composição das negociações em torno da reforma agrária.

Para melhor entender esse fenômeno faz-se necessário recorrer aos argumentos de André Singer (2012). Singer separa o lulismo em duas principais correntes: a primeira está ligada à formação do PT durante os anos de 1970, que o autor ousou a chamar de “espírito do

Sion”; e a segunda é a mudança de paradigma na orientação do partido a partir dos anos 2000, principalmente com a chegada ao Executivo nacional após o ano de 2003, a qual é marcada por um caráter de conciliação que Singer intitulou como “o espírito do Anhembi”. Nas características de desenvolvimento do ideário político do PT durante os anos de 1970, Singer destaca a formação de um partido com uma base sindical e trabalhista forte, uma proposta democrática radical à esquerda do espectro político e com um forte espírito integracionista, dada a influência das comunidades eclesiais de base na formação do partido. A confluência desses três fatores constituiu uma característica singular ao PT que era vista como anormal perante a todos os partidos de base trabalhista no mundo: sua popularidade em relação a diversos setores da sociedade. Como afirma Singer,

A singularidade brasileira foi anotada por Perry Anderson, para quem o PT constituiu o único partido de trabalhadores de massas criado no planeta depois da Segunda Guerra Mundial. Cercado pela atmosfera eufórica da redemocratização, sobretudo a partir das greves que eclodiram em 1978 no ABC paulista, o PT despertou a atenção do mundo. Compreende-se: quando em outras partes do planeta a reação neoliberal começava a desmontar o que fora construído no pós-guerra, no Brasil greves de massa pareciam civilizar o que Rosa Luxemburgo chamou de *as formas bárbaras de exploração capitalista*. (SINGER, 2012, p. 90).

Na baila desse fenômeno os diversos setores organizados da sociedade civil se identificaram com as prerrogativas do partido no desenvolvimento de uma democracia mais justa, que dirimisse as desigualdades historicamente presentes no cenário brasileiro. Além do mais, o crescimento dos sindicatos dos trabalhadores, juntamente com outros setores que possuíam pautas transversais ao movimento trabalhista, produziu rara associação de pensamento radical: um pensamento que rejeitava qualquer caminho de acomodação ao capitalismo e visava a assunção do poder econômico e político por intermédio da socialização dos meios de produção, distribuição e troca pela classe trabalhadora.

De acordo com Singer (2012), o cumprimento de tal papel, por parte do PT, foi semelhante ao desempenhado por socialistas europeus no que tange à generalização das dimensões fundamentais da igualdade. Vinculado ao discurso da organização de classe em um sentido estrito, o partido obteve êxito entre os trabalhadores industriais, nas categorias em expansão do setor de serviços, como bancários e professores, e entre os funcionários públicos. Em nome dos movimentos sociais o partido propôs combater os vícios do arcaísmo e do patrimonialismo colonial através de um projeto robusto de reforma agrária. No âmbito

institucional da política, o radicalismo presente em seu discurso recusou a sufragar a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral em 1985, arcando com o ônus de fragmentar a frente antiditadura. Fez frente à promulgação da constituição de 1988, apesar dos seus aspectos altamente progressistas; recusou o apoio desinteressado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no segundo turno das eleições de 1989, na qual Luís Inácio Lula da Silva perde para Fernando Collor de Melo (SINGER, 2012, p. 91-92).

O impulso social florescente desse período deixou vestígios importantes no avanço da redemocratização no Brasil. O reconhecimento de direitos fundamentais para a classe trabalhadora por intermédio da universalização da educação e da saúde previstos na Constituição, como também a promulgação dos institutos de participação direta, são resultados da década de greves de 1978 a 1988. Como afirma Noronha (2009), a reconquista da cidadania política fomentou a conjunção de fatores favoráveis à eclosão de greves durante os anos 1980.

Tais fatores influenciaram também a perspectiva anti-institucionalista dos movimentos sociais daquele período. Segundo Ricci (2013), os movimentos sociais durante a década de 1980 eram refratários a qualquer institucionalidade pública, e viam nas ruas o principal palco de suas reivindicações. Entretanto, o caráter de assembleia e a base de formação ideológica desses movimentos foi perdendo força à medida em que os mecanismos de participação preconizados pelo processo constituinte de 1987 foram ganhando destaque impulsionando a mudança de postura na atuação de diversos movimentos. Assim, os movimentos tiveram na década de 1990 um imenso desafio de construir uma nova institucionalidade pública: respaldados na proposta participativa da Constituição de 1988 nasceram articulações e iniciativas de lideranças sociais no interior do Congresso Nacional em busca da cidadania ativa por intermédio de estruturas híbridas e se insinuando nos escaninhos da burocracia pública¹⁵ (RICCI, 2010, p. 10).

¹⁵ É preciso deixar claro que o processo de institucionalização de alguns movimentos sociais se deu devido a aspectos programáticos de representatividade frente ao sistema político. Assim, parte dos movimentos estudantis, movimentos ligados à causa da saúde e movimentos de mulheres enxergaram na institucionalização a possibilidade de garantia e promulgação de direitos.

De certa maneira, os motivos que incentivaram a mudança em torno da institucionalidade pública, por parte dos movimentos sociais, seriam os mesmos que modificaram a postura do PT frente a política nos anos de 1990. O fracasso da vitória no pleito contra Collor e as subsequentes derrotas para Fernando Henrique Cardoso fez com que o partido revesse sua postura perante a sociedade e refizesse totalmente sua agenda política. A tese desenvolvida por Singer demonstra que a mudança de postura no partido após a chegada no poder em 2003 é marcada por uma compreensão de que nas condições em que se operam a modernização na sociedade brasileira e a combinação de elementos que empolgam uma fração de classe a construir um projeto de inclusão é a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem a ameaça à ordem estabelecida (SINGER, 2011, p. 52). Por esse motivo a política de alianças no primeiro mandato de Lula significou uma característica ímpar na política brasileira: o lulismo.

Como já salientado, o lulismo advém do que Singer intitulou como o “espírito do Anhembi”. Segundo Singer, tal espírito é marcado por uma política de conciliação do PT com os diversos setores da sociedade. O marco inicial desse fenômeno é a “Carta ao Povo Brasileiro” de 22 de junho de 2002. Nela há um perceptível cambio de tom em relação ao capital em lugar do confronto. O pacto estabelecido é moderado e sem ruptura, e tem como perspectiva a preservação da estabilidade econômica através do desenvolvimentismo social. Tal caráter fica nítido nos trechos assinalados a seguir:

O povo brasileiro quer mudar para valer. [...] Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir caminho de combinar incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. [...] Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. (LULA, 2002).

O ideário exposto na carta demonstra a mudança de postura perante o projeto de ruptura, cuja característica o PT alimentava nos anos anteriores. Certamente, a fração do partido que ainda considerava o processo de ruptura como necessário para o desenvolvimento de uma política democrática, a qual elencasse todos esses elementos acima expostos, ainda

caminhava lado a lado com as diretrizes do programa de governo para as eleições de 2002. Entretanto, o que ficou nítido é que o programa exposto pela carta passou a residir definitivamente dentro do peito do partido durante os anos seguintes.

De acordo com Singer, ao estabelecer pontos com a direita, por intermédio do discurso referente ao superávit primário, a alma do Anhembi demonstrou uma disposição pragmática que estava no extremo oposto do antigo purismo do Sion (SINGER, 2012, p. 99). Essa articulação, segundo Ricci (2010), alterou o projeto inicial do PT, o qual se baseava na autonomia política e na organização horizontal. Foi uma ação marcada pelo pragmatismo que objetivava sua manutenção e reprodução enquanto força política. O efeito dessa manobra significou o personalismo e a centralização das bases autônomas da sociedade civil. Legitimados pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e a sedução no discurso (RICCI, 2010, p. 27).

Certamente, o caráter institucionalizado do ativismo social neste período está intimamente ligado ao desenvolvimento de uma estrutura de fortalecimento da participação institucional. A criação de canais de desenvolvimento de políticas públicas foi a mola mestra para o desenvolvimento de uma política centrada no pragmatismo e na direção das agendas da sociedade civil. Neste sentido, é preciso notar que a conformação de uma estrutura pragmática na forma de fazer política de um partido com um projeto à esquerda, e no qual grande parte dos integrantes tinham relações com os diversos movimentos sociais, teria como consequência a institucionalização das bases autônomas da sociedade civil. Ao efeito da levada institucionalizada dos movimentos sociais em direção ao Estado, a política de alianças também se fez presente na composição e criação de algumas pastas ministeriais. Entretanto, apesar das concessões eleitorais advindas das negociações e conciliações do espírito do Anhembi, algumas diretrizes socialistas do partido foram mantidas. Exemplo disso foi a maior iniciativa anticapitalista do início do século XXI: o Fórum Social Mundial (FSM) em 2001. Coincidentemente, o FSM foi inaugurado na capital do Rio Grande do Sul, o estado mais importante governado pelo PT na época. De acordo com Singer, entre o espírito de Porto Alegre e o do Sion havia continuidade evidente: ambos expressavam insatisfação com o mundo organizado pelo capital (SINGER, 2012, p. 95).

Outro efeito da proposta desenvolvida pelo espírito do Anhembi foi a popularização do partido nos dois espectros da política. Significa dizer que a base predominantemente de esquerda passou a abrigar um contingente análogo de eleitores situados à direita, os quais, somados aos do centro, deixaram a esquerda em minoria (SINGER, 2012, p. 119). O Quadro 1 a seguir demonstra essa situação:

Quadro 1 - Posição dos apoiadores do PT no espectro ideológico, 2002-2010

	Esquerda	Centro	Direita	NS/NR
2002 (Criterium, out.)	50%	6%	20%	23%
2006 (F. Perseu Abramo, mar.)	42%	12%	30%	16%
2010 (Datafolha, maio)	32%	16%	35%	17%

Fonte: SINGER, 2012, p. 119

Porém, a mesma popularização do PT durante o período das duas candidaturas de Lula (2003-2006 e 2006-2010) foi responsável pela sua não aceitação durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Está certo que, apesar dos escândalos de corrupção que assolaram o segundo mandato de Lula, principalmente a ação penal 470¹⁶, não foram suficientes para derrubar o índice de popularidade de seu governo, que no final de 2010 apresentava um índice de 83%¹⁷ de aprovação. Tal aprovação foi efeito da condução do lulismo no cenário político. De acordo com Ricci, o lulismo atualiza alguns elementos centrais do ideário da esquerda latino-americana como o discurso carismático, o

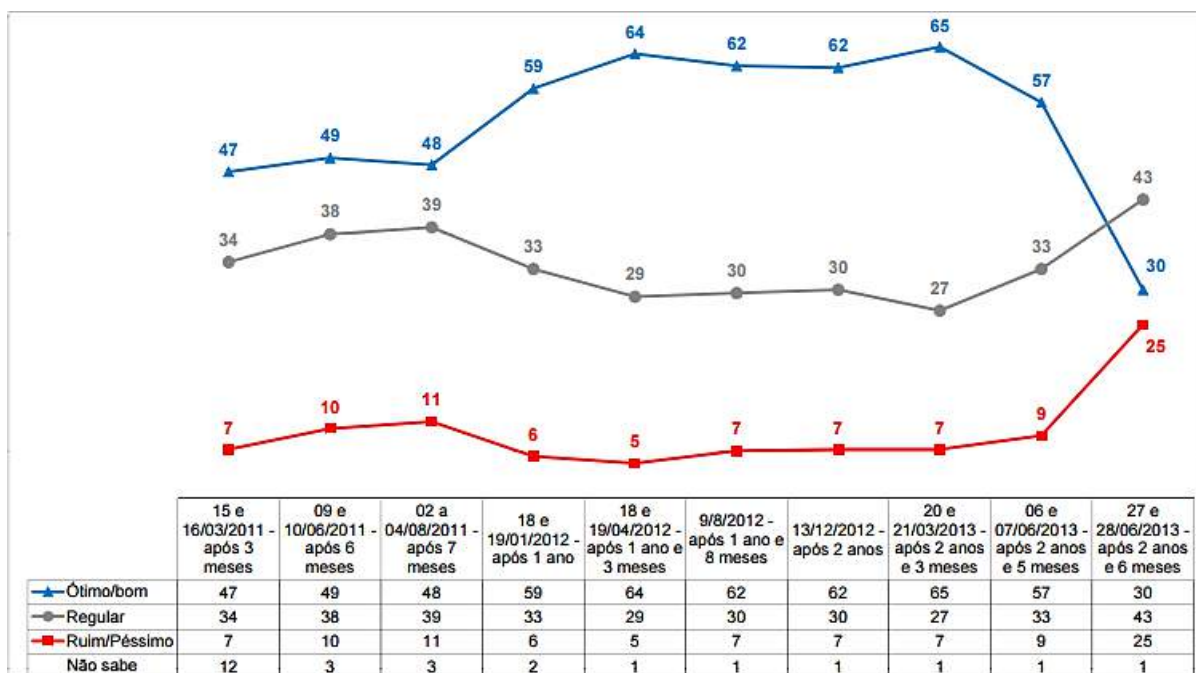
¹⁶ Tal ação penal foi o escândalo intitulado pelos meios de comunicação como “mensalão”. Nesta ação o Ministério Público Federal investigou um esquema de compra de votos dentro do PT. O relatório da ação penal 470 está disponível no seguinte endereço: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiarnoticiastf/anexo/relatoriomensalao.pdf>> Acesso em: 31/05/2015.

¹⁷ Pesquisa Datafolha disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf> Acesso em: 31/05/2015.

profissionalismo, o etapismo político e o projeto nacional-desenvolvimentista (RICCI, 2010, p. 44). Esse ideário foi responsável pela aderência política do PT na sociedade, principalmente pela formação de uma classe média que foi inserida na cidadania por intermédio das políticas de distribuição de renda e acesso ao crédito. Falaremos mais adiante desse fenômeno. Por enquanto, basta analisar que essa aderência foi reforçada, ainda no governo Dilma, pela necessidade de retomada do nacional-desenvolvimentismo como válvula de escape para a falta de carisma presente na candidata à presidência para o mandato de 2010-2014. No começo de seu primeiro mandato (2010-2014), Dilma possuía preferência de 47%¹⁸ da população. Essa margem de aprovação se manteve estável e cresceu durante os primeiros anos de seu mandato. Entretanto, como demonstra o gráfico 1 a seguir, sua aprovação foi caindo até os 30% no período posterior às manifestações de junho de 2013.

¹⁸ Pesquisa Datafolha referente aos primeiros meses de governo Dilma Rousseff, disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_21032011.pdf> Acesso em: 31/05/2015.

Gráfico 1 - Evolução da Avaliação do Governo Dilma Rousseff (estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha, 2013, p. 14. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>> Acesso em: 31/05/2015.

As hipóteses referentes à queda na popularidade do governo petista advêm de inúmeros fatores. Uma delas foi a crise na governabilidade após inúmeras acusações da mídia nacional aos escândalos de corrupção. Outra foi a incerteza da população no governo Dilma frente ao cenário de crise internacional. As conduções da política econômica durante o governo Dilma não foram satisfatórias pela população. Como apontam dados referentes à pesquisa acima citada, o medo de ficar sem emprego (50%) e o risco de ser demitido (64%) eram significantes à população em geral. Além do mais, observando a evolução da situação econômica do entrevistado, tal pesquisa apontou um decréscimo de 24% (de 68% para 44%) no período que vai de 20 e 21/03/2012 a 27 e 28/03/2013. Apesar de tal incerteza, o governo obteve índice de aprovação maior do que 50% desde o início de 2012 até meados de 2013.

De acordo com Singer (2012), o sucesso da popularidade petista esteve em alinhar uma proposta de inclusão social que agradaria aos setores escolarizados da classe média, por intermédio de políticas de universalização de direitos ligados aos setores historicamente excluídos da sociedade. Tal extrato de classe sempre teve afinidade ideológica ao espírito do Sion e viam na atuação do lulismo a possibilidade de construção de uma democracia mais

justa e igualitária. Outro fator é a contribuição de incremento na política salarial juntamente com a ascensão de uma classe média que foi incluída na cidadania por intermédio do consumo e da expansão do crédito. Veremos a seguir, que a inserção dessa classe no mercado de consumo foi fruto das políticas públicas e da valorização do salário mínimo, o que configurou um comportamento de classe que Ricci (2010) chamará de pragmático e com uma afinidade ideológica tênue com o PT.

3.1.2 As características socioeconômicas do lulismo

Vimos a capacidade que o lulismo se apresentou à cena política como um divisor de águas no processo de construção das coalizões políticas a nível nacional. Certamente, como afirma Ricci (2010), a proposta de ser do lulismo, através de um projeto de inclusão das massas por intermédio de uma política nacional-desenvolvimentista, representou uma característica ímpar para a modernização da sociedade brasileira. Por mais que houvessem propostas contraditórias entre os dois espíritos apresentados por Singer, a convivência mútua entre eles propiciou o desenvolvimento de uma política de massas, de certa maneira, inclusiva. Neste sentido, a política de valorização do salário mínimo durante o período Lula e, subsequente a esse fenômeno, a política de expansão do crédito, acompanhada dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), foram os responsáveis pela ascensão de um extrato de classe, como também da chegada à cidadania, via consumo, dessa parcela da população.

Na primeira fase do mandato de Lula (2003-2005), a contenção da despesa pública, a elevação dos juros, a manutenção do câmbio flutuante, o quase congelamento do salário mínimo e a reforma previdenciária com redução de benefícios, fora aplicada no intuito de provar ao capital estrangeiro que a companhia frente ao pacote de reajustes neoliberais para estabilizar a economia seria cumprida à risca. Atrelada a essa iniciativa estava em jogo uma escolha política que não ferisse os interesses dominantes, de sorte que não houvesse uma radicalização no projeto desenvolvimentista. Entretanto, Lula também tomou iniciativas contrárias: o aumento da transferência de renda com o lançamento do Bolsa Família em 2003, a expansão do financiamento popular e a valorização do salário mínimo a partir de 2005 compuseram, em conjunto, alívio na situação dos mais pobres e a ativação do mercado interno de massa. De acordo com Singer,

A dupla cara do programa adotado permitiu que, enquanto perante o capital, interno e externo, o governo fizesse o discurso do atendimento integral dos itens pactados por meio da “Carta ao Povo Brasileiro” (junho de 2002), diante das bases populares

afirmasse ter posto em prática alguns itens do programa histórico do PT, já que o fortalecimento do mercado interno de massa correspondia à plataforma petista. (SINGER, 2012, p. 144-145).

Reconhecer que a reativação da economia poderia passar pela expansão do crédito consignado sem interferir nos dividendos da união garantiu o sucesso da fórmula lulista, tendo em vista que, no cenário internacional, a conjuntura econômica estava otimista perante o desenvolvimento, principalmente, dos países emergentes¹⁹. Neste sentido, em 2004 o crescimento de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) beneficiou as camadas de menor renda como também produziu um alto lucro para as empresas. Mas, o importante a notar neste período é o aumento significativo do salário mínimo em 8,2% acima da inflação. Tal aumento impulsionou o mercado de massas promovendo um deslocamento nos níveis de pobreza monetária, mas nem tanto das desigualdades sociais.

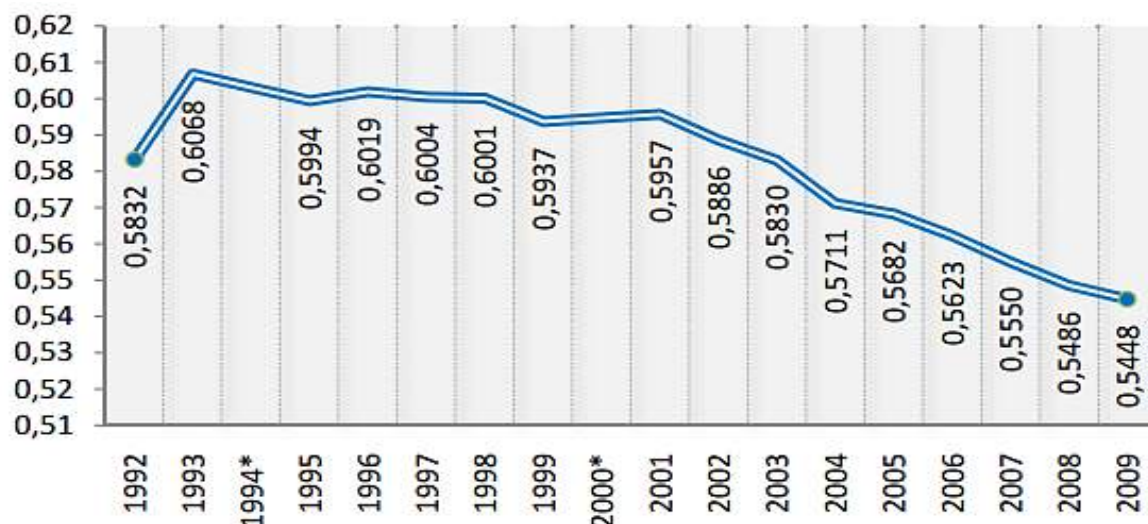
De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²⁰, houve, durante o período de 2003 a 2008, uma valorização de 33% do salário mínimo. Certamente, o incremento salarial, acompanhado de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, tiveram grande impacto na diminuição da pobreza monetária. Como afirma Neri (2010), a pobreza caiu cerca de 45,5% entre dezembro de 2003 e 2009²¹. Ainda que o índice de pobreza monetária tenha apresentado queda durante este período, o apanhado sobre a desigualdade social medida pelo índice de Gini entre 1992 e 2011 não apresentou diferenças significativas (ver Gráfico 2).

¹⁹De acordo com Singer, um jogo de soma positiva foi acrescentado a este fenômeno pelo *boom* das *commodities*. “A expansão mundial contribuiu para que o Brasil houvesse ganhos no topo (incremento no valor das exportações e altas margens de lucro em geral) no pé da pirâmide social (transferência de renda e aumento de salários, do crédito e posteriormente do emprego).” (SINGER, 2012, p. 146).

²⁰Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

²¹Ver: Neri, Marcelo. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

Gráfico 2 - Evolução do Índice de Gini (1992-2009)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE. In: Neri, Marcelo. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

É importante reconhecer que a concentração de renda no Brasil é resistente e profunda, pois o cenário que se apresenta é que os 10% mais ricos têm renda média domiciliar *per capita* 12,7 vezes maior do que os 50% mais pobres (SCALON, 2013, p. 185). O ponto a ser observado neste quesito é que a agenda do país em combate às desigualdades se sustenta, fundamentalmente, na transferência direta e condicional de renda. Isto significa dizer que o foco de toda a política de desenvolvimento está em transferir recursos monetários para que os indivíduos possam, privadamente, consumir bens e serviços (SCALON, 2013, p. 185).

De acordo com Marcio Pochmann (2013), apesar dos efeitos perversos da desigualdade no cenário brasileiro, podemos apontar que durante os governos de Lula e Dilma, o Estado se apresentou como peça fundamental no avanço do bem-estar social. Segundo Pochmann, as políticas desenvolvidas pelo Estado durante a administração petista indicam que a superação do subdesenvolvimento brasileiro não ocorre de forma natural e espontânea pelas livres forças do mercado, conforme fora defendido pelos governos neoliberais dos anos 1990 (POCHMANN, 2013, p. 153). Neste sentido, Pochmann avalia o impacto do Estado na condução da política econômica em quatro estratégias: 1) o abandono da perspectiva neoliberal e o crescimento econômico combinado com redistribuição da renda na base da pirâmide social; 2) a opção de conceder forte ênfase às políticas sociais; 3) a busca de uma maior autonomia na governança interna da política econômica nacional; e 4) o

reposicionamento frente ao estabelecimento da nova geopolítica mundial (POCHMANN, 2013, p. 153-155). O resultado direto dessa estratégia foi o início de uma transição macroeconômica que privilegiava o desenvolvimento a partir das obras de infraestrutura e de ampliação da produção nacional em consonância com a elevação do consumo, sobretudo dos segmentos de menor renda. Esse mesmo fenômeno influenciou a formação de um contingente de pessoas que demandavam recursos públicos e ou bens de consumo que se expandiu na direção de exigências cada vez maiores na planificação das políticas sociais.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 o governo federal focou os investimentos em obras de infraestrutura econômica e social. A prerrogativa do modelo era a desoneração fiscal de produtos industriais acompanhando o aumento do emprego na indústria da construção. Com a crise mundial de 2008 este programa se aprofundou incluindo a ele o PAC II²² (2011) acompanhado do Programa Minha Casa Minha Vida. Outros programas de acesso ao ensino superior também foram aprofundados como o Programa Ciências Sem Fronteiras e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)²³. De acordo com Singer (2012), tal empreitada significou a política do *New Deal* na versão brasileira²⁴. Entretanto, a pergunta que se colocava era: teria o Brasil se tornado um país de classe média como apresentado no sonho norte-americano?

Segundo Neri (2010), durante o período de governo petista podemos observar um alargamento do meio da pirâmide social brasileira. Significa um aumento no número dos integrantes de classe social como efeito dos programas de geração de emprego e transferência

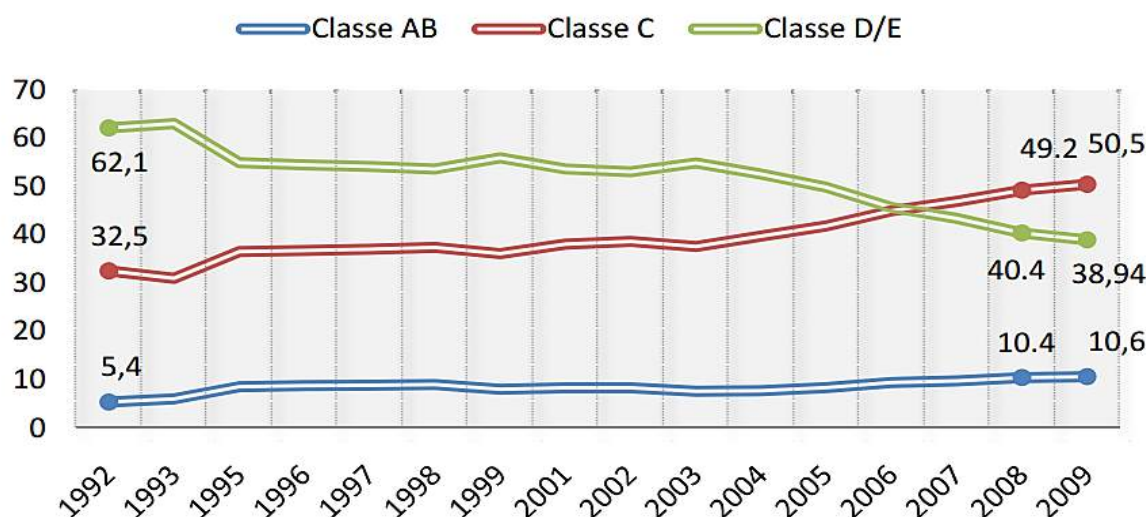
²²As informações referentes ao PAC I e II estão disponíveis no sítio: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>, Acesso em 04/06/2015. Em companhia desses programas podemos destacar o Programa Universidade para Todos (ProUni) que oferece bolsas estudantis em universidades privadas para pessoas de baixa renda a troca de impostos; o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e o Programa Luz para Todos.

²³Ver, respectivamente: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>> e <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>, Acesso em 04/06/2015.

²⁴De acordo com Singer, Wendy Hunter e Timothy Power compararam o Bolsa Família, lançado em setembro de 2003, ao Social Act, com o qual, em 1935, Roosevelt instituiu o sistema de previdência pública. De acordo com os autores, o recuo na oferta do programa poderia representar um forte risco de morte política. A candidatura de Dilma para o mandato de 2010 se comprometeu em ampliar o programa sob a plataforma de atendimento da população mais pobre. Enquanto a oposição, José Serra (PSDB), propôs dobrar o número de beneficiários do programa. Ninguém falou em diminuir ou eliminar o benefício. (SINGER, 2012, p. 126-127).

de renda. Isso pela ascensão através do binômio: valorização do salário mínimo mais política de transferência de renda. O que se observa é uma evolução no número de integrantes do que se convencionou a chamar de “classe C²⁵” (ver gráfico 3 abaixo) indicado por um acréscimo de cerca de 18,3 milhões de pessoas. O respectivo decréscimo foi observado na diminuição da pobreza monetária, onde cerca de 29,1 milhões de pessoas abandonaram a pobreza extrema.

Gráfico 3 - Evolução das Classes Econômicas



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE In: Neri, Marcelo. A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

Entretanto, apesar do crescimento da classe C, por intermédio dos avanços nos programas sociais, acompanhado da valorização do salário mínimo, esse fenômeno não se configurou como a expansão de uma classe social no sentido revolucionário do termo. Se o projeto de ruptura com o conservadorismo colonial preconizado pelas diretrizes do partido petista na década de 1970 era o fio condutor nas políticas de emancipação da classe trabalhadora, o efeito do lulismo esteve longe desse projeto. Como afirma Singer,

²⁵ De acordo com Neri, uma forma alternativa de definir classes econômicas (E, D, C, B e A) é pelo potencial de consumo. O Critério Brasil usa o acesso e o número de bens duráveis. O cálculo de Neri foi feito através do índice de potencial de consumo que usa a métrica da renda como fio condutor. Ao definir o modelo quantifica-se o indicador por cada característica das pessoas atrelando à renda corrente. Neste sentido, podemos aferir se o consumo corrente pode conter informações sobre os padrões futuros de consumo das famílias. Isso não significa dizer que a divisão de classes é estanque, nem que a classe C seja central ou uma classe média. Mas que ela representa uma classe média em seu sentido estatístico: a classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira (NERI, 2010, p. 24-29). Consequentemente, é uma classe que, tendo em vista o impacto dos diversos programas iniciados pelo governo desde 2003, no que tange principalmente aos bens de consumo, foi primordial para compreender, primeiro, sua ascensão à cidadania financeira e, segundo, a força com a qual as políticas de desenvolvimento afetaram-na.

O pulo do gato de Lula, foi sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe* (ou fração de classe para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira “a ruptura com o atual modelo econômico”, mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no começo dos anos 1980. (SINGER, 2012, p. 76-77).

Por mais que se acreditasse que a inclusão dos menos abastados no mercado de consumo significasse a inserção na cidadania, mesmo sob a tutela do Estado, o que se viu foi o crescimento de uma classe trabalhadora precarizada²⁶, com um alto índice de consumo de bens duráveis, sobretudo pelo endividamento a longo prazo. De acordo com Ruy Braga (2013), a característica desses trabalhadores é marcada pelo atual regime de acumulação pós-fordista, onde existe uma terceirização empresarial, uma privatização neoliberal e a financeirização do trabalho. Neste contexto, as empresas se beneficiam de um regime fabril com altas taxas de rotatividade mas que garante a formalidade de um contingente numericamente relevante da sociedade. Assim, há uma satisfação conquistada pelo emprego formal que garante o incremento da escolarização e que se choca com um mercado de trabalho precário o qual explora o ciclo de consumo da força de trabalho. Segundo Braga, constata-se um horizonte de emancipação e vitória individual que se transformou em um alarmante estado de frustração social (BRAGA, 2013, p. 81).

O que contrasta ao horizonte aqui relatado seria que a efeito de qualquer deslize na condução das políticas de oferta de bens de consumo à sociedade poderia vir a se configurar como motivo de indignação. A população que ascendia socialmente enxergava um horizonte de perspectivas que poderiam ser compatíveis com as conquistas individuais. Por outro lado, a eficiência estatal seria testada por sua capacidade de gerir os resultados dos usos desses bens: expansão da malha rodoviária em relação ao crescimento do setor automobilístico, *boom* do mercado imobiliário pelo acesso ao crédito, universalização do sistema de saúde público e da oferta de ensino superior. Um ponto importante neste contexto remete à relevância que

26 Ver: BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. pp. 79-82. Neste Artigo Ruy Braga explora a vida dos trabalhadores do setor de *telemarketing*, no qual observa um ambiente ambíguo onde há a emancipação de direitos dada a inserção em um regime de trabalho formal em contraposição à precarização do trabalho pela absorção massiva de jovens desqualificados e com alto índice de rotatividade no setor de serviços.

Castells dá para a questão da gestão dos bens de consumo na atual sociedade. Ao que tudo parece a luta dos diversos movimentos sociais que preconizam a gestão dos bens de consumo nas sociedades contemporâneas impulsiona a mobilização de grupos na medida que esses recursos impactam, sobretudo, a vida e a organização do espaço urbano. Certamente, o que tangencia a pauta de tais reivindicações não significaria uma modificação estrutural em suas bases, por exemplo, da luta de classes. Antes, o impacto do consumo e da gestão desses bens nas sociedades de hoje confrontam a constante demanda pelas populações em torno do bem estar coletivo. Neste sentido, os aumentos nos gastos sociais não aliviarão quase nada a carência dos setores os quais as políticas de desenvolvimento do lulismo afetaram. As pessoas passariam a demandar, a partir daí, mais serviços públicos e de qualidade, pois a consolidação de direitos deveria vir seguida de uma melhoria no bem estar da população.

3.1.3 Mas, por que as pessoas foram às ruas?

Certamente, essa foi a pergunta que a maioria das pessoas fizeram quando ficaram perplexas diante do número de pessoas que estavam indo às ruas naquele momento de junho de 2013²⁷. Porém, a questão que fica é: por que, em face do histórico galgado de desenvolvimento e diminuição da pobreza, as pessoas foram às ruas naquele momento? Uma pergunta complexa, tanto para os analistas que se enveredaram na temática, quanto para o sistema político, o qual foi alvo primário das manifestações. Entretanto, como apresentamos acima, o binômio expansão do crédito e política de valorização do salário mínimo, tiveram grande impacto no modelo desenvolvimentista brasileiro durante os dez anos dos governos Lula e Dilma. O mais provável é que diante dos diversos efeitos dessa política o esgotamento de um modelo desenvolvimentista seria o fio condutor de toda a análise (RICCI & ARLEY, 2014). Assim, os temas transversais a esse primeiro ponto entrariam na baila dos diversos assuntos que foram levados às ruas em junho de 2013.

Singer (2012) começa o quarto capítulo de seu livro²⁸ com uma pergunta perspicaz a respeito do lulismo: seria este um reformismo fraco?²⁹ Tal pergunta incita a resposta de que o desenvolvimento das políticas de transferência de renda e inclusão social produziria no Brasil uma atmosfera de classe média semelhante a norte-americana nos anos 1940. Entretanto, como afirma Singer, o que se deu aqui foi uma separação entre ricos e pobres, em contraposição ao clássico modelo “burgueses *versus* proletários”. Isso devido ao realinhamento eleitoral por parte dos beneficiários do modelo desenvolvimentista do lulismo.

Singer não propõe fazer exercício de previsão do que acarretaria o lulismo para a sociedade brasileira nos tempos futuros. O autor aponta que o sucesso do lulismo foi a bem-

²⁷ Ver: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/06/principais-dos-jornais-do-mundo-dao-destaque-aos-protestos-no-brasil>> Acesso em, 09/06/2015.

²⁸ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

²⁹ A questão levantada por Singer remete à comparação do lulismo às políticas desenvolvidas por Roosevelt nos Estados Unidos na década de 1930. Convém assinalar que Singer faz essa comparação devido a um sintoma ideológico do *New Deal* na política brasileira (SINGER, 2012, p. 126).

sucedida vitória de Dilma em 2010 ficando com 47% dos votos válidos no primeiro turno e 56% no segundo turno. O efeito da polarização remete à “questão setentrional” brasileira: o projeto político de reduzir a pobreza sem contestar a ordem (SINGER, 2012, p. 21). Dilma fecharia seu mandato (2010-2014) em ascensão de popularidade, como foi demonstrado anteriormente. Entretanto, o problema que se apresentou foi que a ascensão de uma classe preocupada no desenvolvimento das políticas de consumo de bens significou o esgotamento de um modelo desenvolvimentista centrado no Estado, no qual a conformação dos entes que compõem a união deveria estar em total sincronia para a continuidade do reformismo a brasileira.

No entanto, se o projeto do desenvolvimentismo vincula sua eficiência na “questão setentrional” brasileira, tal projeto deu possibilidade para o aparecimento de um fenômeno latente na sociedade: a emergência de uma hegemonia conservadora na cultura nacional, não só pelos segmentos sociais abastados, mas envolvendo também os segmentos que ascenderam em sua renda e consumo no último período (RICCI & ARLEY, 2014, p. 54). Geralmente, esse ideário crítico em relação à política brasileira teve como grande causa os escândalos de corrupção e a consequente empreitada dos veículos de comunicação em desmoralizar o ambiente político, apelando para a despolitização dos discursos da sociedade civil com tentativas a criminalizar as ações de diversos movimentos sociais. Assim, todos fenômenos que envolviam a crise política institucional seriam colocados como combustível para queimar neste cenário. Isso ilustra muito bem como se comportaria a indignação da massa frente aos fenômenos que eram recorrentes no ambiente político. O descaso social com o ambiente político e a descrença nas instituições políticas eram fenômenos que mereciam atenção naquele momento.

Neste sentido, como afirma Singer (2012), a questão setentrional brasileira tem uma relação íntima com a forma através da qual a população observa o processo de mudança política: um pacto conservador que gira em torno da ação estatal, mas que nega qualquer forma de ruptura advinda dos setores mais progressistas da sociedade. Por isso a exigência de melhores condições de vida e bem-estar estarem atreladas mais em como o Estado proporciona esses recursos ao conjunto dos cidadãos, do que uma ação articulada no seio da sociedade civil. Neste contexto a tese de Vianna procede: de que a formação da vontade na

esfera pública não tem como conhecer, salvo por meios indiretos, a opinião que se forma na sociedade civil, e as decisões tendem a se conformar por razões tecnocráticas (VIANNA, 2013, p. 60).

A tese da privação relativa de Tocqueville e a ideia da perfectibilidade contínua e indefinida do homem³⁰ ou o mecanismo das expectativas crescentes³¹ seriam dois bons critérios para analisar esse cenário. Entende-se, a partir desses conceitos que, à medida em que as pessoas percebem mudança nos fluxos de aquisição material, estas entram em processo de expectativas crescentes (MENDONÇA & FUKS, 2014, p. 2). Ora, em um horizonte onde a inclusão social ocorre por intermédio do consumo, a consequência política direta de tal ascensão não é marcada, prioritariamente, pelos direitos ou pela ação política organizada. Certamente, a sensação de aumento de poder de consumo popular foi rapidamente verificada pela ânsia consumista de produtos tradicionais e/ou *top* de linha (RICCI e ARLEY, 2014, p. 48). Neste sentido, a inclusão pelo consumo é percebida como conquista social pelo incluídos e abre uma perspectiva até então inexistente: demandar mais bens de consumo e exigir que a gerência do Estado esteja presente no oferecimento desses bens.

Segundo Ricci e Arley (2014), a raiz de tal configuração social é fruto da centralização orçamentária e da nacionalização de programas sociais. Neste sentido, a forte concentração orçamentária pública nas mãos da união fez com que as prefeituras deixassem de ser protagonistas nas inovações administrativas (criação de secretarias de coordenação temática, secretarias de coordenação de projetos estratégicos, descentralização administrativa por bairros ou territórios). Como afirmam Ricci e Arley,

A inovação local foi substituída pelos programas federais formatados e que passaram a ser adquiridos em múltiplos convênios que transformaram, na prática, prefeitos e secretariado municipal em gerente desses programas. A população local pouco teria, a partir de então, que se manifestar para além da apresentação de demandas. Sua capacidade de formulação e controle efetivo das ações, se nunca foram predominantes na gestão pública municipal, foram absolutamente interdidas a partir de então. (RICCI e ARLEY, 2014, p. 46).

³⁰ Ver: TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. [1856]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

³¹ Ver: MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. **A Privação Relativa e o Ativismo em Protestos no Brasil em 2012: uma investigação sobre o Horizonte do Possível**. 38º Encontro Anual da Anpocs. GT06 - Comportamento Político e Opinião Pública. Setembro/2014.

Entretanto, se olharmos pela visão de Singer (2012), a centralização dos projetos via União pode ser interpretada como efeito da nossa “questão setentrional”. O conservadorismo popular, o qual demanda a mudança da ordem sem ruptura, pode representar a marca de tal centralização e nacionalização dos programas sociais. De fato, olhando pelo lado do espírito do Sion, se foi prerrogativa do lulismo estabelecer as bases para a emancipação dos excluídos na sociedade brasileira, esta passaria, necessariamente, pela planificação nacional em confronto à prerrogativa local (principalmente municipal), fruto do clientelismo político que é histórico no Brasil.

Por outro lado, observando a conformação dos interesses da política lulista, previstas no espírito do Anhembi, notamos que a neutralização das forças da sociedade prejudicou o desenvolvimento autônomo da cidadania popular. Nessa vertente, a crítica ao lulismo gira em torno da cooptação da sociedade civil por intermédio da conformação do neocorporativismo³². De acordo com Ricci e Arley (2014), as entidades de cooperação social (Organizações Não Governamentais - ONGs) passaram de entidades técnicas de apoio à ação cidadã, para se constituírem como organizações burocráticas, as quais terceirizaram o serviço público na área de promoção social. As reuniões de gabinete e preenchimento de formulários de prestação de contas e rotinas administrativas se inscreveram no cotidiano dessas organizações.

No mundo sindical, as organizações trabalhistas passaram a compor e constituir a lógica estatal, por intermédio da composição das secretarias federais e estaduais do trabalho. Segundo Ricci e Arley, o mundo sindical passou a disputar as agências reguladoras de investimento, tendo como origem o Fundo de Amparo ao Trabalhador (RICCI e ARLEY, 2014, p. 52). Neste sentido, parte das lideranças sindicalistas passaram a fazer parte dos conselhos de gestão estatais³³.

Neste contexto, os movimentos sociais mais tradicionais também passaram por uma inflexão na arena institucional. Estes começaram a compor as cadeiras de promoção e planificação das políticas públicas a nível municipal, através dos Conselhos Gestores e

³² Ver: RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte: Editora letramento, 2014. p. 47.

³³ Ver: JARDIM, Maria Chaves. “NOVA” ELITE NO BRASIL? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 363-399, maio/ago. 2009. Páginas 376-378.

Orçamento Participativo. De acordo com Ricci (2010), a saída dos movimentos sociais tradicionais da sociedade civil em direção ao Estado significou uma tecnicidade e burocratização das políticas de promoção social. Entretanto, segundo Ricci e Arley (2014, p. 53), em estudo³⁴ organizado por Ana Claudia Chaves Teixeira, Clóvis Henrique Leite de Souza e Paula Pompeu Fiuza de Lima verificou-se o objetivo desse tipo de novidade na gestão pública, o qual tinha como critério introduzir elementos de cogestão na tomada de decisão das políticas sociais brasileiras. O problema colocado pelos autores é que no limiar das 74 conferências nacionais realizadas entre 2003 e 2010 não houve qualquer informação devolutiva do Estado. A realização de eventos desconectados dos calendários de formulação governamental também dificultou a possibilidade de influência das propostas nos planos de ação estatal. Neste sentido, a disputa pela hegemonia na sociedade civil deixou de ser o campo de promoção dos direitos sociais para se tornar em políticas públicas especificamente direcionadas. Como afirma Ricci,

ONGs e movimentos sociais ingressaram, pouco a pouco, no mundo das técnicas e tecnicidades da administração pública. Saberes específicos, como acompanhamento e execução orçamentária, elaboração de projetos assim como de indicadores de monitoramento de execução de políticas públicas, produção de leis de iniciativa popular foram alguns dos novos temas da pauta das organizações populares do país. Obviamente que o impacto sobre as lideranças sociais foi imenso. Passaram a adotar um discurso mais técnico, a se debruçar sobre a lógica errática do orçamento público e da execução de ações governamentais. (RICCI, 2010, p. 172).

Certamente, observamos aqui a convergência dos dois “espíritos” apontados por Singer. Dado que a composição dos quadros de formação do PT na década de 1970 estava intimamente atrelada com os principais movimentos da sociedade civil, ganha sentido a hipótese de que esses diversos setores viessem a compor o Estado. A crítica, porém, é que o recurso pragmático do espírito do Anhembi retirou da sociedade civil os elementos

³⁴ Ver: TEIXEIRA, Ana Cláudia; SOUZA, Clóvis Henrique Leite; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. **Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais**. Texto para Discussão 1735, Rio de Janeiro: IPEA, 2012. O estudo identificou 59 conselhos vinculados a diferentes órgãos do Governo Federal, a maioria deles na área social e ambiental (38 conselhos) e número menor (15 conselhos) ligados a temas de infraestrutura e economia. Os conselhos de gestão pública apresentam forte distinção temática e organizativa: 39 conselhos de políticas setoriais possuem foco na definição de políticas públicas específicas, diretamente vinculadas às competências estatais. Outros 11 conselhos são de direitos e tratam de uma população específica que, em geral, é avessa aos afetos da lógica estatal. O interessante é que metade dos conselhos foram criados por lei, e há muitos que foram criados por decretos ou portarias. As vagas são compostas por 2.800 representantes da sociedade civil e 2.700 disponíveis às pessoas dos governos municipais, estaduais e federais. O destaque, porém, é que pouco mais da metade dos conselhos têm caráter deliberativo, sendo que 43% são meramente consultivos. Neste sentido, não há vinculação de representação que articule a dinâmica participativa local (municipal) ou nacional. (RICCI & ARLEY, 2013, p. 53).

responsáveis na disputa pela hegemonia e pelo debate democrático. Consequentemente, se o efeito de tal empreitada prejudicou a formação de uma cidadania mais complexa, do ponto de vista da expansão dos direitos, esta foi, antes, reconhecida pelo aparato estatal em torno de decretos e portarias, muito menos disputada enquanto ideia na sociedade civil. Por isso a noção de projeto incitada por Touraine (1994; 1996; 2006) não faz tanto sentido neste contexto, apesar do fato de que diversos movimentos buscam, através de ações afirmativas, o entendimento sobre seu projeto de mundo.

De fato, diversos movimentos sociais estiveram presentes nas inúmeras empreitadas desenvolvidas na expansão dos direitos nos últimos 13 anos de governo do PT. Conseguiram formular políticas de promoção social e engendraram um bloco de contestação mundial por meio da via institucional, como foi o caso do FSM. Entretanto, a institucionalização de suas práticas criou um problema, até certo ponto idiossincrático. Se parte da teoria dos movimentos sociais confirmam a ideia de que todo movimento possui seu êxito na institucionalização, dentro desta visão a sociedade civil brasileira caminhara corretamente. No entanto, a ação coletiva que foi às ruas em junho de 2013, veio mostrar que estes locais ainda são o espaço principal de luta por um projeto mais plural e democrático. Certamente, além da massificação dos protestos, estavam ali diversos outros coletivos empenhados a disputar a hegemonia na sociedade civil, e com isso levar pautas latentes à realidade brasileira.

Não obstante, os efeitos do lulismo deixaram marcas importantes na sociedade brasileira. A conjuntura política foi minada pela incapacidade da oposição em elaborar um projeto alternativo ao modelo desenvolvimentista. Neste sentido, a desorientação se transformou em incapacidade organizacional, fazendo com que essa mesma oposição se recolhesse aos governos regionais. De uma expansão administrativa a nível nacional, passaríamos a um problema a nível local: pois, na medida em que a planificação dos programas de desenvolvimento chegava aos municípios, o suporte infra estrutural ainda carecia de grandes reparos. Por outro lado, a opinião pública e os movimentos sociais se acomodaram ao ritmo governamental atraídos, principalmente, pelo discurso oficial. No âmbito econômico, o crescimento de uma classe de consumidores, em termos numéricos, significou uma demanda maior por serviços de qualidade. Neste sentido, de acordo com Marco Aurélio Nogueira (2013, p. 42), de alguma forma as vozes das ruas e das urnas

ecoavam demandas sociais, mas não conseguiam inscrevê-las na agenda política. O estopim foi o aumento no preço da passagem de ônibus. A convergência e o aparecimento de outras pautas foram reflexos dos acontecimentos durante o período das manifestações.

4. INTERPRETANDO UM CONFRONTO: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Argumentar a respeito das causas dos manifestantes dentro de um contexto turbulento como foi junho de 2013 é um tanto quanto arriscado, do ponto de vista de que aquelas ações apresentaram não somente um único sentido, mas um emaranhado de conexões diversas que retomam as ruas como local de expressão e debate da opinião pública. Entretanto, se a característica do debate demonstrou convergências e divergências em inúmeros pontos, isso fica a cargo da relação conflituosa entre os envolvidos nas manifestações. Interpretá-las será um dos nossos desafios. De fato, para alguns, junho significou um “batismo político”. Para outros, as pautas de reivindicação já eram recorrentes e se intensificaram na medida em que a exigência de uma postura do âmbito político se manifestou em recuo e silêncio. A resposta sobre a demanda básica, ou imediata, não foi suficiente para minguar o movimento em torno da dispersão e do arrefecimento. A pasteurização das manifestações poderia vir por intermédio de uma ação violenta por parte da polícia. Como veremos, a intensificação do ciclo de protesto foi impulsionada por esse motivo. Estranhamente, o que, na opinião pública era visto com aversão, ganhou caráter de engajamento. A presença dos diversos coletivos, principalmente os que tiveram destaque na transmissão dos protestos, demonstraram a capacidade de difusão da ação coletiva questionando os grandes meios de comunicação e congregando pessoas em torno das pautas.

No presente capítulo iremos analisar a natureza do confronto político ocorrido no Brasil em junho de 2013. Neste sentido, acredita-se que a presença massiva das pessoas nas ruas é efeito, tanto de uma indignação recorrente na sociedade (problemas históricos de ordem estrutural); quanto de demandas específicas, as quais foram responsáveis pelo início dos protestos (a questão urbana, o passe livre, os grandes eventos). Entendemos que, como salienta Tarrow (2009), os ciclos de protestos têm seu ápice e seu declínio, e que as características importantes na configuração dos protestos estão ligadas ao efeito-demonstração

da ação coletiva. Assim, entender o contexto de surgimento dos protestos nos faz identificar os principais sentidos da ação. Além do mais, uma análise conjuntural nos oferece os motivos pelos quais as pessoas foram às ruas naquele momento, tanto quanto a composição e a forma de se relacionar dos integrantes presentes. Isso está de total acordo com a ideia de que os movimentos sociais e a ação coletiva, em certa medida, comportam um projeto (TOURAINÉ, 1994, 1996; MELUCCI, 1985, 1989). Desta maneira, falar a respeito da ação coletiva está em identificar a composição de quem está realizando a ação dentro de um contexto de possibilidades e confronto com a ordem. A dialética deste processo se demonstra no momento em que a síntese para as questões da ação pode aparecer em formas de divisão na sociedade, ou na medida em que a política se torna o espaço de decisão a respeito do que seja razoável, ou não, para a coletividade. Por isso analisar um fenômeno olhando seu processo é entender como as diversas relações de força atuam na sociedade (MARX & ENGELS, 1989, 1998; MARX, 2011a, 2011b, 2012; TARROW, 2009; TILLY, 1978, 2013; JOSÉ DE SOUZA, 1986).

Neste sentido, deveríamos tratar o fenômeno somente como movimentos sociais ou ação coletiva? Como foi apontado por Scherer-Warren (2014), a diferença entre esses atos e os movimentos sociais clássicos está na maneira como ocorre a ação coletiva. Em tese, tanto de um lado quanto de outro o que prevalece são formas de ação que atribuem valor a determinado contexto. A diferença está na forma de organização dos componentes pessoais dos diversos movimentos e coletivos presentes. Desta maneira, a questão que mais se aproxima com aquilo que estamos tratando gira em torno do fato de encarar essas manifestações como atos de protesto (GOHN, 2014, p. 9). Isso devido ao seu caráter difusor e de massas. Falamos em atos de protesto pelo caráter periódico de suas manifestações. Isso levando em consideração as convocações e o ciclo de protestos que se inaugurou a partir de junho de 2013 no Brasil.

O que veremos adiante é que um dos principais fatores de não conseguirmos delinear os componentes das manifestações esbarra em uma categoria pouco utilizada pela literatura científica a respeito da ação coletiva: a categoria *jovens*. Como afirma Gohn (2014), pesquisas realizadas desde 2013 já identificavam a presença de jovens na articulação das manifestações

pelas redes sociais³⁵. Desde as manifestações da Primavera Árabe, o que se tem observado em torno do ativismo social contemporâneo é a presença massiva de jovens na composição dos protestos. Em contraste, a crítica desenvolvida em torno deste ativismo é a de que essas ações caminham para uma discussão sem proposta alternativa ao modelo de exploração do capitalismo mundial³⁶. Por esse motivo credita-se às manifestações dos jovens seu motivo de “carnavalização” e arrefecimento rápido. Como afirma Slavoj Žižek, em um espaço social experimentado como um “sem mundo”, a única forma que o protesto pode assumir é a violência desprovida de sentido (ŽIZEK, 2012, p. 59). Por outro lado, o equívoco que pode conter essa crítica esbarra na não compreensão da organização dos coletivos na contemporaneidade. Como os jovens rejeitam qualquer liderança verticalizada e ou centralizadora, não há aí elementos para uma hegemonia, ideologia ou utopia. A motivação parte de um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes da sociedade referente ao uso e aos efeitos das políticas socioeconômicas (GOHN, 2014, p. 13). Mas não indica, necessariamente, um projeto ou direção de futuro. De certa maneira isso poderia explicar o “vazio de ideias” que ocorreu em certos momentos de junho de 2013. Trabalharemos essas questões no decorrer dos próximos tópicos.

³⁵ CASTRO, L. R. **Juventude e experiência política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012; RIBEIRO, M (org.). **Comunicação e juventude em movimento**. Rio de Janeiro: Ibase, 2012; ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. São Paulo: [s.e.], 2008.

³⁶ ŽIZEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

4.1 Quando e onde tudo começou: o cenário anterior, a questão urbana e o MPL

O primeiro ponto a ser destacado nas manifestações que ocorreram em junho de 2013 foi a constatação de que problemas que envolvem a vivência nas cidades mereciam atenção dos cidadãos. Não eram problemas que suscitaram o debate naquele instante, mas já estavam em discussão na sociedade brasileira dias e meses antes de junho. Não queremos, com isso, negar a importância em torno das redes sociais como instrumentos de ação coletiva. O que pretendemos colocar em voga, é que a intensificação das manifestações via redes sociais ocorreu pela paulatina percepção de que a vida nas cidades³⁷, principalmente nas grandes metrópoles, tornou-se insuportável, na medida em que modelos de crescimento econômicos e sociais, a nível nacional, não foram acompanhados por um planejamento e negociações a nível local. O Brasil, que vinha em ascensão nos índices socioeconômicos nos últimos dez anos, não conseguiu estabelecer consonância entre as ações operadas via Estado e governos locais. A dissonância, porém, foi demonstrada pela incapacidade dessas diversas governanças – locais e nacionais – em negociar frente ao grande capital as direções das políticas de infraestrutura e planejamento dos espaços urbanos. Ainda que o desenvolvimento em áreas de suma importância, com a diminuição da desigualdade e da pobreza extrema, representou um avanço na distribuição das políticas sociais, as acusações em torno dos processos licitatórios que envolveram empreiteiras e governos demonstrou, por outro lado, a incapacidade destes em implementar políticas concretas de desenvolvimento urbano.

A consequência foi o progressivo e desenfreado aumento nos serviços de transporte urbano, e também o crescimento descomunal e desordenado das habitações nestes mesmos espaços. Para cada habitante, morar em um apertado apartamento nos enormes centros do país, com dispêndio de dinheiro abocanhando parte de sua renda, somava-se a locomoção e o

³⁷ Ver: DAVIS, Mike. **Estrada de metal pesado**. In: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, Onde o autor faz um comparativo do uso do automóvel nas grandes cidades (em seu caso no sul da Califórnia) com uma batalha de tanques. O texto original é de 2003, mas a atualidade de sua interpretação é exemplar.

transporte. Anexado a este fator, as populações que historicamente foram empurradas para a periferia das cidades, viviam com problemas piores: a falta de política de organização em suas áreas de ocupação. Como afirma Ermínia Maricato, a terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário, os despejos violentos foram retomados e a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades (MARICATO, 2013, p. 21-21). O Plano Diretor criado através do Estatuto da Cidade³⁸, documento responsável pelas políticas de bem-estar urbano, na maioria das vezes fora ignorado pelas autoridades locais. Em boa parte das vezes, as autoridades responsáveis pela articulação política dos cidadãos em prol do desenvolvimento das ações do poder público nas cidades, foram insensíveis ao estímulo participativo da sociedade civil nessa empreitada. Com um panorama que demandava políticas de organização do espaço urbano, somava-se a vivência recorrente da violência legal operada via Estado, um problema que assola a sociedade brasileira desde o tempo colonial.

O começo de tudo tem uma relação muito forte com o surgimento do Movimento Passe Livre (MPL). Mas, levando em conta que o Movimento Passe Livre possui uma grande influência nesse contexto, devemos, porém, atentar que o desenvolvimento de protestos em que a temática da mobilidade urbana foi a pauta principal na sociedade brasileira está em voga pelo menos desde 2003. Primeiro em Salvador, ainda no ano de 2003, com a “Revolta do Buzu”. Depois com a fundação do MPL-Brasil³⁹ na cidade de Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial de 2005. Desde então, os protestos que se seguiram apareceram com poucas nuances durante os noticiários e na imprensa. Mas, por outro lado, a necessidade de manifestação provocada pelo MPL sempre se fez presente desde 2005, passando em branco somente o ano de 2007.

³⁸ Tal estatuto refere-se à lei de número 10.257, de 10 de julho de 2001, a qual institui responsabilidade obrigatória aos municípios com população acima de 20 mil habitantes a desenvolver o Plano Diretor. Este tem como algumas de suas funções: 1) garantir o atendimento das necessidades da cidade; 2) garantir uma melhor qualidade de vida; 3) preservar e restaurar os sistemas ambientais; 4) promover a regularização fundiária; e 5) consolidar os princípios da reforma urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 17/06/2015.

³⁹ No site do coletivo (<<http://www.mpl.org.br>>) o MPL disponibiliza ao público sua história e demais objetivos do movimento. Uma cronologia resumida do movimento pode ser encontrada em MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. – São Paulo: BOITEMPO: Carta Maior, 2013 - p. 18.

Em abril de 2013 o MPL conseguiu dar vazão a um protesto que reuniu cerca de seis mil pessoas na cidade de Porto Alegre⁴⁰. O ponto principal de reivindicação foi a revogação do aumento da passagem do transporte coletivo na capital gaúcha. Seu efeito não teve como meta atrelar tal movimento a alguma liderança política, nem mesmo restringir-se à cidade de Porto Alegre. Em janeiro do mesmo ano, lutas também foram organizadas na região metropolitana de São Paulo. A proposta do movimento era expandir sua atuação sobre as diversas cidades do país que vivenciavam o aumento abusivo das passagens de transporte, acusando a má qualidade dos serviços prestados pelas empresas licenciadas e propondo um transporte coletivo gratuito e de qualidade. Como afirma o MPL-SP,

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes nem respondem a qualquer instância externa superior. (MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Ao mesmo tempo que propunha um trabalho de ultrapassagem das formas de organização já estabelecidas nos movimentos sociais tradicionais, apontava como principal pauta os problemas da questão urbana⁴¹. A estratégia de paralisação das atividades urbanas por intermédio da ocupação das ruas, principalmente nos horários de pico, foram as oportunidades exploradas pelo MPL para tornar pública sua ação. De acordo com o MPL-SP, a experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional. (MPL-SP, 2013, p. 15).

⁴⁰ OLIVEIRA, Samir. **Porto Alegre: sinais de primavera brasileira?** Neste artigo o autor avalia, frente às argumentações de cientistas políticos, a configuração do ativismo na atualidade. Para isto, o autor utiliza o evento de Porto Alegre como exemplo de organização desse ativismo. A manifestação contra o aumento da passagem em Porto Alegre foi articulada pelo Bloco de Luta Pelo Transporte Público, o qual é composto por diversos coletivos, dentre eles o MPL. No evento de Porto Alegre a presença de jovens se fez, prioritariamente, por cinco forças políticas: PSTU, PSOL, Movimento Revolucionário, PCB e Federação Anarquista Gaúcha. Essas forças são, geralmente, compostas por jovens ativistas e universitários que reivindicam o uso do transporte público gratuito. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/protestos-em-porto-alegre-sinais-de-primavera-brasileira/>>. Acesso em: 17/06/2015.

⁴¹ De fato, tal reivindicação não era nova no cenário de indignação brasileiro. Diversos movimentos sociais já apresentavam demanda a respeito da pauta urbana. O Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST) é exemplo de luta em torno da habitação e da organização na vida cidadina.

A projeção do MPL a nível nacional foi reflexo de sua atuação ao levantar, juntamente com a pauta do transporte coletivo, uma crítica referente à forma como as políticas são geridas e colocadas em práticas nas diversas cidades do país. A observância de que alguns governos revogaram o aumento das passagens, como foi no caso de Porto Alegre, trouxe um cenário de otimismo para a ação coletiva e as demais empreitadas nacionais. Por outro lado, a experiência da ação direta⁴² na utilização das redes sociais, como forma de expansão e congregação de pessoas, formando um bloco horizontal e compartilhado de manifestações, foi um ponto decisivo no processo de mobilização. A cada clique e a cada possibilidade de participação na rede poderia se traduzir em uma possível ação futura no ambiente citadino. Os jovens, os quais as políticas de transporte coletivo afetavam em grande medida, viram na possibilidade de ação o atendimento de suas reivindicações. Entretanto, se podemos colocar um divisor de águas que separa as esporádicas manifestações anteriores empreendidas pelo MPL da mobilização em massa de junho de 2013 é a amplitude e o surgimento de diversas pautas de reivindicações, as quais não se restringiam somente à questão urbana.

⁴² A ideia de ação direta é proveniente dos movimentos “antiglobalização” da década de 1990. O termo antiglobalização é negado pelos organizadores destes movimentos, pois tal definição carrega teor demasiadamente midiático em sua composição. Para esses movimentos é mais adequado falar em manifestações-bloqueio ou ação direta. Como afirma Ned Ludd (2002), os chamados Dias de Ação Global tiveram como proposta perturbar as reuniões de instituições reguladoras do capitalismo global. São distúrbios organizados em torno das decisões dos gestores do capitalismo mundial. Esses distúrbios congregam diversos movimentos e pessoas em torno do mundo na luta contra os avanços das políticas dos órgãos mundiais. Organizam-se piquetes, protestos, ação violenta ou não-violenta, manifestações, tudo direcionado a partir de uma agenda para a construção de conexões alternativas à ordem social preconizada pelas organizações de fomento multilaterais. Nas palavras da autora, “através da ação direta, as pessoas fazem conexões, conversam e se comunicam entre si, quebram o isolamento e fragmentação desta sociedade alienada. Essas conexões estão agora se espalhando em volta do globo na medida que as pessoas percebem que suas lutas locais específicas são parte de um problema mais amplo: a economia global.” (NED LUDD, 2002, p. 27). O princípio da luta através da ação direta é estruturador de todas as práticas de conexão dos ativistas que compartilham uma mesma reivindicação em espaços e tempos diferenciados. A conexão entre eles fomenta a expansão da ação na medida em que o resultado previsto se traveste de forma descentralizada na qual ocorrem os eventos.

4.2. O início de um ciclo de protestos

De acordo com o ideário do MPL, a horizontalidade e a ausência de liderança são suas marcas principais. Parte desse ideário, é reflexo dos componentes da ação direta que fazem parte dos movimentos globais. Entretanto, a respeito do que ocorreu em junho de 2013 no Brasil, podemos apontar que, por mais que o MPL não se intitulasse a principal liderança das manifestações, este movimento foi o mais importante articulador dos protestos. Isso devido ao efeito institucional de suas ações, isto é, o reflexo do confronto com a polícia; quanto a abrangência de sua pauta: a questão urbana. Neste sentido, se partimos da ideia de que os movimentos têm capacidade de articular demandas que possam ser levadas a cidadãos comuns convocando-os a participar da ação coletiva nos termos de Tarrow, compreendemos que a energia exercida pelo MPL neste contexto foi muito bem executada. Certamente, isso não nos coloca em vias de afirmar que o MPL, por ter sido o principal movimento que articulou as demandas no início dos protestos, seja o detentor de todo o processo político. Este é antes estrutural, o que houve foi uma relação de fatores que se entrelaçaram conjunturalmente. Nos termos de Tilly (2004) uma combinação de mecanismos causais: um ambiente político relativamente instável; que envolvia questões sociais profundas; certa influência da imprensa nos processos sociais e políticos; a natureza do ativismo social na contemporaneidade por meio da sua organização em redes e coletivos sociais. Assim, dado que o controle do processo envolve um controle da estrutura não podemos arriscar em dizer que esta esteve atrelada a somente um fator, mas que está inserida no contexto total da conjuntura.

Tudo começou em São Paulo, numa quinta-feira, dia 6 de junho de 2013. Certamente, esse dia representou o marco zero de uma indignação que viria a tomar as ruas até meados daquele mesmo mês. A primeira reunião dos jovens foi na Avenida Paulista, e ninguém poderia imaginar que aquele dia seria o início da maior sequência de protestos que se expandiram pelo Brasil desde o “Fora Collor” em 1992. O que estava colocado até aquele

momento era o aumento da tarifa de ônibus em algumas capitais do país. Ademais, o que veio a somar a este horizonte foi o ambiente de desconfiança política que se instaurou durante os anos anteriores, efeito dos escândalos de corrupção noticiados enfaticamente pela grande imprensa.

É preciso salientar que as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus já vinham ocorrendo em algumas outras cidades do país. Em Manaus o aumento de R\$ 0,25 (de R\$ 2,75 para R\$ 3,00) levou jovens, principalmente estudantes universitários, às ruas para reivindicar o preço da passagem de ônibus no dia 30 de março. Em Goiânia o aumento na tarifa somou-se ao atraso dos ônibus no decorrer do mês de maio. Em São Paulo, por sua vez, no dia 24 de maio foi decretado o aumento da tarifa em R\$ 3,20. Antes o valor esse valor era de R\$ 3,00. Esse aumento levou à organização, por parte do MPL-SP de três manifestações nos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês⁴³. Consequentemente, semelhante às três capitais acima, no dia 30 de maio outras 11 capitais reajustaram a tarifa do transporte coletivo. Foram elas: Aracajú, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória. No apanhado geral dos aumentos, estes apresentaram variação média de R\$ 0,20 a R\$ 0,30. Destaque para as variações dos municípios de São Luís (R\$ 1,70 para R\$ 2,10) e Rio Branco (R\$ 1,90 para R\$ 2,40) onde o aumento ultrapassava a faixa de R\$ 0,40 e R\$ 0,50⁴⁴. O panorama não poderia ser mais incitante.

A revogação dos 0,20 centavos não era somente uma pauta do MPL-SP. O aumento abusivo na tarifa trazia a transversalidade de outras reivindicações históricas: o tema do Bilhete Único Mensal em São Paulo; o movimento de mais de décadas pedindo melhorias no transporte público em Belo Horizonte, articulado pela Assembleia Popular Horizontal e pelo Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa (COPAC); a construção do metrô em Salvador que durava dez anos, em que pretendia ligar as regiões da Lapa e do Retiro; os protestos sobre a

⁴³ Uma linha do tempo sobre o período apresentado está disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>. Acesso em: 17/06/2015.

⁴⁴ Tabela com os preços e ajustes disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/onze-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html>>. Acesso em: 17/06/2015.

lotação e tarifa nos transportes fluviais no Pará; em Santos, o problema com o escoamento da produção na região portuária que acarretava lentidão; as obras, na cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 no Brasil e as Olimpíadas de 2016; a imobilidade urbana nos trechos de transporte rodoviário nas estradas do Maranhão; os processos licitatórios entre prefeituras e empresas de transporte coletivo. Todos esses protestos ligados à questão urbana, ou ao problema da infraestrutura das cidades. Ademais, outros temas que foram recorrentes nas pautas dos protestos em junho já estavam em vias de discussão meses antes. Neste sentido, para analisarmos as manifestações de junho precisamos, de antemão, ter um olhar mais acurado para a realidade anterior⁴⁵. A respeito desse tema levantamos alguns indícios nos capítulos anteriores.

De fato, em termos de execução da ação coletiva o MPL-SP e alguns grupos oriundos de partidos da esquerda ligados ao movimento estudantil, não se diferenciaram muito das formas de atuação dos diversos movimentos sociais. No dia 6 de junho o grupo que bradava palavras de ordem do tipo: “mãos ao alto, 3,20 é um assalto!”, executava ações muito semelhantes aos diversos movimentos sociais que atuam na cena política. O uso de barricadas, bandeiras, palavras de ordem e interdição de vias públicas, segundo Tarrow (2009) citando Tilly (1995b), são repertórios de ação que existem desde o século XVIII na França, quando os homens erguiam barricadas à medida em que as bases do Antigo Regime se desagregavam. O fato é que, o que torna a ação do MPL eficaz em um contexto urbano é a interrupção das vias públicas de circulação da população e dos veículos de transporte individual e coletivo. Essa ação além de interromper a vida cotidiana das pessoas comuns nos centros urbanos possibilita dar visibilidade ao momento de contestação.

Certamente, a interrupção dos manifestantes das maiores vias de acesso em São Paulo (primeiro a avenida paulista no dia 6 de junho e, durante o dia 7 de junho (sexta-feira), o

⁴⁵ Se olharmos para os noticiários da grande mídia em um período anterior aos protestos, poderemos ver outros diversos assuntos que se tornaram pautas recorrentes nas manifestações de junho: os gastos com os grandes eventos (Copa do Mundo de 2014, Copa das Confederações e Olimpíadas de 2016); a persistência do índice de desigualdade social, o qual, apesar da diminuição da pobreza monetária, não foi suficiente para demandar uma sociedade de bem-estar em processo de construção contínua; denúncias de corrupção atrelado ao sentimento de impunidade; um sistema político arcaico de onde havia uma desconfiança enorme por parte da sociedade civil; a criminalização dos movimentos sociais, uma pauta importante dado ao afastamento de diversos movimentos da esfera pública e ao problema da não aceitabilidade, por parte de alguns setores da sociedade, de que estes são formas legítimas de exercício da cidadania. Dentre outros que os quais apontaremos mais adiante.

Largo da Batata), foi um dos motivos para o início de um ciclo de confronto com as forças policiais. Na tentativa de organizar o fluxo nestes locais a polícia agia de forma contenciosa e, por vezes, abusava da violência contra os manifestantes.

Tanto em São Paulo quanto em Goiânia a ação da Polícia Militar (PM) foi no sentido de conter as manifestações por intermédio da ação violenta. No Rio de Janeiro um protesto organizado no dia 6 de junho gerou reclamações dos manifestantes referente à truculência por parte da PM. Em São Paulo, no mesmo dia cerca de 5 mil pessoas fecharam a Avenida Paulista, dando início a mais um confronto com a polícia. A ação de repressão da PM foi reforçada, no dia 7 de junho pelo Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin. O governador foi a público declarar que tal ação, por parte da PM, era legítima, e que o bloqueio de vias públicas era “caso de polícia”. A resposta institucional foi o combustível na fogueira dos manifestantes e o estopim da mobilização em massa estava ganhando forma e conteúdo.

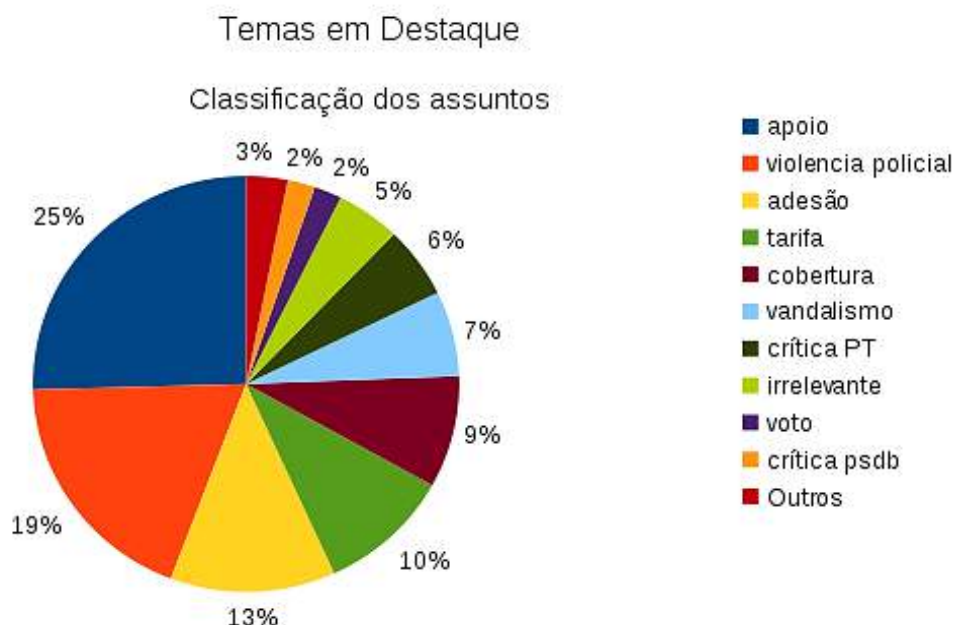
As oportunidades encontradas pelos manifestantes estavam agora além das reivindicações contra o aumento das tarifas de ônibus. Somava-se ao ambiente: a resposta institucional por intermédio da PM na repressão dos protestos e a incapacidade de diálogo dos governantes. As acusações dos políticos contra os protestos e a tentativa de manutenção do aumento das tarifas de ônibus, impulsionavam a vontade dos ativistas de permanecerem nas ruas. O recurso ao bloqueio das vias de acesso ia demonstrando aos demais cidadãos a necessidade de se envolver nas manifestações. A persistência dos protestos logo tomou forma nas conversas corriqueiras do dia-a-dia e ganharam um ambiente de amplo debate na internet.

4.3. Criando e difundindo oportunidades: as redes como mecanismos de propagação da ação coletiva

Depois de um início perturbador e um primeiro confronto com a polícia os assuntos provenientes das manifestações viraram pauta para o debate nas redes sociais. A *timeline* de uma parcela considerável dos usuários do Facebook foi inundada de fotos, textos, notícias, opiniões e mensagens sobre os protestos. Ao mesmo tempo, os convites começaram a aparecer para que as pessoas se juntassem à manifestação. Entretanto, se o horizonte de tal perspectiva era agradável aos usuários das redes, o medo de se juntar aos manifestantes ainda se fazia presente frente à ação truculenta da polícia. Porém, analisando os assuntos referentes aos protestos até aquele momento era possível perceber um apoio e uma adesão relativamente grande à mobilização. Em pesquisa⁴⁶ publicada pelo site *#interagentes: comunicação digital e ações em rede*, verificou-se a adesão dos temas referentes às manifestações por parte dos usuários do Facebook, como ilustra a Figura 1:

46 A pesquisa foi desenvolvida pelo site <<http://interagentes.net>>. A metodologia utilizada se baseia na seguinte composição: as buscas realizadas no Facebook visaram capturar citações públicas às manifestações contra o aumento de tarifas do transporte público. Os acontecimentos de São Paulo ganharam destaque nessa análise. O período aqui analisado compreende do dia 5 ao dia 21 de junho. As buscas por postagens públicas feitas a partir de páginas e perfis do Facebook foram efetuadas diretamente por meio de requisições à API da referida rede social. Em seguida, processamos os dados retornados para analisar o compartilhamento de publicações. A análise dos compartilhamentos é rica em significação, sendo capaz de detectar mensagens de alto capital social que circularam pelas redes. Após processados, os dados foram importados para o aplicativo Gephi, software para a visualização e análise de grafos de redes complexas. Um grafo é representado por um conjunto de pontos ou nós chamados de vértices que são ligados por retas, denominadas arestas. Para efeito dessa pesquisa, a página ou perfil no Facebook é um vértice ou nó. A ligação entre perfis se dá pelas arestas e representa o compartilhamento de uma postagem. A grosso modo, um perfil com grande confluência de arestas é relativamente mais importante que outro que possui menos arestas atraídas para si. No Gephi foi utilizado o algoritmo de análise de redes chamado Hyperlink-Induced Topic Search (HITS), desenvolvido por Jon Kleinberg. A métrica HITS atribui dois valores à cada nó: HUB e Autoridade. A autoridade estima o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens. Os HUBs avaliam o valor de suas ligações (links) para outras páginas ou nós. Dito de outra forma, enquanto um bom HUB representa um nó que aponta para muitos 'nós' da rede, uma boa Autoridade é apontada por diversos outros HUBs. Em suma, um nó de rede (pessoa ou página) que tenha seus posts muito replicados tem uma grande Autoridade. Já quem compartilha muitos posts de outros perfis tem um valor de HUB mais elevado (*#interagentes*, 2013). Acesso em: 17/06/2015.

Figura 1 - Temas em Destaque no Facebook durante o primeiro dia de ato



Fonte: CARTOGRAFIA DE ESPAÇOS HÍBRIDOS: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

O apoio à mobilização teve a maior porcentagem (25%) perante os demais temas. Seguido da violência policial (19%) e da adesão ao movimento (13%). Esses três fatores, em conjunto, demonstram a capacidade das redes sociais atuarem como mecanismos que possibilitam o engajamento nas mobilizações. De acordo com #interagentes (2013), a primeira análise foi feita sobre uma amostra estatística retirada de um universo de 142.068 mensagens coletadas no Facebook entre os dias 5 e 12 de junho. Esse período corresponde aos três primeiros atos de protestos da cidade de São Paulo, respectivamente, os dias 6, 7 e 11 de junho. De acordo com o estudo, 65% das mensagens analisadas eram positivas às manifestações. Porém, 19% indicavam uma percepção negativa dos eventos. Classificadas como mensagens neutras, compunham o universo de 15%. Foram mensagens que tratavam da repercussão das notícias sem comentários que aferissem a percepção do autor.

Outro ponto a ser observado nas redes é a capacidade de gerar propagação de conteúdo reivindicativo por parte das Autoridades e dos *Hubs*. Através da análise da evolução dos atos nas redes sociais, a relação entre Autoridade e *Hub* vai modificando à medida em que novos grupos aparecem. Se observarmos a mudança em torno das principais páginas que foram Autoridade e *hub* durante os dias de protesto veremos a configuração de dois fenômenos

importantes: a ideia de liderança ligada à passageira hegemonia ideológica; e a mudança no conteúdo de quem esteve à frente dessa liderança. Neste segundo quesito é possível identificar a queda na autoridade dos grandes veículos de comunicação que, em tese, seriam os portadores da verdade durante aquele período.

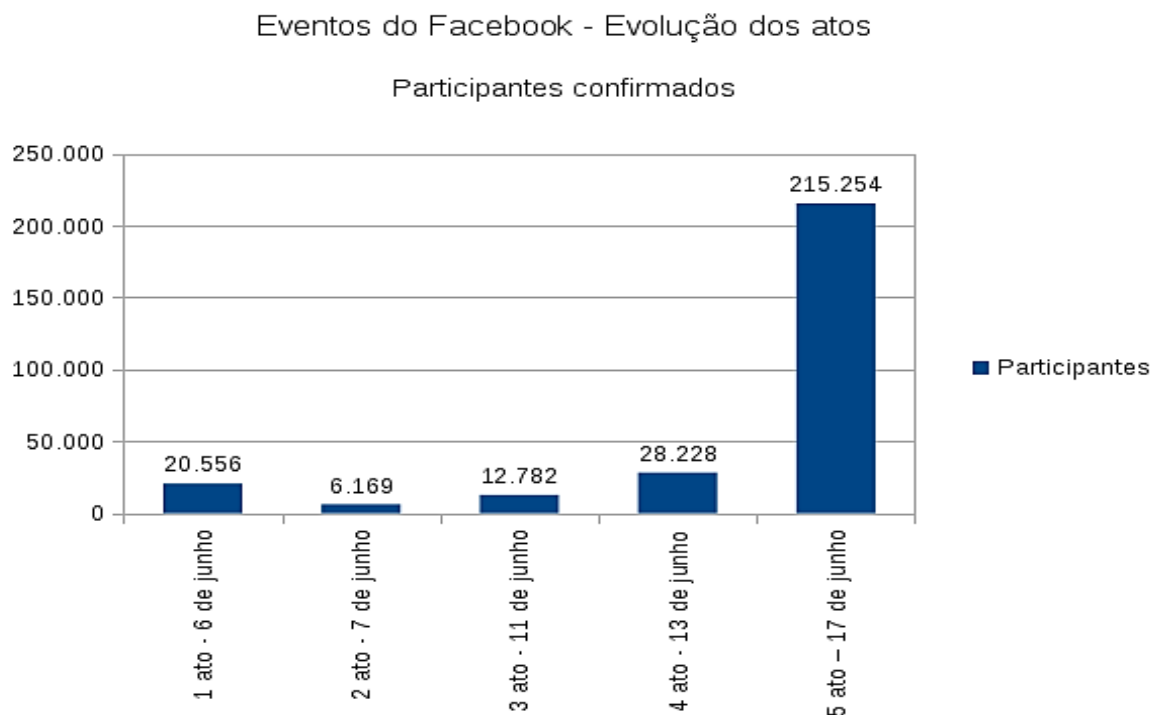
A principal Autoridade durante os três primeiros dias foi o jornal O Estado de São Paulo (Estadão) seguido de passe Livre São Paulo, Anonymous Brasil, NINJA, Carta Capital e O Globo. Os *Hubs* foram Izaías Santana, Manifesto Libertário, Anonymous Brasil, Cesar Stefanes, Janira Rocha e Natália Pedroso⁴⁷. O estadão permaneceu como autoridade durante os três primeiros atos. A reviravolta, porém, ocorreu por volta do quinto ato (17/06) quando Movimento Contra Corrupção passou a ser a principal Autoridade e o seu *Hub* o Anonymous Brasil. Certamente, a mudança na forma com a qual se deu o quesito autoridade neste processo está atrelado ao fato de que a página que se encontrou como a maior autoridade do dia 17 era uma página ligada às reivindicações mais amplas da sociedade. A escolha, neste momento, significou uma pauta com amplitude maior que veio a se configurar nos dias posteriores com diversos cartazes que pediam o fim da corrupção, mais saúde e mais educação no “padrão FIFA”.

No entanto, podemos apontar outro motivo de indignação desse período: a violência desmedida da PM e o episódio no qual a jornalista Giuliana Vallone da Folha de São Paulo foi ferida no rosto por uma bala de borracha. Como salienta o gráfico da figura 1, um dos temas mais discutidos foi a violência policial. Apesar das autoridades da PM alertarem que agiam constitucionalmente para barrar as possíveis ondas de violência por parte dos manifestantes, a crítica que engodou a manifestação era fruto de questões históricas a respeito do mando e da corrupção policial. O reconhecimento desse fenômeno ficou a cargo da transmissão das mídias alternativas que, através das plataformas de *live stream*, como o *twitcam*, transmitiam em tempo real o que ocorria nas ruas. Os discursos contrapostos às afirmações da grande imprensa foram aos poucos ganhando destaque e adesão pelas redes

⁴⁷ As Tabelas referentes ao caso estão disponíveis no **Anexo 1 – Relação entre Autoridade e Hub na evolução dos eventos**. Estas tabelas foram retiradas de CARTOGRAFIA DE ESPAÇOS HÍBRIDOS: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

sociais. A efeito disto as confirmações nos eventos criados no Facebook tiveram um salto do dia 13 para o dia 17 de junho (Figura 2).

Figura 2 - Evolução dos eventos confirmados no Facebook



Fonte: CARTOGRAFIA DE ESPAÇOS HÍBRIDOS: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

De acordo com o apresentado na figura, fica nítido um número expressivo de apoio à manifestação por parte dos usuários da rede social. A troca de informações apresentou variações de opiniões as mais diversas. O engajamento social ganhava adesão à medida que eventos criados funcionavam como canal privilegiado de articulação de ativistas, movimentos e pessoas comuns. Por sua vez, a composição heterogênea dos participantes foi fruto da construção capilarizada das diversas narrativas e discursos provenientes das redes sociais. Ainda que nessas discussões acaloradas o que se viu foi o começo de um ambiente de polarização que viria a tomar conta das ruas no final deste ciclo de protestos. Neste sentido, por mais que se acredite que a adesão ocorreu como um caso esporádico, ela foi reforçada pelos principais participantes das ruas e das redes sociais. Os cartazes levantados com mensagens que faziam o uso da linguagem da internet como forma de contestação sobre a forma como a participação política ocorre nos dias atuais eram constantes e acusavam de

maneira enfática as críticas dirigidas ao engajamento virtual. Frases como “saímos do Facebook”, “sai do Candy Crush e #vemprarua” ou “sai do PlayStation e #vemprarua” eram comumente utilizadas pelos manifestantes. Certamente, a crítica contida nessas frases faziam alusão aos efeitos do mundo virtual no engajamento das pessoas. O interessante a notar é que, por vezes, essa linguagem virtual foi readaptada como elemento de crítica e de convocação.

Nas redes sociais o coletivo Anonymous⁴⁸ demonstrou ser um catalisador da indignação das ruas⁴⁹. Através de sua tática de artilharia virtual⁵⁰ os ativistas tiveram grande relevância na disseminação das informações e na articulação da solidariedade ao movimento. Isso fica ainda mais evidente nas informações sobre Autoridade e *Hubs* presente no Anexo 1. Neste sentido, o papel desempenhado pelo Anonymous foi relevante ao aumento do ciclo de protestos e a articulação das pessoas para a ida às ruas. De fato, seu efeito sobre as redes foi

⁴⁸ O Anonymous é um coletivo internacional surgido em 2004 que atua mobilizando os manifestantes através das redes sociais. A marca importante deste grupo é a não revelação de sua identidade, diferente de muitas lideranças de movimentos sociais dos finais do século XX que viam na afirmação da identidade a busca pelos direitos das minorias. O grupo tem como simbologia uma máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que tentou explodir o Parlamento inglês no levante “Conspiração da Pólvora” no século XVII. A mesma máscara se tornou popular através do filme *V de Vingança* (2005) dirigido por James McTeigue. De acordo com o Anonymous, eles se consideram uma ideia que não pode ser contida, perseguida ou aprisionada. Além do mais, o coletivo afirma não ser uma organização e por esse motivo não possui líderes. O Anonymous, mundialmente, ficou conhecido por suas ações durante a primavera Árabe e no *Occupy Wall Street*. A crítica no seio do coletivo está voltada aos 99% dos que sofrem com os efeitos da economia financeira mundial contra os 1% que governam o capitalismo mundializado. Entretanto, por mais que o caso brasileiro demonstre uma relação entre as duas entidades, não podemos afirmar que elas dialogam a nível mundial. O que justifica essa prospecção é que ao realizar uma busca sobre o Anonymous mundial não encontramos hospedagem alguma de sites referentes a eles, somente um canal no *Youtube*. No entanto, a vertente brasileira possui um site muito bem estruturado onde deixam os leitores a par de suas pautas de reivindicações. Sobre o Anonymous internacional ver: <<https://www.youtube.com/user/AnonymousWorldvoce/videos>>. Sobre o Anonymous Brasil ver: <<http://www.anonymousbrasil.com/>> Acesso em: 24/06/2015.

⁴⁹ No dia 18, o Anonymous Brasil divulgou um vídeo no *Youtube* apresentando o que chamaram de “As 5 causas!”: 1) não a PEC 37; 2) saída imediata de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional; 3) imediata investigação e punição de irregularidades nas obras da Copa, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal; 4) uma lei que torne a corrupção no congresso crime hediondo; e 5) fim do foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao Artigo 5º da Constituição. De acordo com o coletivo, o levantamento de tais pautas foi no intuito de não dispersar o movimento que vinha sofrendo críticas pelos principais veículos de comunicação. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76l2xs>>. Acesso em: 18/06/2013.

⁵⁰ Segundo Gohn (2014), a artilharia virtual do Anonymous consiste em um recurso simples: utilizar um programa de computador (por exemplo o *LowOrbitIon Canon*) para sobrecarregar diversos sites importantes até retirá-los do ar. Fizeram isso na Primavera Árabe e no *Occupy Wall Street*. A intensão foi bloquear o acesso, respectivamente, dos meios de comunicação governamentais à articulação na rede para os protestos e causar problemas financeiros às grandes empresas e bancos mundiais que atuavam em *Wall Street*.

diminuindo à medida em que as ruas viraram a principal atração durante o pico dos protestos. Ainda mais pela entrada dos grupos *Black Blocks*⁵¹ durante o confronto.

No entanto, partir do quinto ato (17/06) o que se viu foi um crescimento rápido no número de manifestantes: de 20 mil participantes no primeiro ato para 200 mil no quinto ato. O ciclo de confronto se expandiu, ocasionado principalmente pelas redes sociais. O engajamento das pessoas começava a dar nuances para além da reivindicação da tarifa de ônibus. A violência policial somava-se ao discurso propagado pela grande mídia, acusando parte dos manifestantes como vândalos por promoverem a bagunça (7%) (ver Figura 1). Essa acusação foi sendo desmistificada através dos veículos de comunicação alternativos, os quais faziam a transmissão em tempo real dos protestos e colocavam em escrutínio os discursos dos grandes veículos midiáticos⁵². A violência institucional foi acusada pelos veículos de comunicação alternativos, que juntaram contingente para a expansão e difusão do confronto.

O efeito demonstração da ação coletiva teve seu pico no dia 20 de junho. Em gráfico demonstrado na Figura 3 é possível ver o aumento expressivo do número de manifestantes que foram às ruas.

⁵¹ De fato, *Black Block* não se configura enquanto um movimento ou coletivo. A inserção de grupos que utilizam a violência como prática de ação representa mais uma tática do que um movimento em si. Como afirma Ludd (2002), o *Black Block*, ao mesmo tempo em que assusta, ele fascina. Muito frequentemente ele desencadeia um ódio bastante selvagem, ou ao contrário, brados de aprovação, sem que grande parte necessariamente saiba do que se trata na verdade. Suas ações não se limitam a uma destruição sistemática e sem objetivo. O que está inscrito em suas práticas é um modelo de organização e ação política que busca a superação dos modelos de ação tradicionais, como o *lobby* e o reformismo. Seus fundamentos se encontram numa análise crítica da militância de extrema esquerda caracterizados pela desobediência civil ativa e a ação direta (LUDD, 2002, p. 76-78). Ora, a crítica implementada ao modelo de apropriação do confronto político por parte dos *Black Blocks* empreende muito mais uma performance violenta do que um simples ato de vandalismo puro. De fato, não há como dizer se foram eles os principais responsáveis pelo declínio das manifestações, mas a intensificação dos confrontos ganhou roupagem diferente quando estes estiveram nas ruas.

⁵² A Mídia NINJA foi o grande confrontador dos discursos provenientes da grande mídia. De acordo com o site do coletivo, a Mídia NINJA surge em março de 2013, com o objetivo de realizar uma disputa de sentidos e imaginários na comunicação brasileira. A partir da experiência do Fora do Eixo, rede de coletivos político-culturais espalhada pelo Brasil, o NINJA busca evidenciar, no ambiente da comunicação, aquilo que o FdE já havia demonstrado no campo cultural: os velhos intermediários não têm condições de enxergar o novo. Nos protestos, a mídia NINJA se concentrou na cobertura e transmissão ao vivo. Ao realizar tal empreitada, ela se destacou como um olhar exclusivo desses acontecimentos, confrontando as visões hegemônicas e colocando ao crivo dos cidadãos os reais acontecimentos das ruas. O Fora do Eixo, por sua vez, surgiu em 2005 em Cuiabá, mas sua ideia de gestação vem desde 2001 através de estudantes comunicação na proposta de criar músicas e festivais independentes. A prerrogativa foi ser uma rede de grupos voltados para organização de eventos musicais a partir da captação de diversos recursos que incluía os ganhos com os shows e recursos editais de órgãos públicos. Entretanto, em matéria da Carta Capital publicada por Lino Bocchini e Piero Locatelli no dia 16/08/2013, ex-participantes do grupo criticaram a postura adotada pelo coletivo as quais não condiziam com o discurso democrático/libertário propagado pela organização. Sobre a Mídia NINJA ver: <<https://ninja.oximity.com/>>. Acesso em: 24/06/2015. Sobre o coletivo Fora do Eixo ver: <<http://foradoeixo.org.br/>>. Acesso em: 24/06/2015. Matéria publicada pela Carta Capital disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>>. Acesso em: 24/06/15.

Figura 3 - Número de Manifestantes que foram às ruas

Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês

Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NitTrans. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 26/09/2014.

Apesar da crença de que a repressão policial iria diminuir o número de manifestantes nas ruas, o efeito foi ao contrário: a violência não os intimidou e acabou sendo mais dentre os vários motivos pelos quais eles foram impulsionados a ir às ruas. A mobilização não só atingiu as grandes capitais do país, como também médios e pequenos centros urbanos. Em pesquisa do IBOPE (Anexo 2), os manifestantes confirmaram (75%) utilizaram alguma rede social para convocar outras pessoas para a manifestação. Outros 25% não utilizaram-se das redes sociais para a mobilização. Interessante notar que o *Facebook* (77%) foi o mecanismo mais utilizado para a mobilização, seguido do *Twitter* (1%). Os que consideraram utilizar “as duas redes sociais” (8%) e “não se mobilizou através de redes” (13%) tiveram números inexpressivos.

Ao serem confrontados sobre como souberam da manifestação do dia 20, os manifestantes, em sua maioria, responderam o *Facebook* (62%). Isso demonstra a capacidade de difusor da ação coletiva por parte dessa rede social. O que reforça a força do *Facebook* ser um difusor de ação coletiva é também o fato de 29% dos manifestantes terem respondido que souberam da manifestação através da “internet – outros meios”. A programação televisiva esteve em 14% das respostas, pouco, comparado ao fato de que ela poderia ter sido um grande difusor do movimento. Entretanto, além da rede social, o que também reforça a ideia de que a adesão ao movimento ocorre por afinidade, antes de um quesito ideológico regimentado em

uma organização ou movimento, é o percentual significativo de 28% daqueles que souberam da manifestação por intermédio de “amigos e colegas”. Isso é comprovado pelo alto percentual daqueles que confirmaram que foram acompanhados para a manifestação com amigos ou colegas (65%).

De certa maneira, o mecanismo de adesão à ação coletiva não ocorreu, neste contexto, por meio de uma ação dirigida em torno de uma organização ou movimento social. Atentamos ao fato de que o MPL e o Anonymous foram catalisadores na difusão da ação. Mas, não dirimimos a capacidade de que a adesão ao movimento também ocorreu por uma afinidade, seja ela de pautas ou pelo simples fato de protestar contra algo que incomodava as pessoas naquele momento. Porém, o que nos chama a atenção é que 46% responderam que nunca tinham participado de alguma outra manifestação de rua antes de junho, e 54% já tinham participado. De alguma maneira, essa divisão comprova a tese de que uma parte significativa dos manifestantes estavam naquele momento passando pelo seu “batismo na política” (GOHN, 2014).

Está certo que parte dos manifestantes utilizaram de repertórios de ação para conter a possível reação da PM. O ato sincronizado de sentar a fim de mostrar os responsáveis pelas performances violentas foi um dos muitos repertórios utilizados. As ações violentas foram repudiadas por alguns manifestantes, e isso se configurou como uma forma de polarização dentro dos protestos. De acordo com pesquisa do IBOPE, parte dos manifestantes (66%) considerou que as depredações nunca são justificadas, independentes das circunstâncias de um protesto. Entretanto, outra parte dos manifestantes (28%) consideraram que as depredações são justificadas em certas circunstâncias. A Crítica dirigida pela imprensa ao rotular grupos violentos de “vândalos” e “baderneiros”, por sua vez, não intimidou as performances de confronto com a ordem. Certamente, a incompreensão de que as ações violentas, principalmente as iniciadas pelos grupos *Black Bocks*, possuíam sentido para aqueles que a executavam, foi uma constante nos meios midiáticos e em boa parte dos manifestantes. No entanto, é preciso entender que a prática *Black Block* tem uma expressão única e está inserida em um repertório de contestação onde o uso da violência representa uma forma legítima de se manifestar para aqueles que a executam. Neste sentido, o ataque às instituições se assemelha aos outros diversos repertórios de ação reformistas utilizados por

outros manifestantes: o uso de cartazes, marchas e caminhadas. A questão, porém, é que na disputa pelo argumento daquilo que seria verdadeiramente correto dentro das manifestações, significou a tentativa de minar a ação daquele que fora rotulado como transgressor da ordem. Isso colocou parte dos manifestantes contra os grupos considerados violentos, dado que o ambiente instaurado era considerado por alguns como uma espécie de “celebração política”.

Com efeito, a heterogeneidade das narrativas provenientes dos espaços virtuais veio compor um número sem fim de pautas e atores sociais que reivindicavam sem um ponto de inflexão, ou uma agenda em comum. As diversas formas de pensar e visualizar o futuro foram entrando pouco a pouco em conflito. Assim, com uma composição heterogênea, encontrar os motivos da massificação do movimento é também apontar as características que exemplificam o fenômeno de polarização política dentro dos protestos, pois a partir de um apartidarismo inserido na lógica de alguns movimentos, a consequência foi um anti-partidarismo de massas que se estendeu decorrer da conjuntura política brasileira.

4.4. A composição dos manifestantes: quem estava nas ruas?

O dia 20 de junho foi o dia em que mais pessoas foram às ruas. Isso no apanhado geral da cidade de São Paulo, onde as manifestações tiveram maior destaque e relevância, tanto quanto nas diversas capitais e cidades periféricas. Um número grande de manifestantes também estiveram nas ruas do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e Brasília. Como apresentado, a presença dos manifestantes não se restringiu a determinados setores da sociedade. A indignação, por mais que fosse direcionada a pontos e demandas específicos, foi motivo para que outros tipos de manifestantes viessem às ruas. O número elevado de pautas confundiu-nos à medida em que já não eram mais os 0,20 centavos que estavam sendo discutidos, mas diversos problemas que não estavam nas demandas dos principais coletivos que puxaram as manifestações. Será sobre essa composição dos manifestantes que estiveram nas ruas que o presente tópico irá tratar.

Primeiramente, é preciso dar destaque que os principais movimentos que estavam presentes naqueles dias tinham pautas específicas e não se tratavam de demandas amplas. O responsável a dar vazão aos protestos, o MPL, tinha como demanda específica a diminuição do aumento da tarifa de ônibus. Juntamente ao MPL, outros coletivos que compõem a juventude da esquerda também estavam presentes: representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), representantes da Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL), setores da juventude de partidos como o PSTU, PSOL e PCB. No entanto, o que se viu a partir do dia 19 e, conseqüentemente, no dia 20 foi um número expressivo de manifestantes (1,4 milhão) que foram às ruas protestar. Se estes manifestantes tinham ou não demandas que fossem plausíveis à realidade brasileira naquele momento não sabemos, de fato. Entretanto, a questão que fica é por que eles estavam nas ruas.

O primeiro ponto a dar destaque é: a formação de uma classe de consumidores ao longo dos últimos 10 anos de governo do PT demandou políticas de atendimento das

necessidades e bens disponíveis ao bem-estar dessa população. O problema, porém, não foi só a expressão da indignação de classe que não consegue consumir dados os efeitos institucionais de uma provável crise nacional. Mas, antes, a leitura diante do cenário de mudança no bem-estar populacional em que se observou o descrédito nas instituições políticas nos últimos anos. Isso com efeito de boa parte do aparato midiático, como também de um descuido do sistema político em lidar com os financiamentos de grandes obras de infraestrutura e dos grandes eventos.

De acordo com pesquisa realizada no dia 20 pelo IBOPE⁵³, a maioria dos manifestantes que estavam nas ruas indicavam como razões das manifestações (1ª razão dada) o transporte público (37,6%), indicando serem contra o aumento/a favor da redução das passagens (27,8%). A precaridade/a favor da melhoria do sistema configuraram 7,7%; aumento de veículos/frotas 1,0%; desconforto na viagem 0,9%; e passe livre para estudantes desempregados 0,3%. De fato, se compararmos com a tabela de apoio aos manifestantes, veremos que a primeira razão dada ao transporte público se encontra em relação direta ao apoio dado aos manifestantes nos primeiros dias de manifestação. O que destoia, porém, é que os dados referentes à melhoria do transporte público signifiquem tão pouco perto da hipótese de que boa parte dos manifestantes demandavam melhores condições de bem-estar. Certamente, no apanhado da primeira razão dada o direcionamento das pautas não girava em torno do incremento da melhoria dos serviços públicos de infraestrutura, mas em apoio à pauta inicial dos coletivos organizados. Neste sentido, ambiente político (29,9%), gastos com a copa do mundo/das confederações (4,5%), saúde (12,1%) e educação (5,3%) tiveram pouca expressão dentro da primeira razão dada às manifestações.

Com efeito, o percentual referente ao ambiente político representa mais uma indignação que é constantemente levantada do que uma pauta específica de reivindicação ou mudança. Isso pelo paulatino investimento dos grandes veículos de comunicação em acusar e

⁵³ A pesquisa foi realizada nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. A amostra foi composta de 2002 manifestantes com 14 anos ou mais que responderam espontaneamente as razões das manifestações. Os manifestantes entrevistados citaram três reivindicações para estarem nos protestos e os dados foram tabulados de duas formas: considerando apenas a primeira resposta e levando em conta as três dadas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: 23/06/2015. Relatório com a apresentação dos resultados, ver: IBOPE. **PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS MANIFESTAÇÕES (JOB0948)**. Brasil, Junho/2013.

apresentar as mazelas políticas com efeitos deletérios no que tange ao não favorecimento do debate democrático, e ocultistas em torno das melhorias coletivas. Neste sentido, o percentual mediano sobre o ambiente político reforça uma crise institucional que estava sendo trabalhada nos últimos anos a qual envolve políticos e setores privados em torno de relações de corrupção. Além do mais, veremos que a descrença política gerou impactos importantes nos índices de aprovação e rejeição do governo Dilma após as manifestações.

Por outro lado, no acumulado dado pela soma das 3 razões, ambiente político (65,0%) se configura como o maior índice de respostas dadas. Em seguida estão saúde (36,7%), gastos com a copa do mundo/das confederações (30,9%) e educação (29,8%). O que observamos, neste ponto, que a demanda pela melhoria dos serviços de bem-estar social, no apanhado das 3 razões dadas, demonstra que boa parte da indignação se direcionou na crítica da gerência dos bens públicos. Outro fato é que, comparando os índices de demanda estrutural (acima relacionados) com os índices de expansão de direitos democráticos, a expressividade destes últimos não ultrapassou os 2%. Neste sentido, por direitos e democracia (1,8%), luta pelos direitos indígenas (0,1%), justiça social/igualdade/contra a desigualdade social (0,8%), respeito e cidadania/direito a cidade (0,5%), luta pela democracia (0,1%), luta contra o preconceito/racismo (0,6%), não tiveram grande expressividade perante os demais índices. Isso demonstra, por um lado, que a população considerou que o país está em graus elevados no que tange à expansão dos direitos, ou, por outro lado, que essas demandas não fazem parte do cotidiano desta população, apesar de que essa pequena porcentagem possa representar os coletivos ligados às causas das minorias, os quais também estiveram presentes nas manifestações.

O que faz de nossa interpretação coerente à comparação das reivindicações com determinado segmento de classe é o fato do perfil da maioria dos manifestantes estar bem próximo da categoria de classe C: uma classe de consumidores com renda que vai de 2 a 5 salários mínimos. De acordo com a pesquisa do IBOPE (2013), a maior parte dos manifestantes que estiveram nas ruas no período de 19 a 20 de junho possuíam renda entre 2 a 5 salários mínimos (Quadro 2).

Quadro 2 - Perfil dos entrevistados durante as manifestações

Perfil dos Entrevistados		TOTAL
SEXO	Masculino	50%
	Feminino	50%
IDADE	14 a 24 anos	43%
	25 a 29 anos	20%
	30 a 39 anos	18%
	40 ou mais anos	19%
ESCOLARIDADE	Até colegial iniciado	8%
	Colegial completo ou ensino superior iniciado	49%
	Superior completo	43%
RENDIA	Até 2 salários mínimos	15%
	2 até 5 salários mínimos	30%
	5 até 10 salários mínimos	26%
	Acima de 10 salários mínimos	23%
	Não responderam	6%
FUNÇÃO REMUNERADA	Trabalham	76%
	Não trabalham	24%

Fonte: IBOPE, junho/2013.

Como podemos observar através do quesito renda, a composição dos manifestantes tem forte incidência na faixa que vai de 2 a 10 salários mínimos (56%). Isso demonstra que quem esteve nas ruas durante as manifestações não eram setores desprivilegiados da sociedade. Se se podemos afirmar que as manifestações tiveram como componente ideológico uma formação de classe, podemos, assim, interpretar que esse componente se assemelha muito com o componente de classe das manifestações que ocorreram no Maio de 1968 na França: uma massa em busca de valores e direitos de classe média. Porém, aqui, é que o conteúdo das reivindicações não passa exclusivamente pela expansão dos direitos humanos, emancipação juvenil e promulgação de valores modernos em contraposto a uma ideia de sociedade tradicional, como foi em 1968. O conteúdo reivindicativo gira mais em torno da busca pela resolução de problemas estruturais (educação, saúde, infraestrutura), do que pela emancipação do sujeito. Neste ponto, e somente neste ponto, não poderíamos colocar tais manifestações ao jugo das ideologias do maio de 1968, até porque o comportamento de classe no Brasil é totalmente diferente do caso francês.

O que podemos averiguar é que uma parte significativa dos manifestantes afirmou exercer atividade remunerada (76%) e que em sua maioria são jovens (43% de 14 a 24 anos e 20% de 25 a 29 anos). Certamente, a relação entre essas duas variáveis, em contraposto com fator escolaridade, demonstra que a ideologia do “bom emprego” atrelado à conquista individual, somado às possibilidades de melhor carreira trabalhista, encontra-se em crise no atual modelo de desenvolvimento. Como afirma Braga (2013), em pesquisa desenvolvida com operadoras de *telemarketing* nos *call centers* entre 2004 e 2009, a oportunidade de alcançar direitos trabalhistas e terminar o ensino superior em faculdade particular noturna foi importante na escolha de grande parte da população de jovens que viviam sob piores condições de trabalho e sem perspectiva de futuro. Piores pelo fato de que a crítica desenvolvida por Braga se compõe do argumento de que a mudança no patamar de qualificação não modificou a relação que o incremento salarial poderia prover à vida desses jovens. Em tese, somente a melhoria na situação legal (garantia de direitos trabalhistas) foi o ponto relevante em tal mudança. O que Braga nos deixa claro é que a indústria de *call center* não necessita de trabalhadores qualificados. As empresas se beneficiam de um regime fabril apoiado em altas taxas de rotatividade explorando um enorme ciclo de consumo da força de trabalho. Entretanto, segundo Braga, apesar da conquista do trabalho formal ser significativa em um contexto de grande desigualdade social, os ganhos de tal conquista individual se transformaram em um alarmante estado de frustração social: o incremento da escolarização chocou-se com um mercado em que 94% dos novos postos de trabalho pagam até 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2013, p. 81). Diante desse cenário, os aumentos reais do salário mínimo e a oferta de crédito consignado já não eram suficientes para conter a insatisfação social.

Ainda que a perspectiva salarial seja importante para entender o fenômeno de massa que tomou as manifestações, outros fenômenos estão inseridos e têm relação direta neste contexto. Um desses fenômenos é a desconfiança política⁵⁴. Neste sentido, a insatisfação com

⁵⁴ De acordo com José Alvaro Moisés (2010; 2013), a confiança nas instituições é a suposição de que as mesmas possam traduzir a expectativa pública quanto à probabilidade de que o sistema político produzirá resultados esperados pelos cidadãos. Isto é, a confiança nas instituições envolve a crença na probabilidade de que os membros da comunidade política podem obter do sistema político os resultados preferidos pelos cidadãos. Com efeito, a frustração com o desempenho das instituições democráticas produz desconfiança na medida em que essa se mostra associada a sentimentos negativos dos cidadãos a respeito de sua eficácia política. Ver: MOISES, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010; MOISES, J. A.; MENEGUELLO, Rachel.

os sistemas educacional e de saúde é o reflexo da descrença populacional nas instituições públicas (Figura 4). De acordo com pesquisa do IBOPE⁵⁵, as instituições que tiveram os maiores índices de confiança foram o Corpo de Bombeiros (77), seguido das Igrejas (66), das Forças Armadas (64) e Meios de comunicação. De fato, a crença nessas instituições demonstra uma incapacidade de interlocução dos demais meios institucionais com a sociedade, principalmente as instituições governamentais. Como podemos observar na Figura 4, Partidos Políticos (25), Congresso Nacional (29), Sistema Público de Saúde (32) e Sindicatos (37) têm menores índices na escala de confiança. Isso demonstra que a crítica dos manifestantes às instituições políticas se confirma na medida em que estas não operam como meios de interlocução da sociedade com o sistema político. Podemos constatar tal prerrogativa a partir da confiança nas Organizações da Sociedade Civil (49) que, apesar do índice relativamente baixo, demonstra a tentativa de serem canais através dos quais a opinião pública atinge o sistema político.

Os índices de 2013 são bastante elucidativos em relação aos índices de 2009. A média geral dos índices de 2013 são de 46,6 pontos. De acordo com a medição do IBOPE esse valor fica entre os quesitos “alguma confiança” (igual a 66) e “quase nenhuma confiança” (igual a 33). No apanhado do período de 2009 (57,6) a 2013, a queda no índice geral de confiança nas instituições teve diferença de 11 pontos. As instituições que apresentaram maiores quedas foram: Presidente da República (24 pontos), Sistema Público de Saúde (17), Escolas Públicas (15), Meios de Comunicação (15).

(org.) **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

⁵⁵ Nesta pesquisa o IBOPE realizou 2002 entrevistas distribuídas em 140 municípios com um período de campo de 11 a 15 de julho de 2013. A pesquisa contou com um universo populacional de 16 anos ou mais da área de estudo. O índice de confiança é medido com uma escala que vai de 0,0 (nenhuma confiança) a 100 (confiança absoluta) onde: Muita confiança = 100; Alguma confiança = 66; Quase nenhuma confiança = 33; Nenhuma confiança = 0. Ver: IBOPE. **ICS-ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL 2013 (JOB13_0963)**. Brasil, julho/2013.

Figura 4 - Confiança nas Instituições (0 - 100) 2013

Fonte: IBOPE, julho/2013

Com efeito, os dados revelaram que as consequências das manifestações em relação ao mandato de Dilma Rousseff foi o responsável pela queda em sua popularidade nos períodos subsequentes a junho de 2013. Por outro lado, não podemos afirmar que a queda nos índices de confiança nos partidos políticos seja um efeito da descrença geral nas instituições políticas. O que é paradoxal neste contexto é que o índice de confiança nos partidos não contrasta positivamente com a resposta dada pelos manifestantes sobre o interesse pela política (61% confirmaram muito interesse). Por outro lado, a crítica ao sistema político se respalda pela confirmação, por parte dos manifestantes, de que não se sentem representados por político (83%) ou partido (89%). De certa maneira, o parco envolvimento com as manifestações poderia ter sido suficiente para que esses cidadãos considerassem estar exercendo sua plena cidadania.

Sem embargo, apesar de uma confiança mediana em relação às organizações da sociedade civil, 86% dos manifestantes confirmaram não possuir filiação a sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil. Um número alto se se compara sua relação com o índice de

confiança nos setores organizados da sociedade civil. Geralmente, a crença no terceiro setor (ONGS e agências de filantropia) é mais significativa do que nos diversos movimentos sociais. Estes, por sua vez, podem se traduzir pela pouca adesão dos manifestantes a causas específicas: Luta pelos direitos indígenas (0,1%), Luta contra o preconceito/Racismo (0,1%), Luta contra o capitalismo (0,1%), Luta por um país melhor (0,4%), Justiça Social/Igualdade/Contra a Desigualdade Social (0,1%), Respeito a cidadania/Direito a cidade (0,1%).

Neste sentido, podemos afirmar que o perfil daqueles que estiveram nas ruas durante junho de 2013 está intimamente ligado aos anseios de uma classe consumidora de bens e serviços públicos, onde a luta pela demanda básica era o mote para a mobilização. Atrelado a isso, o sentimento de desconfiança política se traduziu na presunção da ineficácia política, criando descontentamento populacional no que tange ao atendimento e oferecimento de recursos públicos. Por isso pautas como transporte público (53,7%), educação (29,8%) e saúde (36,7%) tiveram níveis percentuais significativos. No que tange as demais pautas, estas sempre estiveram atreladas, ora a movimentos sociais que buscam por direitos específicos, ora pela simpatia ideológica de alguns grupos da sociedade civil, principalmente grupos ligados à esquerda política.

4.5. O desafio a ordem e a resposta institucional

De fato, se olharmos para os dias em que ocorreram manifestações nas principais capitais do Brasil veremos um fio condutor que perpassa todos os atos: a demanda básica, ou seja, a tarifa de ônibus. Apesar do transporte público urbano se configurar como a reivindicação estrutural para o problema da vida nas grandes cidades, a luta pela redução da tarifa de ônibus foi o que levou os manifestantes do MPL às ruas. De acordo com pesquisa do Datafolha⁵⁶ feita com a população da cidade de São Paulo, mesmo após a redução das tarifas, os manifestantes deveriam continuar nas ruas (66%) lutando por saúde (40%), educação (20%), contra a corrupção (17%) e pela melhoria de tudo (11%). De maneira geral, os paulistanos consideraram que as manifestações trariam tanto benefícios pessoais (65%) quanto coletivos (61%). De certa maneira, a diversificação de pautas neste contexto demonstra a entrada de outras pautas nos protestos, tanto quanto a rearticulação da institucionalidade política em tentar dar respostas sobre o que estava ocorrendo.

Os respingos dos protestos iniciais atingiram a periferia do país. Isso reforçou o fato do dia 20 de junho ser tão basilar e extraordinário para a mobilização em massa. De uma proto-participação proporcionada pelas discussões na internet, as ruas foram sendo tomadas por uma avalanche de reivindicações com um teor exclamativo, mas pouco propositivo. Como afirma José Eisenberg,

De seus computadores e celulares, estes modos de quase-participação geram exatamente isto: quase ação coletiva. No entanto, a partir do momento em que se deflagram iniciativas de levar estas agendas múltiplas para um mesmo contexto e local de mobilização, o que antes era precário do ponto de vista da participação torna-se surpreendentemente potente. Munidos de celulares que funcionam como verdadeiros

⁵⁶ Ver: DATAFOLHA. **OPINIÃO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES (PO813693)**. São Paulo, 21/06/2013. Nesta pesquisa o Datafolha fez um levantamento no dia 21 de junho de 2013 com 606 entrevistas em amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa foi composto pela população com 16 anos ou mais da cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 25/06/2015.

rádios para comunicação instantânea, de mapas que organizam o território, e de informação jornalística em tempo real, os novos atores sociais encontram-se no local proposto quase de súbito, quase sem querer, sem sequer um carro de som, e ali cada agenda se faz vocalizar no gesto intempestivo de escrever sua reclamação em um pedaço de cartolina. O coletivo reunido da praça pública descobre, ali e na hora, que não tem pauta unificada. Não consegue decidir se isto é bom ou ruim. E desta mobilidade ideológica emerge um sem número de líderes pontuais e enfraquecidos pela sua agenda localizada, que não necessariamente transforma as mobilizações em manifestações acéfalas. (EISENBERG, 2013, p. 11-12).

Se o problema inicial era o preço na tarifa, agora os manifestantes levavam às ruas inúmeras reivindicações: Copa das Confederações/2013, Copa do Mundo/2014 e Olimpíadas/2016, passando por questões relacionadas à corrupção, melhorias na saúde, educação, crise na representação política, crise no sistema político, crise na saúde, na educação, na governabilidade e a aversão aos partidos políticos, fruto da desconfiança no sistema político. A característica não partidária dos coletivos que lideraram as manifestações foi importante para a adesão popular, mas tal adesão se mostrou intolerante na medida em que conflito polarizado foi tomando conta da política feita nas ruas. Segundo Marco Aurélio Nogueira,

A natureza não partidária dos protestos teve, porém, uma dimensão virtuosa: ao se afastarem de partidos, receberam forte adesão popular e não puderam ser instrumentalizados politicamente, o que prejudicou especialmente os setores mais conservadores, desejosos de encontrar meios de atacar o governo Dilma. Desse ponto de vista, as ruas foram mais políticas do que os partidos, ainda que não tenham se convertido em sujeitos políticos. (NOGUEIRA, 2013, p. 51).

Como observa Nogueira (2013), durante os protestos poucos foram os políticos que vieram a público falar sobre as manifestações. Dado o índice de ojeriza às instituições políticas. O medo dos discursos não serem bem-sucedidos e se tornarem “virais” na internet, apresentando tons de deboche, poderiam ser prejudiciais à carreira política. Os políticos que foram a público questionaram o caráter violento de alguns grupos, como foi o caso dos governadores do Rio de Janeiro e São Paulo (Sérgio Cabral Filho e Geraldo Alckmin), e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro (Eduardo Paes). O prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, em meio às manifestações do dia 12 de junho disse que “não iria dialogar em situação de violência”. Por sua vez, Alckmin proferiu ser “intolerável a ação de baderneiros” e que interromper o trânsito em vias importantes⁵⁷ é “caso de polícia”. No

⁵⁷ O MPL, em São Paulo, utilizou-se de barricadas para interromper uma das principais vias de trânsito da cidade: a Avenida Paulista. Cartazes foram levantados com os dizeres: “desculpe, estamos lutando pelo seu direito” Esse repertório de ação é

entanto, Sérgio Cabral, referindo-se aos protestos no Rio de Janeiro, argumentou que “a questão da segurança não era um problema dele, pois os jovens que estavam agindo de forma violenta naquele momento não estavam defendendo os interesses públicos”. Uma manifestante, Débora Trajano, revidou a ação do político respondendo que achava que “esse aumento é só mais uma das mazelas dos governos Eduardo Paes e Sergio Cabral. Essa medida recai sobre todos os trabalhadores e estudantes. Ele [Paes] está descumprindo uma das promessas de campanha”⁵⁸.

Após os atos violentos envolvendo parte da imprensa no dia 13 na cidade de São Paulo, o governador Geraldo Alckmin disse que iria apurar a ação violenta da PM. Porém, deixou ressalvas de que a ação da polícia continuaria “correta” frente aos “rastros de destruição”. Haddad reclamou de excessos por parte da polícia, e comentou que se a mesma tivesse seguido os protocolos em situações de violência não teria ocorrido tais problemas⁵⁹. A resposta institucional foi a abertura de inquérito para investigar a ação da polícia e a proibição, no dia 17 de junho, do uso de balas de borracha durante os atos. Neste mesmo dia, Sérgio Cabral volta atrás em sua afirmação de que os atos anteriores não eram “espontâneos”, passando a adotar uma postura conciliadora. De acordo com o governador, naquele momento, “essas manifestações mostram uma juventude desejosa de participar, de estar presente, de questionar, de sugerir e isso é muito bonito”.

O confronto político foi aos poucos tomando nuances de recuo da ordem institucional. Em Manaus, no dia 7 de junho o prefeito já tinha reduzido a tarifa do transporte público em R\$ 0,10. A Tarifa em Manaus tinha aumentado de R\$ 2,75 para R\$ 3,00 em março de 2013. De acordo com o prefeito da capital amazônica Arthur Neto, ele estava fazendo isso porque o

recorrente em movimentos que lutam pelo direito à cidade nos dias atuais. Interromper vias importantes por onde circulam grande parte da frota de veículos de uma cidade é uma estratégia que garante visibilidade e caos à ordem estabelecida. Além do mais, o uso de barricadas já existe desde a Revolução Francesa como confirmam Tarrow (2009) e Tocqueville (2009; 2011).

⁵⁸ Sobre a fala de Haddad ver: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>>; A respeito dos argumentos de Alckmin ver: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html>>; A relação entre Cabral e manifestantes está disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/cabral-diz-que-protesto-tem-ar-politico-que-nao-e-espontaneo-da-populacao.html>>. Acesso em: 13/06/2013.

⁵⁹ Faz-se referência ao caso da jornalista Giuliana Vallone (já citado) da Folha de São Paulo atingida no rosto por uma bala de borracha durante as manifestações do dia 13 de junho. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/cinco-permanecem-detidos-apos-protesto-de-quinta-em-sp.html>>. Acesso em: 14/06/2013.

cálculo apontava que era possível a diminuição da tarifa baseando-se na redução de 3,65% nas alíquotas do transporte urbano realizada pelo governo Dilma. Sua prospecção era de que haveria um aumento da tarifa em 2014⁶⁰. Em Goiânia, no dia 10 de junho o juiz Fernando de Mello Xavier da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, determinou a suspensão imediata do reajuste de 11% (R\$ 2,70 para R\$ 3,00) na tarifa do transporte público na região metropolitana da capital do Goiás. A decisão previu multa diária de 100 mil reais. No dia 13 a tarifa voltou a R\$ 2,70 na capital goiana.

Após os protestos do dia 17 em que levaram cerca de 270 mil pessoas às ruas em 30 cidades, as tarifas de transporte público também sofreram redução em outras quatro capitais: Cuiabá (de R\$ 2,95 para R\$ 2,85), Porto Alegre (de R\$ 2,85 para R\$ 2,80), Recife (de R\$ 2,25 para R\$ 2,15) e João Pessoa (de R\$ 2,30 para R\$ 2,20). Ainda que a redução fosse efeito das manifestações, é preciso atentar que a causa dessas reduções tem muita relação com a medida provisória 609 de março de 2013, a qual previa a redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências⁶¹. Entretanto, se considerarmos que os acontecimentos em junho tiveram influência nesta medida provisória isso é comprovado pelo fato de que tal medida veio a se tornar lei (Lei nº 12.839) no dia 9 de julho de 2013⁶².

Nacionalmente, o efeito institucional após o pico do dia 20 foi observado entre os dias 21 e 28 de junho, como também no decorrer dos dias e meses subsequentes. O destaque neste período de uma semana é referente ao dia 21 em que a Presidente da República, Dilma Rousseff, foi à televisão falar sobre as manifestações, cujo discurso (Anexo 4) apontou a elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, a destinação de cem por cento dos

⁶⁰ Tal ação foi executada no final do ano de 2014, quando o prefeito apontou um reajuste de 9% na tarifa do transporte que passou a ter vigência a partir do dia 18/01/2015. Neste sentido, o aumento da tarifa passou de R\$ 2,90 para R\$ 3,00. De acordo com o prefeito, o aumento deveria chegar aos R\$ 3,11, mas com subsídios ela foi arredondada para 3 reais.

⁶¹ Ver: BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 609, DE 8 DE MARÇO DE 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv609.htm>. Acesso em 25/06/2015.

⁶² Ver: BRASIL. **LEI Nº 12.839, DE 9 DE JULHO DE 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12839.htm>. Acesso em: 25/06/2015.

recursos do petróleo para a educação e a importação imediata de milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Além dos pontos desenvolvimentistas, foi salientada a construção de uma ampla e profunda reforma política que ampliasse a participação popular. Os temas levantados pela presidente no discurso do dia 21 de junho uniram-se aos 5 pactos nacionais⁶³ propostos em reunião com os governadores e prefeitos de capitais no dia 24 do mesmo mês.

Dilma começa o discurso fazendo alusão ao conjunto de transformações nas quais a sociedade brasileira vinha passando ao longo dos últimos anos, provenientes das políticas iniciadas durante o governo Lula e mantidas durante o governo Rousseff. Aponta para as políticas de inclusão social e os processos de expansão das liberdades políticas e econômicas. Discursa sobre os efeitos das políticas desenvolvimentistas que combinou estabilidade econômica e geração massiva de empregos. De princípio, podemos separar seu discurso em dois grandes blocos: de um lado, políticas de desenvolvimento econômico e social; de outro, política de expansão e aprofundamento de direitos democráticos e controle social. Na tentativa de se aproximar dos manifestantes, Dilma abre o discurso em torno do fato das pessoas estarem nas ruas em busca da ampliação das demandas e a rapidez nos processos de mudança na sociedade brasileira. Através disto ela evoca os demais poderes executivos do país a uma ação conjunta em torno da vontade popular. O discurso se envereda pela necessidade de conciliação, tendo em vista a natureza dos confrontos que vieram dividir os manifestantes no final do ciclo de protestos. Isso se torna perceptível quando Rousseff levanta a estatística sobre a importação de médicos cubanos na expansão do Programa Saúde da Família, fato que rendeu conflitos durante as manifestações. Com o intuito de dirimir esse conflito, Dilma propõe mais investimento nos cursos superiores da área da saúde, como melhorias estruturais e expansão das vagas nestes cursos.

Juntamente com a questão da saúde entraram o problema da mobilidade urbana e o investimento na educação. Quanto à mobilidade, Rousseff apresentou propostas alternativas de transporte coletivo. Tais propostas incluíam avanços em direção ao transporte público de

⁶³ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 30/08/2014.

qualidade e acessível: criação de linhas de metrô, corredores para ônibus, VLTs. Sempre evocando a participação e esforço dos entes federativos para a realização deste pacto. Com o intuito de tornar importante suas propostas, Dilma criticou a incorreta opção em torno do transporte individual cujos efeitos estavam se tornando problemáticos para a vida urbana. O precedente, porém, é que o investimento no transporte individual, por parte da população, foi efeito das políticas de expansão de crédito dos últimos 10 anos. Esse fenômeno, em relação ao problema do transporte, foi agravando a vida nas cidades na medida em que a má qualidade dos serviços de transporte coletivo foram sendo substituídos pelo transporte individual. Assim, as propostas oferecidas em torno do transporte já estavam sendo debatidas no seio da sociedade civil. Certamente, para onde os manifestantes apontavam quando criticavam o preço da passagem de ônibus no começo das manifestações nada mais era que o colapso de um sistema de transporte considerado ruim e de péssima qualidade.

Quanto à proposta da educação, podemos observar que foi uma pauta na qual a realização deste projeto estava ligada à destinação dos recursos da recém descoberta do Pré-Sal. Uma luta que vinha sendo debatida pelos movimentos estudantis e era constantemente alvo de reivindicações. Dilma reforçou o compromisso secular de investimento na educação levantando a bandeira de tal política como principal plano de governo na candidatura para as eleições do ano seguinte (2014). Isso fica perceptível no slogan do seu novo governo após a posse: “Brasil, Pátria Educadora”. Dilma enfatizou que tal proposta tinha como prioridade o investimento em educação para os próximos quatro do seu mandato, com intuito de formar cidadãos com compromissos éticos e sentimentos republicanos.

De fato, no que tange ao atendimento das reivindicações em torno dos problemas sociais o discurso de Rousseff abordou a maioria das demandas do período das manifestações. Certamente, o ponto mais complexo deste pacto seria abrir a caixa preta da política por meio de um plano de combate à corrupção. Tal proposta pretendia, nos termos de Dilma, promover uma profunda reforma política no país. Isso se configurou como uma resposta imediata aos problemas de descrença política advinda da população. Com efeito, o combate a corrupção foi muito mais uma resposta aos setores médios da sociedade do que uma tentativa de pulverizar um sentimento de crença política. O detalhe, porém, é que a proposta enviada ao congresso no dia 3 de julho de 2013 foi engavetada com resistência dos congressistas, principalmente os

deputados da base aliada. A resposta veio no final do mesmo ano com a tentativa de criação de um novo texto em comissão comandada pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) que previa o fim da reeleição de membros do Executivo. A proposta de Dilma era promover um processo constituinte específico, com participação ampla realizado por meio de plebiscito popular para realizar a reforma política. A intenção de Rousseff era que esse processo fosse fomentado pela sociedade civil e encontrasse nela suas raízes de implementação. O que ocorreu foi um processo de reforma política elaborado dentro das paredes do congresso sem participação ampla da sociedade com mecanismos que viessem atingir seu mandato de presidente.

Dentro dos tramites internos da política o processo de reforma conduzido pelo congresso ganhava endosso na produção legislativa. No dia 25 foi aprovado na Câmara dos Deputados a destinação dos royalties do petróleo para a educação (75%) e para a saúde (25%). No dia 26 o Senado aprovou a corrupção como crime hediondo (PL 5.900/2013). Se o pico dos protestos teve uma relação grande com os acontecimentos institucionais posteriores, essa relação também foi observada no recuo que se deu perante o indeferido da PEC 37/2011 no dia 26 de junho, e do arquivamento do projeto “cura gay” (PDC 234/2011) no dia 2 de julho. Ainda em 26 de junho foi aprovado e sancionado o Fundo de Participação dos Estados. No dia 27 de junho a comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou, por unanimidade, a proposta de emenda à Constituição que estabelece a expropriação de propriedade rural e urbana onde for constatada a exploração de trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo⁶⁴. De certa maneira, o efeito institucional das manifestações de junho sobre o sistema político foi verificado no decorrer dos dias seguintes até meados de julho. De fato, a institucionalidade percebeu que no limiar das manifestações qualquer avanço que nadasse contra a garantia de direitos fundamentais sofreria retaliação por parte dos manifestantes.

Por mais que a produção legislativa fosse sensível às manifestações, no decorrer dos dias os protestos foram diminuindo. Porém, uma ressalva é dada ao dia 11 de julho quando todas as centrais sindicais foram às ruas compondo a força do setor organizado da sociedade

⁶⁴ No Anexo 3 estão alguns dos diversos temas que compuseram a produção legislativa no período que vai de 25 de junho a 11 de julho de 2013.

civil. Como afirmou Adalberto Cardoso (IESP-UERJ), “não colocaram um milhão de pessoas nas ruas. Mas mostraram que continuam ativas, e que são capazes de causar prejuízos à economia e aos poderes públicos (...)” (CARDOSO, 2013). Esse fenômeno demonstrou a força de luta em torno dos direitos trabalhistas tendo em vista os efeitos e consequências da crise que vinha se instaurando desde 2008 mas que teve sua perceptividade no Brasil em 2013. Após o dia 11, as mobilizações foram sofrendo um processo de inflexão. Os movimentos sociais tradicionais garantiam seus atos de protesto durante os meses recorrentes. No entanto, o “furor das ruas” acalentou-se na medida em que a normalidade foi sendo estabelecida no âmbito político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O QUE RESTA DE JUNHO DE 2013

Como pudemos observar, as diversas abordagens sobre os movimentos sociais e a ação coletiva sempre estiveram preocupadas com questões que envolvem: a natureza de determinada ação ou os sentidos da ação; por que surgem movimentos sociais; e como eles se mantêm no tempo. De fato, as explicações para essas questões se respaldam ora em uma abordagem que tem como princípio os indivíduos e a ação social, ora como reflexo de um contexto histórico-estrutural de determinada sociedade. Neste sentido, por mais que os dois campos de análise possam apresentar propostas díspares, a princípio, essas propostas se inter cruzam na medida em que a interface de uma atua como complementar a outra. Acreditamos, assim, que para o desenvolvimento de uma análise do ativismo social é preciso levantar essas diversas questões a fim de enxergá-las na realidade empírica. Com efeito, os constructos teóricos oferecem, ao mesmo tempo, o instrumento de análise e interpretação dos fatos a partir do momento em que nos esforçamos a confrontá-los com a realidade.

De certa maneira, as abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais sempre estiveram atreladas ao limiar histórico de seu desenvolvimento. Assim, explicar o ativismo social nos dias atuais não é a mesma coisa que antigamente. Nos dias de hoje outras problemáticas estão inseridas na vida social. Neste sentido, o importante é incorporá-las à luz das teorias a fim de criar uma interpretação integral do desenvolvimento de tais práticas. Se a ação coletiva modifica sua forma de atuação, logo, temos que interpretá-la de acordo com os mecanismos atuais. E quando falamos em mecanismos estamos dizendo que em sua essência a ação coletiva pouco modificou. Ainda vemos protestos, motins, barricadas e outros repertórios comumente usados pelos manifestantes que vão às ruas bradar suas palavras de indignação. O que modifica, porém, é a intensificação dos atos. Nos dias atuais, ganha relevância diversos mecanismos que estão sendo incorporados a ação coletiva. Isto é, se estabelecermos uma linha de entendimento, compreendemos que a ação coletiva sempre se manifestou de forma diferente no tempo e no espaço, mas ainda carrega consigo sua essência:

ela se respalda ou como reflexo dos limites de uma ordem, ou como mudanças profundas nas relações sociais.

Neste sentido, compreender a ação coletiva na contemporaneidade é um esforço intelectual árduo, no qual procuramos identificar os limites e possibilidades de construção de um saber que realize uma leitura deste fenômeno. Isto significa dizer que, o caráter modular da ação, ou a maneira como se comporta a ação coletiva, tem que levar em consideração as perspectivas dos atores tanto quanto seu contexto de engajamento. Nos dias atuais a autonomia das relações sociais nos permite entender que os repertórios de ação podem tomar rumos e proporções muito maiores do que antigamente: a utilização das redes sociais, a articulação em redes e coletivos sociais, as afinidades político-ideológicas do sujeito dentre outros fatores. Porém, o mesmo princípio que advoga a autonomia dos sujeitos perante suas decisões de ordem coletiva é o que os influencia na tomada de decisão a respeito dos limites e efeitos da ordem. Em um contexto intensificado das ações as performances ganham mais destaque do que o confronto direto com as autoridades. Geralmente, em uma democracia consolidada as ações violentas sempre serão vistas como rupturas à ordem. Isso devido ao fato de que na democracia as ações coletivas tendem a se comportar mais como reformas do que como revoluções. Todavia, esse fator não nega a importância que a performance violenta pode desempenhar em um contexto de intensificação das ações coletivas para a mudança na ordem natural das coisas.

O que temos que levar em conta é que a mudança no simbolismo de uma ação coletiva não é derivada diretamente da cultura, nem totalmente construída só de ideologia, mas é o resultado de sua interação estratégica em seus cenários variados e sempre em mudança (TARROW, 2009, p. 143). Neste sentido, a transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva⁶⁵ envolve um processo em que atores sociais, mídia, membros da sociedade e do estado e elite política interpretam, definem e redefinem determinada situação conjuntamente. Se podemos adequar a teoria aos fatos, observamos que

⁶⁵ De acordo com Tarrow (2009), quadros interpretativos da ação coletiva é uma adaptação do sociólogo David Snow da teoria de Erving Goffman, a qual possui o termo “quadro interpretativo”. O argumento é o de que existe um entendimento cognitivo de como as pessoas constroem significados para a ação coletiva. Neste sentido, os quadros interpretativos da ação coletiva são dispositivos enfatizadores que ressaltam e adornam a gravidade e a injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável (SNOW & BENFORD, 1993, p. 132 *apud* TARROW, 2009, p. 143).

em junho de 2013 no Brasil houve uma intensa interação entre os diferentes grupos da sociedade, na qual se configurou como uma manifestação em massa onde diversas pessoas foram às ruas com indignações específicas, pautas pontuais e até quem ao menos sabia o porquê daquele momento.

Observamos também que o conteúdo reivindicativo das manifestações tinha uma relação muito íntima com a conjuntura política até aquele momento. De fato, o perfil dos manifestantes demonstrou que frente aos problemas de ordem estruturais, as políticas tomadas nos últimos dez anos afetaram grande parte da população, sobretudo os jovens. A indignação era proveniente de um descontentamento com a política, como também com a falta de perspectivas futuras. Entendendo que essas perspectivas estariam atreladas à ampliação dos horizontes de desejo por mais bem-estar social. Neste sentido, a massificação dos protestos apresentou sua faceta frente ao sistema político como uma indignação contra a política que estava sendo praticada até então ou, na voz de parte dos manifestantes “contra tudo o que está aí”. Além disso, houve uma crítica severa aos caminhos e descaminhos das políticas de desenvolvimento social como fruto das relações entre poder público e iniciativa privada.

Todavia, a primeira pergunta que nos coloca após a análise desse período de manifestações é: o que resta de junho de 2013? Dentro da perspectiva da teoria dos movimentos sociais, mais especificamente na abordagem do processo político, todo ciclo de confronto possui seu ápice e seu declínio (TARROW, 2009). Está certo que, quando falamos sobre ciclo de confronto em um processo político amplo, estamos apontando para seus efeitos históricos a médio e longo prazo. No fenômeno de junho de 2013, apesar da sua curta temporalidade, podemos apontar suas consequências em um período cíclico que vai de mais ou menos um ano após as manifestações. Significa dizer que, após junho de 2013 os manifestantes ainda voltaram às ruas em 2014, durante a realização da copa do mundo FIFA no Brasil. A intenção foi de dar visibilidade mundial aos atos de protestos, uma vez que o mundo inteiro estava com os olhos voltados para o país. De certa maneira, os protestos tiveram um caráter virtuoso ainda mais pelo fato de que o presidente da FIFA, Joseph Blatter, em determinado momento chegou a pedir trégua às manifestações.

Entretanto, o curioso é que ainda no final do período de junho alguns movimentos surgiram à baila do discurso “apartidário”. Parte dos manifestantes que pediam a não violência nas manifestações foram protagonistas no conflito contra grupos de orientação político-partidária. Pode-se considerar que a partir desse momento ficou delineado o aparecimento de uma nova direita no cenário político brasileiro. Neste sentido, podemos destacar como exemplares a esse fenômeno o surgimento dos movimentos Vem Pra Rua, Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre (MBL)⁶⁶. Em uma varredura pelas redes sociais e pelos sites destes grupos podemos ver que os mesmos têm uma orientação oppositora à prática dos movimentos sociais tradicionais reivindicando a construção de um Estado mínimo no Brasil. Desde 2014, período de eleições nacionais, passaram a apoiar fortemente a candidatura de alguns políticos que têm orientação ideológica similar. Após a derrota do candidato à oposição ao Executivo nacional, Aécio Neves (PSDB) (48,36% dos votos válidos), estes movimentos passaram a levantar a bandeira do *impeachment* contra a presidente eleita Dilma (51,64% dos votos válidos)⁶⁷.

A partir desse momento o que se viu foi o aparecimento de uma polarização política muito forte na sociedade brasileira. De fato, tal polarização foi fruto de uma acirrada disputa política entre os candidatos à presidência no ano de 2014. Neste sentido, os movimentos que se posicionaram contra a candidata eleita Dilma Rousseff, travaram uma luta ideológica contra os movimentos que apoiaram sua candidatura. Contrariamente aos movimentos sociais

⁶⁶ De certa maneira, o jargão “vem pra rua” surgiu durante as manifestações de junho de 2013 com o intuito de chamar as pessoas através das redes sociais, onde se criou a *hashtag* #vempraru. Entretanto, parece que tal jargão foi apropriado pelo movimento Vem Pra Rua, criado em 16 de outubro de 2014. De acordo com as informações nas páginas do movimento, sua bandeira é a democracia, a ética na política e um Estado eficiente e desinchado. Em sua página é perceptível a alusão a valores como a liberdade econômica, o suprapartidarismo, o empreendedorismo e a iniciativa livre, valores, estes, ligados a uma orientação liberal. No que tange ao Revoltados Online, em sua página no Facebook está escrita a seguinte frase: “Somos uma ORGANIZAÇÃO DE INICIATIVA POPULAR DE COMBATE aos corruPTos do PODER” (grifo nosso). A utilização das letras em caixa alta faz referência oppositora ao partido no poder. Na mesma linha de raciocínio, o Movimento Brasil Livre carrega a bandeira por menos corrupção, a favor do império da lei e contra o desrespeito às instituições democráticas. Buscam uma “imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação dos poderes, eleições livres e idôneas e fim dos subsídios diretos e indiretos a **ditaduras**” (grifo nosso). A alusão ao termo “ditaduras” é devido ao fato desse movimento lutar contra aquilo que eles consideram como o “mal do comunismo no mundo”. Em favor da livre iniciativa e valores que são considerados liberais e de direita, esses movimentos surgiram no cenário político brasileiro pós manifestações de junho de 2013. Ver: <<http://vempraru.org/>>; <<http://www.movimentobrasillivre.org/>>; <<http://revoltadosonline.blogspot.com.br/>>; Acesso em: 02/07/2015.

⁶⁷ Ver: Eleição: Eleições Gerais 2014 - 2º Turno - 26/10/2014; Abrangência: Brasil - Situação: Todas - Cargo: Presidente. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Última totalização: 27/10/2014. Acesso em: 02/07/2015.

tradicionais que são considerados à esquerda do espectro político, esses recentes movimentos se respaldam em valores conservadores clássicos do liberalismo e aproveitaram o ambiente de forte descrença institucional e política para ganhar adesão, principalmente nas redes sociais. Desde então foram organizados diversos atos de protesto, ora em prol da manutenção dos direitos que foram adquiridos nos últimos 12 anos de governo do PT, ora contra aquilo que esses novos movimentos chamaram de “roubalheira” realizada pelo PT na política. O curioso, porém, é que diante de um cenário de confronto tão acirrado, foi eleito o congresso considerado o mais conservador desde 1964. Por um lado, isso reforçou a empreitada da adesão aos movimentos conservadores/liberais⁶⁸.

Com efeito, em 2015 os ciclos de protesto tiveram relevante ascendência estatística. Isso se tratando do número de manifestantes que se organizaram para ir às ruas. No que tange a composição do perfil desses manifestantes, ficou nítida a polarização política, pois em ato liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), UNE e MST, juntamente com os movimentos sociais tradicionais e as centrais sindicais, foi organizado um protesto reunindo cerca de 41 mil pessoas na cidade de São Paulo no dia 13 de março. As principais bandeiras levantadas foram Contra a Perda de Direitos Trabalhistas (25%), por Reforma Política (20%), pela defesa da Petrobrás (18%), por Aumento aos Professores (22%)⁶⁹. Em contrapartida, um mesmo ato foi organizado pelos movimentos conservadores/liberais em São Paulo no domingo dia 15 de março. Essa manifestação reunia cerca de 210 mil pessoas na Avenida Paulista as quais tinham como principais reivindicações Protestar Contra a Corrupção (47%), Pelo *Impeachment* de Dilma (27%)⁷⁰, Contra o PT (20%) e Contra os Políticos (14%). O interessante a notar nos dois atos é que o perfil dos manifestantes é composto por pessoas que

⁶⁸ Utiliza-se esse nome por não saber ao certo a definição desses movimentos. Sabemos que eles já eram latentes na sociedade brasileira e que surgiram diante de um cenário de acirramento político. Encaramos sua postura definida pelas suas ações e adesão frente a diversos setores da sociedade, entre eles: os de classe média alta, parte dos militares e partidos e políticos que são considerados de direita.

⁶⁹ Pesquisa disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/o-perfil-do-manifestante-que-foi-as-ruas-em-sao-paulo-e-porto-alegre.html>>. A íntegra da pesquisa pode ser acessada em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contr-corrupcao-diz-datafolha.shtml>>. Pesquisa Index e Amostra sobre a cidade de Porto Alegre disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/institutos-de-pesquisa-fazem-levantamentos-sobre-o-perfil-dos-manifestantes-em-porto-alegre-4719348.html>> Acesso em: 02/07/2015.

⁷⁰ Curioso notar que em pesquisa realizada pelo Index e Amostra em Porto Alegre, a maioria das pessoas que reivindicavam o *impeachment* não conheciam sobre linha de sucessão no Executivo e acreditavam em novas eleições.

de um lado, preferem o PT (39%) e votaram no segundo turno em Dilma (71%) no dia 13. De outro lado, no dia 15, pessoas que votaram no segundo turno em Aécio (82%) e preferem o PSDB (37%). Entretanto o que destoa é a composição de classe dos dois segmentos: no dia 13 a maioria com renda de até 3, e de 3 a 5 salários mínimos; no dia 15 a maioria com renda de 5 a 10, 10 a 20 e mais de 20 salários mínimos (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Perfis opostos dos manifestantes dos dias 13 e 15 de março de 2015

Motivos para participar das manifestações (resposta múltipla espontânea)	
Dia 13 de março	dia 15 de março
Contra a perda de direitos trabalhistas (25%)	Protestar contra a corrupção (47%)
Por aumento aos professores (22%)	Pelo Impeachment de Dilma (27%)
Por reforma política (20%)	Contra o PT (20%)
Pela defesa da Petrobrás (18%)	Contra políticos (14%)
Renda, em salários mínimos	
Até 3 (38%)	Até 3 (14%)
3 a 5 (24%)	3 a 5 (15%)
5 a 10 (21%)	5 a 10 (27%)
10 a 20 (10%)	10 a 20 (22%)
mais de 20 (2%)	mais de 20 (19%)
Avaliação do governo Dilma	
Ótimo/bom (37%)	Ótimo/bom (0%)
Regular (35%)	Regular (3%)
Ruim/péssimo (26%)	Ruim/péssimo (96%)

Fonte: Datafolha 13/03/2015 e 15/03/2015.

De certa maneira, os perfis acima descritos demonstram uma polarização no âmbito político que apareceu na orientação de cada um dos movimentos durante suas manifestações. Neste sentido, o caráter massivo de junho de 2013 veio perdendo força integradora na medida em que os grupos antagônicos foram ganhando destaque na cena política. Certamente, o que se viu a partir daí foi um fenômeno relativamente novo na realidade social brasileira: o surgimento de movimentos que apoiam valores conservadores e constroem uma agenda liberal⁷¹.

⁷¹ De acordo com reportagem de Mariana Amaral em 23 de junho de 2015, a “nova roupa da direita” é fruto de uma rede de *think tanks* conservadores dos Estados Unidos a qual financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil, e defender bandeiras com uma nova linguagem. Sua líder é Glória Alvarez, 30 anos, uma guatemalteca filha de pai cubano e mãe descendente de húngaros. A jovem é líder do Movimento Cívico Nacional, uma pequena organização que surgiu na esteira dos movimentos que pediam o *impeachment* do presidente socialdemocrata Álvaro Colom, da Guatemala. No dia 12 de abril de 2015, durante as manifestações do *Vem pra rua* e do MBL em São Paulo, Glória discursou contra aquilo que chamou de o “populismo maldito”. Do alto do caminhão do *Vem Pra Rua*, o líder do movimento, Rogério Chequer, a apresentou à multidão como “uma das maiores representantes da batalha contra o populismo.” Chequer,

Os protestos dos movimentos conservadores/liberais da nova direita foram ocorrendo na medida em que novas convocações foram feitas pelas redes sociais. Em pesquisa coordenada por Pablo Ortellado (USP) e Esther Solano (Unifesp), foi realizado o levantamento do perfil dos manifestantes que foram à Avenida Paulista no dia 12 de abril de 2015⁷². O mesmo padrão e perfil políticos das manifestações anteriores contra o governo Dilma puderam ser observados: pessoas de classe média alta com rendimentos acima de 5 salários mínimos que lutavam pelo *impeachment* de Dilma. O que modificou, porém, é que a idade dos manifestantes passou a ser diferente, composta por uma população que, em sua maioria, tinham entre 40 e 60 anos. No traçado do perfil ideológico dos manifestantes do dia 12 de abril é perceptível ver uma forte confiança no PSDB, e nos movimentos Vem Pra Rua e MBL. No que tange aos políticos, a predileção esteve em Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro. Isso demonstra, de certa maneira, que a composição destes manifestantes atuais destoa do que apareceu em junho de 2013. De fato, não podemos fazer uma análise muito concreta da relação e dos motivos de tais conexões. Acreditamos que o final de junho de 2013, através do conflito entre setores presentes nas manifestações, possa ter aberto campo político para o surgimento desses movimentos. Se a ideia de que junho de 2013 significou o batismo político para algumas pessoas, ele também deu oportunidade de submergir à política esses movimentos conservadores/liberais. A questão é que atualmente esses movimentos vêm ganhando força no cenário político, ainda mais frente ao conservadorismo do congresso nacional. E essa força pôde ser observada através de suas convocações e painéis que no dia 15 de março de 2015 atingiram cerca de 2,2 milhões de pessoas em todos os estados do país. Um número significativo frente as ondas de protestos dos últimos anos e que merece atenção dos pesquisadores.

Neste sentido, ainda que o dilema enfrentado pelas manifestações de junho de 2013 fosse um questionamento a ordem institucional, este ainda carregava, implicitamente, as

ao se tratar sobre o populismo, fazia alusão ao Foro de São Paulo (FSP), uma organização criada em 1990 em um seminário internacional promovido pelo PT. De acordo com os militantes da nova direita, o FSP representa o “maior inimigo do Brasil”. Informações sobre a rede *think tanks* disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 02/07/2015.

⁷² As entrevistas da pesquisa foram realizadas com 571 manifestantes maiores de 16 anos. Elas foram conduzidas entre as 13:30 e as 17:30 do dia 12 de abril e distribuídas por toda a extensão da Avenida Paulista. As margens de erro foram de até 4.1%. Disponível em: <<http://www.lage.ib.usp.br/manif/>>. Acesso em: 02/07/2015.

contradições e conflitos ideológicos que estavam latentes na sociedade brasileira. Com efeito, podemos dizer que junho de 2013 inaugura um ciclo novo de protestos no Brasil contemporâneo. Esse ciclo possibilitou o aparecimento de novas formas de ação coletiva e intensificação das mesmas. O uso das redes sociais foi muito importante para o efeito massivo dos dias de protesto e tem sido o principal instrumento de convocação dos manifestantes nos dias de hoje. Entretanto o ponto de convergência das manifestações foi também seu ponto de divergência: localizavam-se na mesma arena pública pessoas comuns e movimentos que apresentaram orientações ideológicas que se transformaram em motivo de conflito entre os manifestantes no decorrer dos protestos posteriores. Essa divisão foi se tornando latente e no ano de 2014 ela ganhou forma através de uma forte disputa eleitoral, considerada a mais acirrada desde a redemocratização. Em 2015 essa disputa se tornou mais nítida. Ligado a esse fenômeno temo o aparecimento de movimentos conservadores/liberais na realidade social brasileira como um fato relativamente novo⁷³ e que merecem atenção investigativa por parte dos pesquisadores. De fato, se Singer (2012) estava certo ao se tratar da polarização criada pelo lulismo, com efeito esse fenômeno vem ganhando destaque atualmente. Entretanto, o mesmo destaque com o qual aparece leva receio aos setores que lutam pela ampliação dos direitos democráticos, pois o conteúdo conservador de tais movimentos pode significar um retrocesso na agenda política. Se junho de 2013 deixou um legado em torno das possibilidade de participação política e da ação coletiva, ele também deixou um dilema: como resolver o problema da expansão democrática nos dias atuais.

⁷³ Considera-se novo no contexto de redemocratização, pois sabemos que movimentos conservadores já tiveram grande impacto na sociedade brasileira no passado: o movimento integralista e os movimentos que deram respaldo à ditadura militar de 1964 são exemplos contundentes e consensuais para explicar esse fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Revista brasileira de Ciências Sociais., São Paulo, v. 13, n. 37, Jun. 1998.

ALEXANDER, Jeffrey. **O novo movimento teórico.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.2 n.4 São Paulo jun. 1987.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 49-86.

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação.** DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, nº 3, 2007, pp.443 a 464.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política.** *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.2, pp. 383-398.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública.** *Lua Nova* [online]. 2000, n.50, pp. 25-46.

BOSCHI, Renato R. (Org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais.** Data: 24/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **LEI Nº 12.839, DE 9 DE JULHO DE 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12839.htm>. Acesso em: 25/06/2015.

BRASIL. **Medida provisória nº 609, de 8 de março de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Mpv/mpv609.htm>. Acesso em: 25/06/2015.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo 234/2011.** Data: 02/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Projeto de Lei 5900/2013**. Data: 05/07/2013. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=583945>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Data: 21/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Proposta de Ementa Constitucional 37/2011**. Data: 08/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal 470 Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianticiastf/anexo/relatoriomensalao.pdf>> Acesso em: 31/05/2015.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras"**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 457-475. ISSN 0103-4979.

BRINGEL, Breno; ESPINEIRA, Maria Victória. **Movimentos sociais e política: eleições contemporâneas**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 419-422. ISSN 0103-4979.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial**. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp. 267-286. ISSN 0103-4979.

BURGOS, Marcelo. **O levante democrático das ruas no Brasil**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 5-9.

CARDOSO, Adalberto. **Centrais sindicais se fizeram ouvir no país**. Data: 12/07/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/artigo-centrais-sindicais-se-fizeram-ouvir-no-pais-9021780>>. Acesso em: 15/07/2013.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização**. *Lua Nova* [online]. 2011, n.84, pp. 315-348. ISSN 0102-6445.

CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp. 153-166.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Vol. 2.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (org.) **A sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Imprensa nacional – Casa da Moeda. Portugal, 2005.

CHALOUB, Jorge. **A eloquência das ruas**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 15-21.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge, Mit Press, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O conceito de vontade coletiva em Gramsci**. *Rev. katálysis* [online]. 2009, vol.12, n.1, pp. 32-40.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. 1 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

DATAFOLHA. **Avaliação da Presidente Dilma Rousseff (PO813694) 27 e 28/06/2013**. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>> Acesso em 31/05/2015.

DATAFOLHA. **Avaliação Lula 17 a 19/11/2010**. Disponível em: < http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf> Acesso em: 31/05/2015.

DATAFOLHA. **Opinião sobre as manifestações (PO813693)**. São Paulo, 21/06/2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf>>. Acesso em: 25/06/2015.

DELLA PORTA, Donatela; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2. ed. Blackwell Publishing. Oxford, 2006.

EISENBERG, José. **A Crise da Mobilidade Social Brasileira**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 10-13.

ELSTER, Jon. **Ulyses e las sirenas: estudios sobre racionalidad e irracionalidad**. 2 ed. Fondo de Cultura Económica: México, 1995.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1. ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

GADEA, Carlos; SCHERER-WARREN, Ilse. **A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.25, pp. 39-45.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade**. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (orgs.) **Movimentos sociais na era global**. Vozes. Petrópolis, RJ, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** *Cad. CRH*[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** Edições Loyola. São Paulo, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Editora Vozes. Petrópolis, 2014.

IBOPE. **ICS – Índice de Confiança Social 2013 (JOB13_0963).** Brasil, julho/2013.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações (JOB0948).** Brasil, junho/2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise** /; Ministério do Trabalho e Emprego – ano 21/abr. 2015 – Brasília: Ipea: MTE, 2015.

JARDIM, Maria Chaves. **“Nova” elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro.** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 363-399, maio/ago. 2009.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio [et al]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JOSÉ DE SOUZA, Herbert. **Como se faz análise de conjuntura.** 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo, Martins fontes, 1981.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** *Rev. katálysis* [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 86-94.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova* [online]. 2007, n.70, pp. 139-170.

LUDD, Ned. (org.). **A urgência das ruas: black blocks, reclaim the streets e os dias de ação global.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

MAGALHÃES, Raul Francisco. **A reinvenção da *Potentia*.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 22-26.

MAIA, Felipe. **As jornadas de junho e a hora da política.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 32-35.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** p. 19-26. In: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique. **Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas**. *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.59, pp. 401-418.

MARX, K; ENGELS, F. **K. MARX E F. ENGELS: A HISTÓRIA DOS HOMENS**. In: FERNANDES, Florestan (Org.). K. Marx, F. Engels: História. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989. pp. 182-214.

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **A luta de classes na França**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. Textos n. 3. São Paulo, Ed. Sociais, 1976.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge University Press, 2004.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação**. *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.28, pp. 18-51.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago. N ° 5 Set/Out/Nov/Dez. N ° 6, 1997.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento**. Novos Estudos CEBRAP. n. 40, novembro 1994 pp. 152-166.

MELUCCI, Alberto. **The Symbolic Challenge of Contemporary Movements**. Social Research, Vol. 52, No. 4, Social Movements, 1985. pp. 789-816.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 49-66.

MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. **A Privação Relativa e o Ativismo em Protestos no Brasil em 2012: uma investigação sobre o Horizonte do Possível**. 38º Encontro Anual da Anpocs. GT06 - Comportamento Político e Opinião Pública. Setembro/2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público**. *Lua Nova* [online]. 2007, n.72, pp. 115-142.

MOISES, J. A. (org.) **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2010

MOISES, J. A; MENEGUELLO, Rachel. (org.) **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** p. 13-18. *In*: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP). Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NORONHA, Eduardo G. **Ciclo de greves, transição política e estabilização: brasil, 1978-2007.** Lua Nova, São Paulo, 76: 119-168, 2009.

OFFE, Claus. **Los nuevos movimientos sociales.** Ariel, Barcelona, 1984.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. Vol. I e II.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária.** *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.1, pp. 68-87.

PERLATTO, Fernando. **As manifestações de junho e as novas agendas para as instituições, os partidos e as ciências sociais.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 14-17.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Movimentos sociais: abrodagens clássicas e contemporâneas.** CSONline. Juiz de Fora. Ano 1, ed. 2, nov. 2007.

POCHMANN, Marcio. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI.** *In*:SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

POLLETA, Francesca; JASPER, James M. **Collective identity and social movements.** *Annu. Rev. Sociol.* 2001. 27:283–305.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **Bom para pensar.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 1-4.

RICCI, Rudá. **Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira.** Editora Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira, 2010).

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013.** Belo Horizonte: Editora letramento, 2014.

SADER, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia.** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI.* Ceceña, AnaEsther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n.72, Out. 2005a. p. 7-44.

SCALON, Celi. **Juventude, Igualdade e Protestos.** Revista Brasileira de Sociologia. Vol 01, nº 02. Jul/Dez/2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI.** Política e Sociedade. Florianópolis. Vol 13. n. 28. Set./Dez. de 2014. pp. 13-34.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória?** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517, Set./Dez.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** *Soc. estado.* [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 109-130.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas.** Novos Estudos: CEBRAP. 97, novembro 2013. pp. 23-40.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOUSA, Diogo Tourino. **Sobre o valor da representação.** Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 27-31.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. **Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos.** *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55, pp. 151-161.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992 e 2013. Sobre os ciclos de protestos e democracia no Brasil.** Política & Sociedade. Florianópolis. Vol. 13. nº 28. Set/Dez. de 2014. pp. 35-62.

TEIXEIRA, Ana Cláudia; SOUZA, Clóvis Henrique Leite; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. **Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais.** Texto para Discussão 1735, Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Londres, Addinon-Wesley Publishing Company, 1978.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. 1 ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis. **O antigo regime e a revolução**. [1856]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa. Instituto Piaget, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **A sociologia pública e o fim da sociedade**. *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.56, pp. 245-254. ISSN 0103-4979.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Translated by Ana Liési Thurler. *Soc. estado*. [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 17-28.

TOURAINÉ, Alain. **Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos**. *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 05-18.

VIANNA, Luiz Werneck. **O Estado novo do PT**. In: BRINGEL, Breno. *et al.* (Coord.) *Conjuntura Política Brasileira: do país do futuro ao futuro do país*. NETSAL-IESP/UERJ. Dossiê Temático n.2. Jun/2013.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 1972. Vol 1.

ANEXOS

Anexo 1 – Relação entre Autoridade e Hub na evolução dos eventos**1º ATO 06-06-2013**

	Autoridade	HUB
1	estadao	Izaias Santana
2	Passe Livre São Paulo	Manifesto Libertário
3	AnonymousBrasil	Anonymous Brasil
4	NINJA	Cesar Stefanés
5	CartaCapital	Janira Rocha
6	O Globo	Natália Pedroso
7	Recep Tayyip Erdoğan - Türkiye'nin Gururu	Wilbert Santos Will
8	Diren Gezi Parkı	A Verdade Nua & Crua
9	Folha de S.Paulo	Sharon Mehlmann
10	Plínio comenta	Sidinei Donisete
11	Anonymous Rio	Wu Ming
12	Yahoo Noticias	Fabício Silva
13	ANON H4	Valdci Teixeira
14	Portal R7	Matheus Marques
15	A Verdade Nua & Crua	Julis Do Bandolim
16	Pedro Chavedar	Gilda Miranda
17	AnonOpsBrazil	Moacir Souza
18	Ditadura Digital	Isaac Vieira
19	P.U.T.A.	São Sebastião da Depressão
20	jo soares	Luís Felipe Sá
21	TodoNatalense	Elvis Mello
22	Admiradores Rota	Victor Lago

2º ATO 07-06-2013

	Autoridade	HUB
1	estadao	AnonymousBrasil
2	CartaCapital	A Verdade Nua & Crua
3	Folha de S.Paulo	Luiza Erundina
4	AnonymousBrasil	#NãoMeCalarei
5	A Verdade Nua & Crua	Jordan Breton
6	Plínio comenta	Alexandre Brito
7	Passe Livre São Paulo	Luccas Valdisserra
8	Bananal	Décio A. Alves
9	NINJA	Erick Moraes
10	Imagens Históricas	Catelia Hostelería 2.0
11	Anonymous Brasil	Gabriela Lacerda
12	UOL Notícias	Luiz Augusto Z
13	Rede Esgoto de televisão	João Paulo Teixeira Pires
14	#NãoMeCalarei	André Dias Mannrich
15	Movimento Contra Corrupção	Juliano Fuda Padilla
16	Uma outra Opinião	Anderson E. S. Güebra
17	Mtst Trabalhadores Sem Teto	Edson Salomé
18	Manifesto POA	Liliana Tarifa
19	Liderlerin Lideri Erdoğan	Eduardo Caim
20	Ossostortos - por Thiago Cruz	Henrique Dantas
21	Rede Brasil Atual	Andre Alexandria
22	MSN Brasil	Karine Sena

3º ATO 11-06-2013

	Autoridade	HUB
1	estadao	A Verdade Nua & Crua
2	A Verdade Nua & Crua	Movimento Contra Corrupção
3	Passe Livre São Paulo	Passe Livre São Paulo
4	NINJA	AnonymousBrasil
5	Folha de S.Paulo	Bueiro Aberto
6	AnonymousBrasil	Maquiavélico é a mãe
7	Acorda meu povo	Macedex Logística
8	Inteligente Vida	Macedo Macedex
9	Rádio BandNews FM	Andrea Matarazzo
10	Juntos	Naian Meneghetti
11	Bueiro Aberto	Thiago Miranda
12	Maquiavélico é a mãe	Bruno César
13	Vírus Planetário	Livraria Marxista
14	Fiscalização Popular dos Transportes Públicos RJ	Mate Trotamundo
15	Catraca Livre	Juliano Moitoso
16	Rede Esgoto de televisão	Thiago Correia Carneiro
17	Takunya	Christian Fedrizzi
18	Geração Invencível	Newton Puerta
19	Rui Montalvão	Viajes Algenova SL
20	Por Traz da Mídia Mundial	Thais Souza
21	Partido Comunista Brasileiro - PCB (Oficial)	Michelle Tito
22	Se a tarifa aumentar São Paulo vai parar	Rubens Vaz Muller

4º ATO 13-06-2013

	Autoridade	HUB
1	estadao	A Verdade Nua & Crua
2	A Verdade Nua & Crua	Anonymous Rio
3	Occupy Brazil	Passe Livre São Paulo
4	AnonymousBR	AnonymousBrasil
5	Raquel Koch	Mães de Maio
6	Anonymous Rio	Anonymous Brasil
7	Protestaí	AnonymousBR
8	Mães de Maio	UOL
9	Folha de S.Paulo	Movimento Contra Corrupção
10	AnonymousBrasil	Bueiro Aberto
11	Ocupa a Rede Globo	Rede Esgoto de televisão
12	Uma outra Opinião	Socialismo da Depressão
13	Passe Livre São Paulo	Conhecimento é vida
14	Catraca Livre	Verdade Oculta
15	Bueiro Aberto	UOL Notícias
16	Clovis Cranchi Sob	Joao Mattar
17	Rede Esgoto de televisão	Geração Invencível
18	NINJA	Isso é Brasil
19	Por Traz da Midia Mundial	Sociedade Racionalista
20	Rafael Bruno Lopes Salgado	Plano Anonymous Brasil
21	Nerd Socialista	A Educação é a Arma para mudar o Mundo
22	Polícia 24H	Marcelo Cecchettini

5º ATO 17-06-2013

	Autoridade	HUB
1	Movimento Contra Corrupção	AnonymousBrasil
2	AnonymousBrasil	Movimento Contra Corrupção
3	estadao	Passe Livre São Paulo
4	A Verdade Nua & Crua	A Verdade Nua & Crua
5	Tico Santa Cruz	AnonymousBR
6	Passe Livre São Paulo	Quero o Fim da Corrupção
7	Quero o Fim da Corrupção	Rede Esgoto de televisão
8	NINJA	Sociedade Racionalista
9	Luizinho Veiga	emBrasilia
10	Isso é Brasil	Bruno Azevedo
11	Rede Esgoto de televisão	Isso é Brasil
12	Folha de S.Paulo	Busão Curitiba
13	AnonymousBR	Anonymous Rio
14	Daniel Guth	Por Traz da Midia Mundial
15	Gregório Filho	UOL
16	humor inteligente	Fardado de Boina Preta.
17	Sociedade Racionalista	Geração Invencível
18	Bruno Azevedo	O Gigante acordou
19	Brasil Contra Corrupção	Anonymous Brasil
20	Pedro Bial	Dia do Basta
21	Admiradores Rota	Dilma Bolada
22	Arquitêta	ANON H4

6º ATO 19-06-2013

	Autoridade	HUB
1	AnonymousBrasil	AnonymousBrasil
2	Movimento Contra Corrupção	Movimento Contra Corrupção
3	Última Hora	A Verdade Nua & Crua
4	Isso é Brasil	Isso é Brasil
5	A Verdade Nua & Crua	Última Hora
6	A Educação é a Arma para mudar o Mundo	Rede Esgoto de televisão
7	Rede Esgoto de televisão	AnonymousBR
8	estadao	VEM PRA RUA
9	Viktor Rotgarius	A Educação é a Arma para mudar o Mundo
10	TodoNatalense	O Brasil Acordou
11	Desce a Letra	Revolution News
12	AnonymousBR	Quero o Fim da Corrupção
13	Turbay Júnior	O Brasil acordou
14	NE10	Dia do Basta
15	Anonymous Rio	Gazeta Online
16	humor inteligente	Acorda Brasil
17	Diario de Pernambuco	Geração Invencível
18	Brasil Contra Corrupção	Ralf Geiser
19	Quero o Fim da Corrupção	Rafael Costa
20	Diário do Rio de Janeiro	Brasileiríssimos
21	europeans against the political system	Anarquismo - Liberdade
22	Acorda Brasil	Anonymous Brasil

Anexo 2 – Pesquisa IBOPE nacional: junho/2013

A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Segundo o Ibope, as entrevistas foram feitas por uma equipe de entrevistadores treinada para abordagem deste tipo de público.

A principal pergunta, sobre as razões das manifestações, teve respostas espontâneas. Ou seja, os pesquisadores não indicaram alternativas a serem respondidas. Os manifestantes entrevistados citaram três reivindicações para estarem nos protestos e os dados foram tabulados de duas formas: considerando apenas a primeira resposta e levando em conta as três dadas.

1- RAZÕES DAS MANIFESTAÇÕES (apenas a 1ª razão dada)

Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações? Sendo considerada apenas a primeira resposta dada:

TRANSPORTE PÚBLICO: 37,6%

- Contra o aumento/ a favor da redução: 27,8%
- Precariedade/ a favor da melhoria do sistema: 7,7%
- Aumento de veículos/ frotas: 1,0%
- Desconforto na viagem: 0,9%
- Passe livre para estudantes/ desempregados: 0,3%

AMBIENTE POLÍTICO: 29,9%

- Contra a corrupção/ desvios de dinheiro público: 24,2%
- Necessidade de mudança: 2,1%
- Insatisfação com governantes em geral: 1,9%
- Insatisfação com políticos em geral: 1,1%
- Contra partidos/ sistema partidários/ brigas partidárias: 0,1%
- Saída de Renan Calheiros: 0,1%
- Contra o Deputado Marco Feliciano/ Contra o projeto Cura Gay: 0,4%
- Fim da impunidade dos políticos/ fim do fórum privilegiado/ ficha limpa: 0,1%

GASTOS COM A COPA DO MUNDO/ DAS CONFEDERAÇÕES: 4,5%

- Desvios de dinheiro: 1,6%
- Gastos acima do orçamento: 1,2%
- Dinheiro que poderia ser gasto com outras coisas mais importantes: 1,8%

SAÚDE: 12,1%

- Melhorias/ Assuntos relacionados à Saúde: 12,2%
- Contra o Ato Médico: 0,0%

REAÇÃO À AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA: 1,3%

- Contra à ação violenta da polícia: 0,8%
- Em apoio ao movimento: 0,2%
- Pelo direito de reivindicação: 0,2%

JUSTIÇA/ SEGURANÇA PÚBLICA: 1,3%

- Por melhorias/ Assuntos relacionados à Segurança Pública: 1,1%
- Melhorias na justiça/ Mudanças no código penal: 0,1%
- Contra a violência s/e: 0,1%

EDUCAÇÃO: 5,3%

- Melhorias/ Assuntos relacionados à Educação: 5,3%

CONTRA A PEC 37: 5,5%**POR DIREITOS E DEMOCRACIA: 0,6%**

- Luta por um país melhor: 0,4%
- Justiça Social/ Igualdade/ Contra a Desigualdade Social: 0,1%
- Respeito a cidadania/ Direito a cidade: 0,1%

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 0,8%

- Pela redução de impostos/ Reforma tributária: 0,5%
- Contra o aumento da inflação: 0,2%
- Por licitações públicas transparentes: 0,1%
- Falta de investimentos no país/ falta de infraestrutura das cidades: 0,0%

OUTRAS CAUSAS ESPECÍFICAS COM MENOS DE 1%: 0,8%

- Falta de ciclovias: 0,1%
- Melhorias/ Assuntos relacionados à moradia: 0,1%
- Luta pelos direitos indígenas: 0,1%
- Luta contra o preconceito/ Racismo: 0,1%
- Aumento de salários/ Salário dos aposentados/ professores: 0,2%
- Luta contra o capitalismo: 0,1%
- Pela ideologia de esquerda: 0,1%
- Contra o Controlar: 0,1%

NENHUM: 0,1%

NÃO RESPONDEU: 0,2%

2- RAZÕES DAS MANIFESTAÇÕES (soma das 3 razões)

Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações? Quando somadas as três razões indicadas pelos manifestantes para estarem nos protestos:

TRANSPORTE PÚBLICO: 53,7%

- Contra o aumento/ a favor da redução: 40,5%
- Precariedade/ a favor da melhoria do sistema: 14,0%
- Aumento de veículos/ frotas: 4,3%
- Desconforto na viagem: 3,6%
- Mais transparência na área de transporte público: 0,1%
- Passe livre para estudantes/ desempregados: 0,5%

AMBIENTE POLÍTICO: 65,0%

- Contra a corrupção/ desvios de dinheiro público: 49,0%
- Necessidade de mudança: 11,4%
- Insatisfação com governantes em geral: 9,9%
- Insatisfação com políticos em geral: 7,8%
- Contra partidos/ sistema partidários/ brigas partidárias: 0,2%
- Saída de Renan Calheiros: 0,8%
- Contra o Deputado Marco Feliciano/ Contra o projeto Cura Gay: 1,8%
- Fim da impunidade dos políticos/ fim do fórum privilegiado/ ficha limpa: 0,4%
- Contra o salário dos políticos: 0,4%
- Mensalão/ Reivindicar prisão dos condenados: 0,5%
- Voto secreto: 0,0%

GASTOS COM A COPA DO MUNDO/ DAS CONFEDERAÇÕES: 30,9%

- Desvios de dinheiro: 13,8%
- Gastos acima do orçamento: 7,7%
- Dinheiro que poderia ser gasto com outras coisas mais importantes: 12,4%
- Contra a Copa: 0,2%

SAÚDE: 36,7%

- Melhorias/ Assuntos relacionados à Saúde: 36,6%
- Contra o Ato Médico: 0,2%

REAÇÃO À AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA: 4,1%

- Contra à ação violenta da polícia: 3,0%
- Em apoio ao movimento: 0,3%
- Pelo direito de reivindicação: 0,8%
- Contra abuso de autoridades: 0,1%

JUSTIÇA/ SEGURANÇA PÚBLICA: 10,2%

- Por melhorias/ Assuntos relacionados à Segurança Pública: 9,5%
- Melhorias na justiça/ Mudanças no código penal: 0,7%
- Contra a violência s/e: 0,1%
- Contra o sistema carcerário: 0,0%

EDUCAÇÃO: 29,8%

- Melhorias/ Assuntos relacionados à Educação: 29,9%

CONTRA A PEC 37: 11,9%**POR DIREITOS E DEMOCRACIA: 1,8%**

- Luta por um país melhor: 0,6%
- Justiça Social/ Igualdade/ Contra a Desigualdade Social: 0,8%
- Respeito a cidadania/ Direito a cidade: 0,5%
- Luta pela democracia: 0,1%

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 2,9%

- Pela redução de impostos/ Reforma tributária: 1,6%
- Contra o aumento da inflação: 0,6%
- Por licitações públicas transparentes: 0,1%
- Falta de investimentos no país/ falta de infraestrutura das cidades: 0,4%
- Contra o descaso no serviço público: 0,1%
- Contra a máquina estatal: 0,2%

OUTRAS CAUSAS ESPECÍFICAS COM MENOS DE 1%: 2,7%

- Falta de ciclovias: 0,1%
- Melhorias/ Assuntos relacionados à moradia: 0,3%
- Luta pelos direitos indígenas: 0,1%
- Luta contra o preconceito/ Racismo: 0,6%
- Aumento de salários/ Salário dos aposentados/ professores: 0,8%
- Liberação da maconha/ Apoio à PL 7663: 0,1%
- Melhorias/ assuntos relacionados ao meio ambiente/ Sustentabilidade: 0,2%
- Luta pela Reforma agrária: 0,0%
- Luta contra o capitalismo: 0,1%
- Solucionar problema da seca: 0,0%
- Pela ideologia de esquerda: 0,1%
- Contra o Controlar: 0,1%
- Contra Privatizações: 0,1%
- Para tirar religiosos do Congresso: 0,0%
- Diminuição do desemprego: 0,1%
- Contra as leis do aborto: 0,1%

NENHUM: 0,1%

NÃO RESPONDEU: 0,2%

3- PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Sexo:

- Masculino: 50%
- Feminino: 50%

Idade:

- 14 a 24 anos: 43%
- 25 a 29 anos: 20%
- 30 a 39 anos: 18%
- 40 ou mais anos: 19%

Escolaridade:

- Até colegial iniciado: 8%
- Colegial completo ou ensino superior iniciado: 49%
- Superior completo: 43%

Em relação à renda:

- 15% têm renda familiar até 2 salários mínimos;
- 30% têm renda familiar acima de 2 até 5 salários mínimos;
- 26% têm renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos;
- 23% têm renda familiar acima de 10 salários mínimos;
- 6% não responderam.

Em relação à função remunerada:

- 76% trabalham;
- 24% não trabalham.
- 52% estudam;
- 48% não estudam.

4- PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS MANIFESTAÇÕES

E antes dessas manifestações iniciadas no começo do mês de junho, você já tinha participado de alguma outra manifestação de rua?

- Sim: 54%
- Não: 46%

5- COMO SOUBE

Como você soube da manifestação de quinta (20):

- Amigos e colegas: 28%
- Base do movimento: 3%
- Facebook: 62%
- Familiares: 3%
- Internet – outros meios: 29%
- Jornais impressos: 4%
- Jornais online: 3%
- Radio: 4%

- TV: 14%
- Twitter: 1%

6- COMO SE MOBILIZOU

Você se mobilizou para as manifestações através das redes sociais como facebook e twitter?

- Facebook: 77%
- Twitter: 1%
- Os dois: 8%
- Não se mobilizou através de redes: 13%

6.2-Você utilizou alguma rede social para convocar outras pessoas para esta manifestação?

- Sim: 75%
- Não: 25%

Você veio sozinho ou acompanhado a esta manifestação? Por quem?

- Namorado(a); Marido/ Mulher: 11%
- Amigo ou colega: 65%
- Filho (s): 4%
- Pai/Mãe: 2%
- Irmão ou outros parentes: 8%
- Veio sozinho: 22%

7- ATUAÇÃO DA POLÍCIA

E pensando na atuação da polícia para conter as manifestações, você diria que de modo geral a polícia:

- Agiu com muita violência: 57%
- Com violência, mas sem exageros: 24%
- Agiu sem violência: 15%
- Não sabe/ Não respondeu: 4%

8- DEPREDações

Qual destas frases melhor representa a sua opinião em relação a depredações de bens públicos e privados em manifestações?

- As depredações são sempre justificadas em uma manifestação, independente das circunstâncias: 5%
- As depredações são justificadas somente em certas circunstâncias: 28%
- As depredações nunca são justificadas, independente das circunstâncias de um protesto: 66%
- Não sabe: 1%

9 – RESULTADOS DOS PROTESTOS

Você acha que essas manifestações vão conseguir promover as mudanças que você reivindica?

- Sim: 94%
- Não: 6%

10 – QUEM DEVE PAGAR A REDUÇÃO DAS TARIFAS

A redução de tarifas de transportes exigirá dinheiro de algum lugar para pagar os custos. Quem você acha que deve pagar essa conta: o governo ou os empresários?

- O Governo: 46%
- Os empresários: 29%
- Os dois: 21%
- Nenhum dos dois: 3%
- Não sabe: 1%

11 – O QUE FARIA ALÉM DE PROTESTAR

Os protestos são um alerta sobre os descontentamentos da população. Além de protestos, o que mais você faria para mudar isso?

- Não votaria em candidato corrupto: 82%
- Entraria na Justiça: 11%
- Faria boicotes contra os preços elevados: 32%
- Nenhuma destas opções: 4%
- Não sabe: 1%

12 – POLÍTICA

Quando se trata de política, você diria que tem:

- Muito interesse: 61%
- Interesse médio: 28%
- Pouco interesse: 6%
- Nenhum interesse: 5%
- Não sabe/ Não respondeu: 0%

Você se sente representado por algum político brasileiro?

- Sim: 17%
- Não: 83%

Você acha que algum partido político representa você?

- Sim: 11%
- Não: 89%

Você é filiado a algum partido político?

- Sim: 4%
- Não: 96%

Você é filiado a algum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil?

- Sim: 14%
- Não: 86%

Você votou nas eleições de 2012?

- Sim: 80%
- Não: 19%
- Não lembra se votou: 1%

Você se lembra em quem votou para Prefeito em 2012?

- Sim: 91%
- Não: 9%

Você votou nas eleições de 2010?

- Sim: 73%
- Não: 26%
- Não lembra se votou: 1%

Você se lembra em quem votou para Governador em 2010?

- Sim: 89%
- Não: 11%

Você se lembra em quem votou para Presidente em 2010?

- Sim: 95%
- Não: 5%

Fonte: G1-Globo / IBOPE.

Anexo 3 – O que o congresso aprovou ou rejeitou após os protestos de junho

25 de junho de 2013

TEMA	DECISÃO
CÂMARA	
PEC 37	Rejeitada
PEC do transporte individual como direito social	Aprovada em comissão
Corte de R\$ 43 milhões em investimentos para telecomunicações na Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014	MP parcialmente rejeitada
SENADO	
Projeto de lei do Reitup (incentivo a transporte coletivo)	Aprovada em comissão

26 de junho de 2013

TEMA	DECISÃO
CÂMARA	
Royalties para educação e saúde	Aprovada
Voto secreto (para perda de mandato)	Aprovada em comissão
Processo para cassar deputado Natan Donadon	Instaurado
Desoneração de impostos sobre transporte coletivo	Aprovada
Fundo de Participação dos Estados (divisão de dinheiro entre estados)	Aprovada
SENADO	
Corrupção vira crime hediondo	Aprovada
Fundo de Participação dos Estados (divisão de dinheiro entre estados)	Aprovada

27 de junho de 2013

TEMA	O QUE ACONTECEU?
SENADO	
Lei dos concursos	Aprovada em comissão
Expropriação de terras onde ocorra trabalho escravo	Aprovada em comissão

2 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
SENADO	
Projeto de lei do Reitup (incentivo a transporte coletivo)	Aprovada em comissão
Exigência de ficha limpa para servidor público concursado e comissionado	Aprovada em plenário
Royalties para educação e saúde	Aprovada em plenário
CÂMARA	
Arquivamento do projeto que autoriza tratamento de homossexuais ("cura gay")	Plenário aprovou retirada de pauta

3 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
SENADO	
Fim do voto secreto no Congresso	Aprovada em comissão
Nova distribuição de direitos autorais	Aprovada em plenário
CÂMARA	
Extinção da multa de 10% do FGTS em demissões sem justa causa	Aprovada em plenário
Autonomia para Defensoria da União	Aprovada em plenário
Urgência para lei de defesa do usuário de serviço público	Aprovada em plenário
Maior transparência para aumento na tarifa de transporte	Aprovada em plenário

4 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
SENADO	
Multa para empresa que corrompe no setor público	Aprovada em plenário
Opinião do internauta sobre propostas no Senado	Aprovada em plenário
Regras para socorro a vítimas de violência sexual	Aprovada em plenário

9 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
CÂMARA	
Meia-entrada para jovens carentes no Estatuto da Juventude	Aprovada em plenário
Nova distribuição de direitos autorais para obras musicais	Aprovada em plenário
Moção de repúdio aos EUA por espionagem no Brasil	Aprovada em plenário
Suspensão dos salário, verbas e direitos parlamentares de Natan Donadon	Aprovado pela Mesa Diretora

10 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
CONGRESSO	
Regulamentação de direitos de domésticas	Aprovada em comissão
SENADO	
Maior facilidade para apresentação de projeto de iniciativa popular	Aprovada em comissão
Redução no número de suplentes e proibição de parentes de senador	Aprovada em plenário
Maior facilidade para apresentação de projeto de iniciativa popular	Aprovada em plenário
Nova distribuição de direitos autorais para obras musicais	Aprovada em plenário
Definição do conceito de organização criminosa	Aprovada em plenário
Anistia para funcionários grevistas dos Correios	Aprovada em plenário
Visita de peritos a presídios para combate à tortura	Aprovada em plenário
Anistia policiais e bombeiros que participaram de greves	Aprovada em plenário
CÂMARA	
Desoneração da folha de pagamento de 10 setores da economia	Aprovada em plenário
Derrubado texto do Senado, destinando mais royalties para educação e saúde	Rejeitada em plenário

11 de julho de 2013

TEMA	DECISÃO
SENADO	
Solicitação de informações sobre todos voos da FAB desde 2010	Aprovada pela Mesa
Regulamentação de direitos das domésticas	Aprovada em plenário

Anexo 4 – Discurso de Dilma Rousseff em Rede Nacional em 21 de junho de 2013

1) *Pela responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação.* Esse é um pacto perene de todos nós. Essa é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial ainda castiga, com volatilidade, todas as nações;

2) *Pela construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania.* Esse tema, todos nós sabemos, já entrou e saiu da pauta do país por várias vezes, e é necessário que nós, ao percebermos que, nas últimas décadas, ele entrou e saiu várias vezes, tenhamos a iniciativa de romper o impacto. Quero, nesse momento, propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está.

Devemos também dar prioridade ao combate à corrupção, de forma ainda mais contundente do que já vem sendo feito em todas as esferas. Nesse sentido, uma iniciativa fundamental é uma nova legislação que classifique a corrupção dolosa como equivalente a crime hediondo, com penas severas, muito mais severas. Além disso, todas as esferas administrativas, de todos os poderes da República, devem se esforçar para agilizar a implantação plena da Lei de Acesso à Informação, que dá ao governante mais instrumentos de combate à corrupção e contribui para a participação da cidadania.

3) *Pela saúde.* Quero propor aos senhores e às senhoras acelerar os investimentos já contratados em hospitais, UPAs e unidades básicas de saúde. Por exemplo, ampliar também a adesão dos hospitais filantrópicos ao programa que troca dívidas por mais atendimento e incentivar a ida de médicos para as cidades que mais precisam e as regiões que mais precisam.

Quando não houver a disponibilidade de médicos brasileiros, contrataremos profissionais estrangeiros para trabalhar com exclusividade no Sistema Único de Saúde.

Neste último aspecto, sei que vamos enfrentar um bom debate democrático. De início, gostaria de dizer à classe médica brasileira que não se trata, nem de longe, de uma medida hostil ou desrespeitosa aos nossos profissionais. Trata-se de uma ação emergencial, localizada, tendo em vista a grande dificuldade que estamos enfrentando para encontrar médicos, em número suficiente ou com disposição para trabalhar nas áreas mais remotas do país ou nas zonas mais pobres das nossas grandes cidades.

4) *Pelos transportes*. Que propõe a dar um salto de qualidade no transporte público nas grandes cidades, mudar a matriz desse transporte. Fazer mais metrô, VLTs e corredores de ônibus. Avançar mais rápido em direção ao transporte público de qualidade e acessível. O governo federal já desonerou impostos, o que permitiu a redução das tarifas de ônibus em 7,23%, e 13,75% na tarifa do metrô e dos trens. Além disso, mantivemos congeladas as tarifas de metrô e trens operados pelo governo federal desde 2003. Desoneramos também o IPI para a compra de ônibus. Estamos dispostos, agora, a ampliar a desoneração do PIS/Cofins sobre o óleo diesel dos ônibus e a energia elétrica consumida por metrô e trens. Esse processo pode ser fortalecido pelos estados e os municípios com a desoneração de seus impostos. Tenho certeza que as senhoras e os senhores estarão sensíveis a isso.

Além disso, decidi destinar mais R\$ 50 bilhões para novos investimentos em obras de mobilidade urbana. Essa decisão é reflexo do pleito por melhoria do transporte coletivo no nosso país, onde as grandes cidades crescem e onde, no passado, houve a incorreta opção por não investir em metrô. Só muito recentemente, nas últimas décadas, é que o metrô passou a ser um dos meios de transporte reconhecidos como sendo objeto da necessidade de investimento. Tenho certeza que nos últimos anos o Brasil tem tido um grande investimento na área de transporte coletivo urbano e temos muito orgulho de, junto com os governadores e os prefeitos, participarmos desse grande esforço.

O nosso pacto precisa, pois, assegurar também uma grande participação da sociedade na discussão política do transporte, uma maior transparência e controle social no cálculo das tarifas de ônibus. Para isso, estou criando o Conselho Nacional de Transporte Público, com participação da sociedade civil e dos usuários. A criação de Conselho semelhante nos

municípios e regiões metropolitanas onde ainda não existem será extremamente importante.

5) *Pela educação pública*. Nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade certa e sem creches para a população que mais precisa, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico profissionalizante, sem universidade de excelência, sem pesquisa, ciência e inovação. São condições essenciais para alcançar essas metas a formação, a valorização e bons salários para os educadores, e isso exige recursos.

Avançamos muito nas últimas décadas, para reverter o atraso secular da nossa educação, mas agora precisamos – vou repetir – de mais recursos. Por isso mesmo o meu governo tem lutado, junto ao Congresso Nacional, para que 100% dos royalties do petróleo e os recursos, 50% dos recursos do pré-sal, a serem recebidos pelas prefeituras, pelo governo federal, pelos municípios, e a parte da União, eu repito, sejam investidos na educação. Confio que os senhores congressistas aprovarão esse projeto que tramita no Legislativo com urgência constitucional.